



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THIAGO WILLIAM SANTOS RODRIGUES

DJAMILA RIBEIRO E A AGENDA SUBJETIVISTA

GOIÂNIA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESE E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

THIAGO WILLIAM SANTOS RODRIGUES

3. Título do trabalho

Djamila Ribeiro e a agenda subjetivista

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago William Santos Rodrigues, Discente**, em 20/01/2023, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nildo Silva Viana, Professor do Magistério Superior**, em 07/02/2023, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3452550** e o código CRC **02EDBB64**.

THIAGO WILLIAM SANTOS RODRIGUES

DJAMILA RIBEIRO E A AGENDA SUBJETIVISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Silva Viana

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rodrigues, Thiago William Santos
Djamila Ribeiro e a agenda subjetivista [manuscrito] / Thiago
William Santos Rodrigues. - 2022.
CV, 105 f.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Silva Viana.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Goiânia, 2022.
Bibliografia.

1. Subjetivismo. 2. Ideologia. 3. Hegemonia burguesa. 4. Djamila
Ribeiro. 5. Política Cultural. I. Viana, Nildo Silva, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS FACULDADE DE
CIÊNCIAS SOCIAIS ATA DE
DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 26 da sessão de Defesa de Dissertação de **THIAGO WILLIAM SANTOS RODRIGUES**, que confere o título de Mestre em Sociologia, na área de concentração em Sociedade, Política e Cultura.

Aos dezesseis dias de dezembro de dois mil e vinte e dois, a partir das 14h00, *via plataforma online* (<https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/nildo>), realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "Djamila Ribeiro e a agenda subjetivista". Os trabalhos foram instalados pelo orientador, Professor Doutor Nildo Silva Viana (PPGS/UFG), com a participação dos demais convidados da Banca Examinadora: Professor Doutor Cleito Pereira dos Santos (UFG), convidado titular externo, Professor Doutor Lisandro Rodrigues de Almeida Braga (UFPR), convidado titular externo e Professor Doutor Flávio Munhoz Sofiati (PPGS/UFG) convidado titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Nildo Silva Viana, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Nildo Silva Viana, Professor do Magistério Superior**, em 16/12/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lisandro Rodrigues de Almeida Braga, Usuário Externo**, em 16/12/2022, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleito Pereira Dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 16/12/2022, às 20:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Munhoz Sofiati, Professor do Magistério Superior**, em 17/12/2022, às 07:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3409480** e o código CRC **3A012CC9**.

À Alan Miguel e Rita Cássia

“Não buscar a totalidade representa apenas um código para não se considerar o capitalismo”.

Terry Eagleton

RESUMO

O tema da nossa pesquisa é a obra de Djamila Ribeiro e seu significado político e cultural. Para realizar a análise dessa autora, nosso trabalho parte para a análise do desenvolvimento histórico da ideologia e outras manifestações culturais, culminando com a emergência do subjetivismo – oriundo do processo de mutação social e cultural da sociedade capitalista. As bases teóricas de nossa análise se fundam em diversas contribuições sobre ideologia, desenvolvimento do capitalismo, paradigmas, entre outros fenômenos sociais e culturais. Partimos do arcabouço teórico marxista para compreender as determinações que permitem o desenvolvimento das expressões intelectuais, assim como revelar as suas raízes ligadas aos interesses e concepções de determinada classe. Sendo assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, analisamos a produção de Ribeiro buscando apreendê-la a partir de sua conexão com a totalidade das relações sociais que constituem a vida real, observando sua obra enquanto produto de relações sociais determinadas. Portanto, a obra de Ribeiro é vista a partir de sua correspondência com os interesses da classe capitalista, uma vez que manifesta a episteme burguesa através do paradigma subjetivista, o que é perceptível na influência de um conjunto de ideologias que emergiram no decorrer do final do século XX.

Palavras-chave: Ideologia; Subjetivismo; Episteme burguesa; Djamila Ribeiro; Política Cultural

ABSTRACT

The theme of our research is the work of Djamila Ribeiro and its political and cultural significance. To carry out this author's analysis, our work starts with the analysis of the historical development of ideology and other cultural manifestations, culminating with the emergence of subjectivism – arising from the process of social and cultural mutation of capitalist society. The theoretical bases of our analysis are based on several contributions on ideology, development of capitalism, paradigms, among other social and cultural phenomena. We start from the Marxist theoretical framework to understand the determinations that allow the development of intellectual expressions, as well as to reveal their roots linked to the interests and conceptions of a certain class. Thus, through a bibliographical research, we analyzed Ribeiro's production seeking to apprehend it from its connection with the totality of social relations that constitute real life, observing her work as a product of determined social relations. Therefore, Ribeiro's work is seen from its correspondence with the interests of the capitalist class, since it manifests the bourgeois episteme through the subjectivist paradigm, which is noticeable in the influence of a set of ideologies that emerged during the end of the 20th century.

Keywords: Ideology; Subjectivism; Bourgeois episteme. Djamila Ribeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO DA CONSCIÊNCIA	10
1. Condições histórico-materiais.....	10
1.2 Ideólogos e a ideologia	16
1.3 Ideólogos e burguesia.	19
CAPÍTULO 2:	30
REGIMES DE ACUMULAÇÃO E RENOVAÇÕES HEGEMÔNICAS	30
1. Primórdios do capitalismo.	30
2. Regimes de acumulação: Da acumulação extensiva à acumulação conjugada: principais características.....	36
2.1 O regime de acumulação Extensivo	36
2.2 Regime de acumulação Intensivo e Paradigma Positivista.....	40
2.3. Regime de Acumulação Conjugado e Paradigma Reprodutivista.	50
CAPÍTULO 3:	59
SUBJETIVISMO EM DJAMILA RIBEIRO	59
1. Regime de Acumulação Integral e Paradigma Subjetivista.....	59
1.2 Subjetivismo em Djamila Ribeiro: Pequeno Manual Antirracista (2019).....	70
1.3 Lugar de fala	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

A produção e circulação das ideias dentro de uma sociedade tende a perpassar, necessariamente, o conjunto de normas e instituições que apreendem o campo cultural como ferramenta que promove conteúdos determinados, preferencialmente atribuídos de acordo com a unidade desses pensamentos com o estabelecimento material da ordem vigente: numa sociedade de classes, o conteúdo das ideias passa a ser um elemento conveniente, útil na construção de guias e padrões que orientam as ações práticas sobre realidade. Sob um conjunto de valores e interesses, a forma dominante de representar a realidade se estende ao passo da própria dominação da produção material da vida: para a classe que domina, a descrição da realidade carrega a defesa das características centrais que asseguram a sua instalação na história.

Como conhecimento falso, porém complexo e sistematizado, de modo a inverter a realidade, a ideologia se apresenta como um recurso da classe dominante uma vez que tende a preencher o campo cultural com seu respectivo conjunto de interesses: invertendo a realidade sob um produto da consciência, a negação da luta de classes e de outros elementos que demarcam o modo de produção capitalista compõem as produções que tem por base a defesa da sociedade burguesa. Como tema do nosso trabalho, a ideologia aqui é entendida a partir da sua base concreta, ou seja, da análise das condições sociais que permitem o avanço da consciência e a elaboração sistemática oriunda do trabalho intelectual.

Sob a episteme burguesa, a elaboração e desenvolvimento das ideologias tendem a corresponder às necessidades de assegurar a reprodução do modo de produção capitalista: o conjunto de renovações que desaguam no regime de acumulação integral compreende a base concreta em que – sob o paradigma subjetivista –, as ideologias passam a apresentar uma realidade invertida, ou seja, por meio de um conhecimento sistematizado, desqualificam a luta ou aspectos da realidade que apontam para a exploração da classe operária, a necessidade de superação da sociedade burguesa, etc. Nessa linha, a análise do regime de acumulação integral e do paradigma subjetivista representa o ponto de partida para a compreensão das ideologias que representam as novas demandas do capitalismo.

Desse modo, apreendendo a dinâmica por trás da ideologia, nosso trabalho parte para a análise da obra de Ribeiro de modo a averiguar a manifestação do subjetivismo e de ideologias que “indicam a realidade” a partir da manutenção da sociedade burguesa. Considerando a temática e o sucesso editorial de sua obra, nossa pesquisa procura entender a ligação entre a produção de Ribeiro de modo a apontar as determinações que a mantém sob a hegemonia

burguesa; enquanto obra que se apresenta como arcabouço para pensar um novo “marco civilizatório”, nosso trabalho procura averiguar a unidade de seu pensamento junto ao estabelecimento e reprodução da própria sociedade burguesa.

Nessa via, da produção inicial da consciência até os níveis mais avançados da sofisticação ideológica, nossa pesquisa percorre os regimes de acumulação do capitalismo como pano de chão de onde emergem as expressões intelectuais e seus respectivos interesses sobre a dinâmica material de uma sociedade de classes. Entendendo a unidade da dominação cultural junto à sociedade, as ideias dominantes – tal como iremos apontar –, demarcam a reprodução do modo de produção capitalista por meio da ampla produção e circulação de pensamentos que carregam no seu interior elementos que correspondem à defesa da sociedade burguesa. Ao longo das expressões intelectuais da classe dominante, a linguagem, a percepção e os valores que elas indicam compõem uma estrutura no qual as ideologias emergem como ferramenta de dominação sobre o modo de vida estabelecido.

Como será visto, a necessidade de renovação dos regimes de acumulação compreende a renovação de ideias que justificam a instalação de uma nova configuração sob a ordem do capital. Assim, o subjetivismo se apresenta como unidade junto às novas demandas da sociedade burguesa de modo que a produção de ideologias a partir desse paradigma submeta a realidade aos imperativos do modo de produção capitalista. Por sua vez, o “indivíduo”, o “sujeito”, a “identidade”, o “corpo”, as “representações”, etc., passam a ser temas por onde a recusa da totalidade, da radicalidade e da historicidade do próprio capital são trabalhados por um pensamento que tem por finalidade a defesa da ordem socialmente estabelecida. Em Ribeiro, nosso trabalho procura analisar a utilização desses temas de modo a minar a perspectiva revolucionária da luta de classes; a partir do subjetivismo, a defesa do capitalismo – como será evidenciado –, perpassa uma produção que pretende “um novo marco civilizatório”, ou seja, tendo em vista a defesa do atual modo de produção, a produção incorpora linguagens, valores, percepções etc., que “justificam” a esterilidade da radicalidade e a consequente manutenção do capitalismo.

Sendo assim, nossa pesquisa pauta a produção das ideologias no capítulo inicial – a partir da dinâmica da vida concreta –; observa a emancipação da episteme burguesa e dos produtos da consciência ao longo dos regimes de acumulação do capitalismo; assim como procura indicar a emergência de um paradigma correspondente e sua manifestação na obra de Ribeiro. Desse modo, nosso trabalho entende que a crítica sobre a manifestação do pensamento dominante revela ser elementar para o entendimento da realidade; o percurso que nos leva a

investigar a origem, as determinações e a finalidade das ideologias nos aparece como forma de compreender as apresentações e níveis da dominação burguesa sobre a classe operária.

CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Neste capítulo, a produção e o desenvolvimento da consciência na sociedade será apresentado a partir das determinações que ligam a emergência do pensamento junto à realidade concreta, ou seja, por meio da dinâmica entre o avanço das relações e meios materiais na história e a linguagem correspondente à vida material entre os homens. A partir das atividades materiais, desenvolvidas durante épocas determinadas, constituídas por interações comerciais, produtivas etc., a produção intelectual, tal como entendida aqui, se apresenta como emanção direta das atividades práticas entre os homens, representando a linguagem oriunda das relações sociais concretas, de acordo com o estágio e o modo de vida dos homens durante seu desenvolvimento. Nesse sentido, a partir do processo de vida real, a consciência aparece como a constituição intelectual oriunda das interações e experiências humanas com a natureza e com os outros homens; portanto, junto ao desenvolvimento dos homens em suas relações concretas, determinadas de acordo com a época correspondente.

Para tanto, utilizaremos a obra de Marx como ponto de apoio para revelar a dinâmica entre a produção das ideias, determinadas sob as condições concretas da vida material, ou seja, sob as atividades, os comércios e as determinações reais dos homens no seu processo de constituição social, produtiva, cultural etc. Como linguagem que representa a consciência dos seres humanos face a natureza e o conjunto da sociedade, a produção intelectual, portanto, será apresentada a partir da sua base material, ou seja, seres humanos concretos e determinados, de acordo com suas relações materiais. Neste capítulo, a produção das ideias, oriunda da vida prática, é apresentada tendo em vista o papel da divisão social do trabalho e os desdobramentos que orientaram a emancipação da consciência a partir de épocas, determinações e interesses dos homens na história.

1. Condições histórico-materiais

Ao verificarem as mudanças estruturais das condições humanas socialmente estabelecidas, declarando que a história das sociedades foram, em seu desenvolvimento, a história das lutas de classes, Marx e Engels nos apresentam a existência de uma lógica interna que orientou os processos de *cooperação* entre os indivíduos, assim como estabelece uma análise histórica cuja construção teórica tem como elemento a consideração material das relações correspondentes de cada fase do desenvolvimento social. As organizações sociais

divididas em classes antagônicas, dada as particularidades de cada sociedade – tal como servos e senhores em uma, burgueses e proletários em outra –, alimentam uma dinâmica de conflitos, ou seja, de oposição entre indivíduos dispostos de acordo com o seu lugar no setor da produção social, de forma que essa contradição acaba se tornando a base material das transformações da própria sociedade em vigência: o embate entre as classes antagônicas, no interior de uma sociedade, tende a criar a margem para um processo de transformação social tendo em vista o resultado dessa luta.

Desse modo, a partir das considerações referentes a cada condição histórica encontrada, naquilo que permite a identificação de estruturas sócio-produtivas etc., as lutas de classes apontam para a emergência de relações sociais que perpassam as organizações humanas com suas respectivas capacidades de definirem as posições sociais dos indivíduos. A dinâmica histórica antagônica estabelecida pelas lutas de classes compreende os processos nos quais os indivíduos estabelecidos de acordo com a produção material de sua existência passam a entrar em contradição com as relações de produção socialmente estabelecidas: a contradição entre essas forças produtivas e as relações de propriedade no interior dessa ordem, atravessam as sociedades empreendendo “uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito”(MARX; ENGELS, 1998, p. 40).

O papel das lutas de classes na história, constituindo um motor sobre a qual as sociedades tem sido estabelecidas e superadas, é apreendido pelos autores *d'A Ideologia Alemã* a partir da análise das relações materiais que dão origem às transformações das sociedades humanas. Aqui, a apreensão teórica dos autores sobre as lutas de classes derivam de uma investigação sobre a materialidade das relações sociais – ou seja, sobre a perspectiva dos seres humanos concretos, em épocas determinadas, com suas respectivas relações produtivas etc. –, de modo que as múltiplas determinações da realidade apareça, por via intelectual, subordinada à constatação empírica dos fenômenos, estabelecidos a partir das relações políticas, econômicas e produtivas da ordem social. A representação, desse modo, parte dos processos da vida concreta e das atividades reais desenvolvidas pelos homens dadas as suas condições materiais de existência. Para tanto, os autores *d'a ideologia* percorrem a história, enquanto fonte investigativa das relações entre os seres humanos, a partir da constatação inicial dos seres humanos enquanto indivíduos vivos e em seu processo de reprodução da vida material: do ponto de vista da totalidade, a exposição teórica perpassa a concretude das relações sociais em sua gênese, enquanto ponto inicial da apreensão teórica.

Sob a ótica dos fenômenos materiais e históricos, ou seja, das relações empíricas condicionadas pelas características de cada período, a investigação sobre os processos da vida real procura apreender o movimento sob o qual as determinações materiais constituem a verdadeira dinâmica da realidade. A constituição das sociedades na história, por conseguinte, é analisada a partir das interações humanas em suas primeiras formas de proximidade e desenvolvimento, tendo em vista o intercâmbio e as práticas materiais dado o grau de sofisticação de cada sociedade: os elementos sociais, políticos, culturais etc., são apreendidos a partir da totalidade dessas relações conforme as práticas humanas são evidenciadas a partir da constatação na história.

Anulando qualquer primazia do plano intelectual sobre a materialidade, ou seja, de um idealismo que sobrepõe o mundo das ideias em detrimento dos fenômenos concretos, reais e humanos, Marx e Engels apontam que “a primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos” (MARX; ENGELS, 2001, p. 10). As relações entre seres humanos vivos entre si e com a natureza, nessa linha, tornam-se a base de investigação da pesquisa histórica, tendo em vista a constituição e o desenvolvimento inicial das relações sociais em sua materialidade. A partir daqui, a produção humana de seus próprios meios de existência passam a orientar a sua própria organização social, tendo em vista que essa produção depende tanto da natureza dos meios já encontrados, quanto aqueles que precisam ser reproduzidos e desenvolvidos em sua época. A reprodução dos meios de existência, portanto, já representa “um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado” (MARX; ENGELS, 2001, p.11).

A forma com que os indivíduos produzem e o que produzem, dada as condições materiais de sua época, reflete a própria constituição sociocultural em que estão inseridos. A produção tanto aparece quanto condiciona a organização social a partir do intercâmbio entre os indivíduos que, por sua vez, é progressivamente elevada pelo aumento da população e das relações entre outras nações. Para os autores, o nível de desenvolvimento de cada nação – no tocante às forças produtivas, divisão do trabalho e relações internas –, determina a relação de uma nação com a outra, assim como esse nível de produção determina, também, a organização no interior da própria nação: a divisão do trabalho, aqui, acusa o grau de desenvolvimento alcançado pela nação em destaque. Assim, uma vez que a divisão do trabalho determina a posição e as relações entre os indivíduos, referente às suas condições materiais na dinâmica produtiva, instrumentos e produtos do trabalho, em cada estágio de desenvolvimento emerge consigo uma nova configuração das relações de propriedade: a divisão do trabalho no interior de uma nação, levando a separação entre campo e cidade, indústria e comércio e agricultura

etc., é acompanhada pelos respectivos modos de exploração, como o patriarcado, escravatura, ordens e classes.

Desse modo, Marx e Engels apontam que a primeira forma de propriedade encontrada na história é a propriedade tribal. Com uma divisão do trabalho pouco desenvolvida – predominantemente arraigada na divisão natural do trabalho que ocorre na família – onde tem a sua produção caracterizada pelas atividades de caça, pesca e pastoreio. Os membros das tribos formam a estrutura social juntamente com os escravos, tendo os chefes das tribos as funções mais elevadas no grau hierárquico. A propriedade comunal e a propriedade do Estado formam a segunda forma de propriedade, advinda sob a união de várias tribos no interior de uma cidade, tal como é encontrada da Antiguidade. Neste estágio, o desenvolvimento da propriedade comunal é acompanhada, de modo ainda restrito, pelo desenvolvimento da propriedade privada, numa organização social que ainda compreende o domínio coletivo sobre os escravos. Não obstante, a divisão do trabalho já se desenvolve de modo a originar, neste ambiente, a oposição entre cidade e campo, de forma que os Estados, posteriormente, também passam a defender esses interesses opostos. Em seu interior, o comércio marítimo e a indústria também se desenvolvem, assim como as relações de classes, envolvendo cidadãos e escravos, tem o seu pleno avanço.

Para Marx e Engels, a terceira forma de propriedade, a propriedade feudal, tinha o campo como principal ponto de partida, marcada por uma população esparsa e distribuída de forma dispersa sobre um vasto território. Devido a conquista dos povos bárbaros sobre o Império Romano, a destruição das forças produtivas e da agricultura, sujeitas à violência dos processos de dominação, o modo de organização consequente desembocou na propriedade feudal, gerida a partir da organização militar. Para os autores:

Como a propriedade da tribo e da comuna, esta repousa, por sua vez, sobre a comunidade em face da qual não são mais os escravos, como no antigo sistema, mas sim os pequenos camponeses submetidos à servidão que constituem a classe diretamente produtiva. [...] a estrutura hierárquica da propriedade fundiária e a suserania militar que a acompanhava conferiam à nobreza o poder absoluto sobre os servos. (MARX; ENGELS, 2001, p. 16).

Nessa leitura, as classes antagônicas podem ser observadas uma vez que há, mais uma vez, uma associação contra a classe produtora dominada, que se torna diferente de outras estruturas sociais devido as próprias condições de trabalho de cada fase histórica com sua respectiva forma de propriedade. Ainda na propriedade feudal, a oposição entre campo e cidade se torna mais evidente: a correspondência dessa relação de propriedade fundiária com a cidade

está na propriedade corporativa, juntamente com a associação entre pilhadores e as organizações necessárias para as tarefas mercantis e industriais. Uma agricultura rudimentar no campo e uma indústria artesanal limitada caracterizou, dessa forma, uma relação de produção igualmente limitada entre os servos, na propriedade fundiária e o trabalho pessoal, numa relação de companheiro e aprendiz de artesões isolados nas cidades.

A partir dessas constatações, oriundas das relações materiais entre os indivíduos na história, toda e qualquer perspectiva filosófica, auto-afirmada pelo seu próprio mundo de representações, é radicalmente descartada como puro idealismo. Ao criticarem aos filósofos alemães, que submetiam os conceitos, representações, ideias etc., como os “verdadeiros grilhões da humanidade”, Marx e Engels apontam que são os indivíduos históricos, organizados segundo suas relações sociais e políticas, determinados pelas suas atividades produtivas, que determinam a suas próprias relações. A produção das ideias está intimamente ligada à própria atividade material dos homens enquanto linguagem da vida real. Para os autores,

São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar (MARX; ENGELS, 2001, p.19).

A consciência, as ideias e os conceitos que os idealistas dão autonomia, como a “religião”, “Estado”, etc., são produtos dos homens reais, atuantes na história de acordo com suas condições materiais diante da natureza, pois “a consciência nunca pode ser mais que o ser consciente” (MARX; ENGELS, 2001, p.19). O ponto de partida não são as representações, as ideias e os conceitos que os homens fazem de si e que, posteriormente, dominam os homens em sua concretude; pelo contrário, parte-se dos homens vivos, em seu processo de vida real para assim depois chegar nas suas próprias representações e conceitos que criam de acordo com suas relações sociais em desenvolvimento. É a vida que determina, como conta os autores, a própria criação da consciência, e não a consciência, ideias e conceitos que determinam a vida humana: a consciência é o indivíduo vivo. Ao considerar a história a partir desses pressupostos, todas as especulações e abstrações são descartadas: a análise do desenvolvimento e das atividades práticas, tal como os autores esclarecem, torna-se o ponto de partida da compreensão dos fenômenos tendo em vista a sua apreensão intelectual, sistematicamente atingida pelas considerações histórico-materiais em sua totalidade.

Aqui, os pressupostos da existência humana na história são derivados da própria existência real dos seres humanos – sem uma abstração última que guia e determina as relações

do mundo concreto, como é para os filósofos idealistas –, de modo que a materialidade histórica forneça, através da realidade, a linha de partida da análise. Diante disso, mantendo sempre as relações concretas como a gênese da construção teórica, Marx e Engels afirmam que a produção humana da própria vida material, ou seja, a produção dos meios que vão permitir satisfazerem suas necessidades, configura o primeiro fato histórico, enquanto condição para a manutenção da sobrevivência básica dos indivíduos. Por conseguinte, as novas necessidades que surgem com o desenvolvimento da população, por sua vez, apresentam-se como o primeiro fato histórico, enquanto a família, como forma inicial de relação social, se estende aos indivíduos como uma relação natural –, através da produção da vida pela procriação –, e social, tendo em vista a cooperação entre vários indivíduos segundo o aumento das necessidades sociais e produtivas em curso. É dessa forma que, para os autores, “um modo de produção ou um estágio industrial determinados estão constantemente ligados a um modo de cooperação ou a um estágio social determinados, e que esse modo de cooperação é, ele próprio, uma “força produtiva.” (MARX; ENGELS, 2001 p. 24). Não obstante, as forças produtivas, nessa linha, também passam a determinar o estado social, apontando que a história humana, em suas bases iniciais, tem seu desenvolvimento contínuo através da conexão com desenvolvimento das trocas e da produção industrial.

A partir daqui, a própria consciência pode ser apreendida – não de maneira autonomizada, como é para os idealistas –, mas como a consciência real dos indivíduos, desenvolvida a partir das suas relações e necessidades materiais com a natureza e com os outros indivíduos na sociedade: como em forma de linguagem, que é a consciência real, prática, a consciência se desenvolve em conjunto com o indivíduo, a partir da sua carência e necessidade de intercâmbio com outros seres humanos. Dessa forma, de início, o indivíduo toma consciência a partir da apreensão do meio sensível e da interdependência com outros homens, de forma que “a própria consciência da necessidade de entrar em relação com os indivíduos que o cercam marca, para o homem, o começo da consciência do fato de que, afinal, ele vive em sociedade” (MARX; ENGELS, 2001, p. 25). Não obstante, a partir das novas necessidades, oriundas com o desenvolvimento da população e com o aumento da produtividade e relações sociais inerentes a esses desdobramentos, a consciência se aperfeiçoa, expandindo tanto o domínio/relação com a natureza, quanto a própria capacidade de se pensar as próprias ideias. Com isso, os autores afirmam que a divisão do trabalho, em sua plenitude, tem sua forma efetivamente exercida com a divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual, ou seja, uma divisão onde a própria consciência tem seu papel enquanto atividade exclusiva de indivíduos específicos na produção e reprodução da sociedade em vigor.

1.2 *Ideólogos e a ideologia*

Com a divisão social do trabalho estendida entre trabalho material e trabalho intelectual, representando respectivamente “o trabalho e o gozo, a produção e o consumo”, a consciência pode de fato *imaginar* que representa algo alheio ao indivíduo real. A partir do momento em que as tarefas são divididas, destinadas a pessoas diferentes, o trabalho intelectual passa a se desenvolver de forma a criar seus próprios produtos que, só são responsáveis por determinações providenciais no mundo real se considerarmos a total autonomia do mundo das ideias em relação ao mundo histórico-concreto – tal como a consciência tem sido trabalhada pelos idealistas. Neste cenário, a emancipação e sofisticação da consciência, desenvolvida perante o avanço da divisão social do trabalho, tem seu papel autonomizado uma vez que as representações dos indivíduos, carregadas de sentido em si mesmas, são postas de modo a serem elas “os verdadeiros grilhões da humanidade”.

Neste caminho, a partir de um breve “levantamento histórico”, por exemplo, podemos observar que o poder das religiões pôde desempenhar papel decisório dentro de sociedades ao longo de períodos e regiões geográficas diferentes: o efeito de um pensamento sistematizado, que permite organizar estruturas culturais e estabelecer parâmetros entre as pessoas que compõem ou não uma cidade, nação etc., parece ser fundamental para explicar a dinâmica das relações sociais, ou até mesmo, por essa via, de um processo histórico global. Dessa forma, o cristianismo da Idade Média pode então ser visto como o fator determinante das interações entre servos, monarcas e camponeses: organizador de rituais a serem rigorosamente seguidos; ofereceu interpretações do sentido da vida; alimentou um tipo de organização político-econômica etc. Nesses termos, o poder intocável da religião cristã parece ser responsável por atribuir funções sociais aos homens, sendo ela então a “instituição” máxima que regeu a vida medieval. Com essa autoridade, a religião logo tem sua imagem elevada a uma forma suprema: um ser que está além dos homens e que mesmo assim se constitui como força motora das atividades terrenas. Não obstante, o reino superior onde a religiosidade se localiza passa a ser, junto com outras instituições também decisivas - como a política, o Estado etc -, o ambiente hostil onde a crítica dos homens devem ser direcionadas, uma vez que são essas entidades e suas possíveis alterações que definem as ações materiais mediada pelos homens.

Ao considerar a religião dessa forma, não parece haver relações sociais históricas e concretas, com suas respectivas dinâmicas produtivas, de acordo com o desenvolvimento da divisão social do trabalho – tal como a própria consciência é a sua consequência –, uma vez que

esse conceito passa a ser o ponto de partida da apreensão teórica. Imaginando ser algo além do próprio homem histórico, em suas atividades práticas determinadas, as representações humanas e a própria ideia de que essas representações determinam as atividades como um ser munido de autonomia, são atribuições idealistas de considerar a materialidade: a religião, como produto da consciência, é interpretada como um ser apartado dos homens, mas que determina a sua condição social. Porém, como escreve Marx e Engels,

É evidente aliás que os “fantasmas”, “laços”, “ser supremo”, “conceito”, “escrúpulos” são apenas a expressão mental idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limites muito empíricos no interior dos quais se move o modo de produção da vida e o modo de trocas ligado a ele. (MARX; ENGELS, 2001, p. 27).

A emancipação da consciência, ou seja, a riqueza intelectual – como escreve os autores –, depende, por sua vez, da emancipação e riqueza das relações sociais concretas. Ao conceber a história a partir da produção material da vida, entendemos, dessa forma, os intercâmbios entre os indivíduos, em seus respectivos estágios sociais, assim como, a partir dessas relações, apreender as próprias produções teóricas e as formas de consciência – como a moral, filosofia, religião etc. desenvolvidas pelos homens: essa maneira de analisar a história “não explica a prática segundo a ideia, explica a formação das ideias segundo a prática material” (MARX; ENGELS, 2001, p. 36). A base da religião, da moral, da filosofia, e da teoria etc., é a vida material, movida pelos processos revolucionários na história: em cada estágio, indivíduos devidamente organizados segundo suas condições materiais, forças produtivas etc., constituem a base real de onde surgem as representações.

Com a divisão social do trabalho, o trabalho intelectual, em sua “exclusividade”, se desdobra a ponto de criar representações e teorias que, em suas possibilidades, se emancipam a ponto de declarar autonomia ao mundo concreto, da vida material e do trabalho manual: a ideologia, sendo essa consciência falsa, por inverter a realidade por meio da apreensão teórica, e sistemática, pela sua exclusividade enquanto trabalho intelectual, do ideólogo, logo tem sua atividade desvendada a partir do processo no qual a própria divisão do trabalho, ou seja, os fatores reais do desenvolvimento concreto, tem suas plenas atribuições expostas.

Para Marx e Engels, a ideologia refere-se à consciência falsa e sistemática da realidade, ou seja, refere-se a uma concepção – um saber ilusório – que distorce a realidade, de modo a inverter as reais determinações da realidade concreta em detrimento dos próprios produtos das atividades intelectuais dos homens. Como, para os autores, “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2001, p. 20), ou seja,

não é a religião, a filosofia, a moral etc. que determinam as relações materiais, mas, pelo contrário, são as relações materiais, históricas, através das condições reais de existência etc. que determinam a consciência; a ideologia, dessa forma, apresenta-se como consciência sistemática e ilusória em relação aos elementos da vida concreta. Não há separação, portanto, que dê margem para o predomínio das representações intelectuais dos seres humanos face sua própria existência concreta, mas tão somente o seu desenvolvimento histórico que, por sua vez, condiciona relações sociais onde a própria atividade intelectual dos homens tem exclusividade, a partir dos trabalhadores intelectuais, que passam a dar valor excessivo aos produtos deste trabalho. Para Viana,

O que Marx coloca é que há unidade entre o indivíduo, o ser, e sua consciência, que é consciência de si e da realidade social e natural, mas cujo conteúdo pode ser falso, ilusório...
[...] A ideologia, portanto, é inversão da realidade, pois o ser consciente que a produz, ou seja, um ideólogo específico que é unidade entre um determinado indivíduo e sua consciência (e não poderia ser de outra forma), inverte a realidade, cria uma consciência ilusória da mesma. (VIANA, 2017, p. 103)

Dessa forma, as construções intelectuais, tal como aquelas que Marx e Engels observaram nos filósofos alemães “que só oferecem a história das representações desligadas dos fatos e dos desenvolvimentos práticos que constituem sua base” (MARX; ENGELS, 2001, p. 40), são produtos dos ideólogos, dada sua posição na divisão social do trabalho, que invertem a realidade de modo a justificar as relações concretas a partir de suas próprias formulações teóricas que fazem a partir do mundo das ideias: em suas posições, os ideólogos “podem se dedicar a construir sistemas filosóficos, amplas doutrinas políticas concepções científicas e teológica em alto grau de complexidade” (VIANA, 2017 p. 105). A ideologia, nessa via, tem sua origem por meio dessas condições, ou seja, condições materiais onde os ideólogos, a partir do trabalho intelectual, cria uma consciência falsa, por inverter as determinações da realidade, e sistemática, por expandir os produtos do seu trabalho intelectual em grades teorias e sistemas filosóficos.

Portanto, a divisão social do trabalho tem papel decisivo na própria dinâmica da construção social, de modo que indivíduos ou grupos ligados às instituições – ou aqueles que se apresentam como pensadores independentes –, desenvolvem suas ideologias de acordo com suas posições, recursos e interesses para com a própria elaboração teórica que cria. Como especialistas no trabalho intelectual, estão inseridos na ordem social a partir das condições socioeconômicas fornecidas pela classe dominante. Tanto os ideólogos alemães – expressando

“o arcabouço ideológico da pequena burguesia nacional da época” –, quanto aos economistas contemporâneos, por exemplo, atuam de modo a criar sistemas e doutrinas que tendem a confirmar a estrutura sócio-histórica em que estão desenvolvendo suas atividades intelectuais. Como pensadores ativos, ou seja, que elaboram ideologias, ou aqueles que reproduzem o conteúdo, as ideologias, em sua função de inverter a realidade, ocultando as contradições elementares do *status quo*, são recursos/modo de pensar que fornecem a expressão da dominação material, além de legitimar tal condição.

1.3 *Ideólogos e burguesia.*

Devido ao seu caráter ilusório, a ideologia é desenvolvida de modo a representar uma posição na qual a realidade das relações materiais seja teoricamente invertida, além de apontar para uma realidade que existe tal como o ideólogo a ver, sendo que a sua visão representa justamente os interesses e os ideais que lhes são propriamente adequados. As expressões intelectuais, seja os conceitos, filosofia, etc., passam a ser a expressão das relações que permitem ao ideólogo manter, a nível teórico, uma compreensão que garante a sua própria condição de ideólogo – enquanto indivíduo ligado à classe dominante de acordo com a divisão social do trabalho.

Uma vez que domina materialmente a sociedade, a manutenção das ideologias que justificam a ordem burguesa são igualmente necessárias do ponto de vista da reprodução da sociedade em andamento: em sua totalidade, a fundação da sociedade se consolida, do ponto de vista cultural, estético, político etc., de modo que as condições históricas em questão se apresentem como o estabelecimento último dos domínios humanos nos quais as suas capacidades, potencialidades e avanços estejam encerrados dentro desse ambiente, intransponível seja pela falta de necessidade de uma outra ordem, ou pelo grau de solidez na qual a sociedade está assentada. No plano ideológico, produto das próprias relações materiais engendradas na sociedade, a produção das ideologias – em seu respectivo nível de alcance e abstração –, se apresentam como parte dos aparatos de dominação da sociedade de classes.

Como parte integral do estabelecimento histórico da classe, a ideologia prepara e mantém o horizonte da sociedade em vigência. Sendo assim, o pensamento dominante na sociedade – refletindo as próprias práticas e relações de dominação material da classe burguesa –, se estabelece de modo que a própria divisão do trabalho garante o espaço – intelectual –, na qual a produção ideológica passa a reafirmar suas próprias condições de dominação social: os ideólogos, nesse sentido, interagem com a classe burguesa a partir das condições sociais que

querem afirmar, sendo aqueles – de modo geral – os “representantes” ou “porta vozes” da burguesia.

Ao longo da consolidação da sociedade burguesa, a produção ideológica acompanhou os processos de dominação da sociedade: não obstante, a produção intelectual, desenvolvida ao passo das décadas e séculos, ganharam cada vez mais solidez, se apresentando na própria criação de um modo de pensar – episteme burguesa –, que passam a organizar a formação das teorias, ideologias, representações etc., da própria classe. Ao redor das ideologias, portanto, há uma estrutura que fundamenta e possibilita o desenvolvimento de apreensões teóricas da mesma ordem de pensamento. Como afirma Viana,

A episteme é uma infraestrutura de pensamento, ou seja, um modo de pensar (ou modo de constituição do pensamento/saber/consciência) que se fundamenta em determinada mentalidade e gera um campo linguístico (composto por um campo lexical e um campo semântico), um campo axiomático e um campo analítico (epistêmicos) que, por sua vez, assume a forma de paradigmas (que geram campos analíticos, axiomáticos e linguísticos paradigmáticos) que criam superestruturas de pensamento, ideologias, doutrinas, métodos etc., que constituem seus próprios campos linguísticos, axiomáticos e analíticos. (VIANA, 2018, p. 16).

Do ponto de vista histórico, a estruturação da sociedade burguesa tem como complemento o desenvolvimento de sua própria elaboração epistêmica, dada a necessidade de organizar e justificar, no plano ideal, o estabelecimento dessa nova condição social. A constituição dos conteúdos, ou seja, da emergência de qualquer produto da consciência, deve seu resultado ao processo de cristalização e autonomização da episteme, tendo em vista a sua capacidade de orientar, por meio de sua própria estrutura, a lógica que abre espaço para o surgimento das ideias, uma vez que “o modo de produção capitalista gera uma sociabilidade burguesa e essa, introjetada pelos indivíduos, engendram uma mentalidade igualmente burguesa. Essa mentalidade se cristaliza e solidifica, bem como as formas de consciência elaboradas a partir dela”. (VIANA, 2018, p.18)

Aqui, a produção das ideias e a sua base material – as condições históricas da sociedade burguesa –, se apresentam de modo a indicar o processo pelo qual a dominação da classe e o seu desenvolvimento intelectual articulam a própria reprodução da ordem capitalista. A partir da episteme burguesa, o aparato ideológico da sociedade capitalista, além de renovar-se – dada as necessidades históricas em seus regimes de acumulação –, estabelecem a dinâmica cultural responsável pela reconstrução e manutenção de sua hegemonia. A episteme burguesa,

reafirmando a sua dominação, determina o conteúdo do pensamento assim como orientam as ações no plano material, devido ao caráter ativo das representações, que são derivadas desta estrutura intelectual. Devido a sua condição histórico-material, a sociabilidade capitalista, gerada pelo estabelecimento da classe, atua sobre a episteme tanto por meio das suas relações sociais, assim como pela mentalidade burguesa em seu conjunto de interesses, valores etc.¹: a mentalidade e a sociabilidade, desta forma, interagem de modo a reproduzir as condições gerais da dominação da classe em níveis cada vez mais sofisticados.

A produção da ideologia, neste sentido, tem por base uma estrutura intelectual que representa a consolidação do estabelecimento histórico de uma classe, uma vez que “há um reforço recíproco entre a sociabilidade capitalista e a mentalidade burguesa, bem como entre a sociedade capitalista e episteme burguesa” (VIANA, 2018, p. 20). O caráter ativo das ideias, neste cenário, compreende o conjunto de influências e referências sob a qual os indivíduos percebem o mundo e agem de acordo com suas respectivas orientações intelectuais, tendo em vista a própria percepção que fazem do mundo: a consciência, nessa via, tem o papel de mediar as ações por meio de todo o conteúdo intelectual gerado, neste caso, pela estrutura burguesa de dominação. Não obstante, a força das ideias, como pode ser visto, só é possível porque também é uma determinação das ações humanas, ou seja, é parte constituinte da realidade histórica da sociedade burguesa.

Em torno da sistematicidade característica das ideologias, a amplitude do pensamento falso, construído de modo a ocultar a realidade e justificar o estabelecimento da ordem vigente se constitui em resposta direta das determinações materiais da dominação de classe, na medida em que esta, cada vez mais avançada, é a base para a sofisticação no plano intelectual. As ideologias, inseridas dentro de cada paradigma burguês que, por sua vez, é organizado e reorganizado de acordo com a episteme burguesa, tem seu alcance a partir de todo o modo de pensar próprio dessa classe. Como afirma Viana, “a episteme burguesa surge com a formação da sociedade capitalista” e, sendo uma classe emergente, “trazem novos interesses e isso gera novos valores, concepções etc. Quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais se aprofunda a necessidade de mutação linguística, analítica, axiomática, perceptiva” (VIANA, 2018, p. 41/42).

Gerada por ideólogos, a episteme burguesa “é a infraestrutura do pensamento burguês”.
Nessa via,

¹ VIANA, Nildo. O modo de pensar burguês: episteme burguesa e episteme marxista. Curitiba: Editora CRV, 2018.

O modo de produção capitalista gera uma sociabilidade específica, da sociedade burguesa, que promove um forte impacto no conteúdo do pensamento (as diversas ideologias burguesas), bem como gerando uma mentalidade burguesa. Essa sociabilidade e mentalidade não vão atingir apenas o conteúdo do pensamento, mas sua forma. A sociabilidade capitalista e mentalidade burguesa constituem uma episteme desenvolvida, que é distinta das que existiram nas sociedades pré-capitalistas, que eram formas elementares de episteme. (VIANA, 2018, p. 42).

A emergência da episteme, por sua vez, é constituída por meio dos “campos constitutivos do pensamento”, ou seja: “uma episteme, para existir, constitui alguns campos específicos: o linguístico (que inclui o campo lexical e semântico), o analítico, o axiomático e o perceptivo” (VIANA, 2018, p. 22). Dessa forma, as atribuições referente à composição lexical e semântica, ao conjunto de valores, aos fenômenos que são apreendidos etc., são elementos que integram uma episteme em sua capacidade de fundamentar todo um modo de pensar referente a uma classe sócio-histórica. Aqui, o papel dos ideólogos em sua tarefa de reproduzir e justificar a ordem burguesa no plano intelectual, também é apreendido pela elaboração última das estruturas de pensamento da classe dominante, em suas condições e interesses que são incapazes de expressar as reais determinações da realidade – tendo a verdade como finalidade –, assim como necessitam, como um projeto de classe, esconder as contradições materiais por meio das ideologias, constructos etc.

Nessa via, na produção da consciência da classe burguesa, o campo axiomático:

[...] exclui determinados valores, substitui outros, deixa alguns implícitos e outros raramente explícitos e alguns ocultos. Os valores excluídos são seus desvalores (o que já revela valores implícitos), os valores substituídos são valores universais adaptados aos interesses da classe dominante, os valores implícitos estão presentes mas não são autodeclarados com valores, os valores explícitos são raros e é uma autoavaliação (outras formas são mais comuns em seus produtos culturais derivados, paradigmas e ideologias), os valores ocultos são aqueles que aparentemente não estão presentes e se manifestam via valores implícitos.” (VIANA, 2018, p. 46).

A partir daqui, as características da sociedade capitalista se apresentam de modo a revelar a sua sofisticação em relação à sua capacidade de se desenvolver tanto enquanto sociedade historicamente estabelecida e materialmente dominante: no plano das ideias, a formação da episteme e dos campos mentais inerentes à ela refletem o nível de desenvolvimento das próprias relações sociais onde a sociabilidade e a mentalidade da classe dominante podem ser observadas. Com a “destreza” que impõe as séries de valores sobre a ordem social,

produzindo ideologias que corroboram a “inevitabilidade” da história presente, o capitalismo se reproduz articulando o pensamento à sua necessidade de ocultar as contradições inerentes da luta de classe. Questões como a neutralidade, a ciência e a racionalidade, por exemplo, podem ser colocadas dentro do campo axiomático da episteme burguesa de modo a apresentar um consenso ideológico sobre as formas e conteúdo do pensamento social. Da acumulação primitiva e cálculo mercantil ao desenvolvimento do saber técnico, das concepções filosóficas racionalistas e empiricistas etc., tal como a própria constituição das ciências naturais com seus respectivos “métodos” para o “domínio do homem sobre a natureza”, a episteme burguesa, por meio dos seus campos mentais, se expande enquanto representação ideal da nova condição sócio-histórica: a “verdade”, “objetividade”, etc., passam a “não existir” fora das concepções que a nova classe impõe enquanto domina materialmente a classe proletária.

A partir do seu campo axiomático, os interesses da classe burguesa por meio da sua episteme devem ser expressos sem serem explicitamente apontados como interesses de sua única vontade, ou seja, as ideologias compreendem o âmbito no qual a luta de classes que assenta a sociedade capitalista – assim como os interesses da classe trabalhadora – são, de forma sutil ou por vias mais rígidas, suplantadas pelas formas e concepções culturais e intelectuais por onde elas possam atuar. Uma vez que as contradições devem ser “escondidas”, as manobras ideológicas são necessárias a ponto de reorganizar o conteúdo do pensamento, assim como conceitos e categorias que indicam a historicidade do capitalismo em sua condição de sociedade potencialmente superável. Ao seu modo, os valores articulados pelo campo axiomático da episteme burguesa fecham as cortinas onde a possibilidade do entendimento da realidade, ou seja, as relações de produção capitalista etc., não podem ser apreendidos por meio do seu conjunto de constructos, ideologias, doutrinas etc.: em tais processos, até mesmo a “exclusão da verdade é realizada através da afirmação sobre sua impossibilidade” (VIANA, 2018, p. 47).

Considerando o arcabouço da sua episteme, ao se consolidar historicamente, a manutenção da classe burguesa reflete o embate em que se emancipou da sociedade feudal, assim como responde à luta frequente contra a classe trabalhadora inerente à sua própria constituição. Portanto, como escreve Viana,

O campo linguístico burguês não somente gera palavras e constructos numerosos e variados, mas também cria um processo de ressignificação dos signos que existiam nas sociedades pré-capitalistas e ainda os produzidos no âmbito do marxismo. Nesse combate linguístico com o passado e o futuro, os signos adquirem novos significados de acordo com o campo axiomático e o analítico da episteme burguesa (VIANA, 2018, p. 52).

O aparato linguístico da episteme burguesa se estende de modo a inserir seus próprios conceitos, constructos etc., a partir das propostas analíticas que ela mesma entende como “necessária”: as palavras que emergem e/ou são ressignificadas durante seu desenvolvimento – tendo em vista os paradigmas predominantes em cada regime de acumulação capitalista –, se apresentam como a nova ordem de termos a serem considerados como fundamental para a análise. Seja por pares antinômicos, determinando a análise pela oposição como objetivo/subjetivo, sujeito/objeto, realismo/idealismo etc., o campo linguístico reflete os termos onde o modo de pensar burguês possa delimitar, por meio dos conceitos, etc., as condições e a linguagem empregada em que o fenômeno será discutido.

O conjunto de signos e significados, assim como conceitos e constructos que orientam a análise burguesa são, em grande medida, elaboradas de acordo com a tentativa de anulação da episteme oposta, a marxista, que por sua vez, possui um campo linguístico infinito, considerando a própria amplitude da realidade. A partir de cada ideologia, os conceitos podem sofrer variações no interior da própria episteme burguesa, tendo em vista o conjunto de renovações dos paradigmas. No caráter contingente em que os conceitos e construtos podem ser empregados na episteme burguesa, o seu campo analítico se apresenta de formas distintas, dada a necessidade dos paradigmas em vigência. Para Viana,

O campo analítico da episteme burguesa tem três elementos constitutivos: anistorismo, antinomismo e reducionismo. Esses três elementos constitutivos são oriundos dos limites intransponíveis da consciência burguesa. A episteme burguesa, devido seu campo axiomático e os limites derivados dele, tem que recusar a história, o antagonismo e a totalidade. Isso ocorre mesmo quando os seus ideólogos falam em história, antagonismo e totalidade. (VIANA, 2018, p. 59).

Por conseguinte, a concepção de história na episteme burguesa só é capaz de atribuir sentido à história por meio da perspectiva que indique a manutenção da sociedade capitalista, ou seja, o passado tende a ser “obscuro” e “retrogrado” e o futuro só pode ser a permanência do “avanço” e renovações do capitalismo. Não obstante, o antagonismo de classes passa a ser um “criação ideológica”, ou tem seu significado histórico e material radicalmente destituído do sentido da oposição revolucionária. Desse mesmo modo, a totalidade é reduzida, isolada, simplificada etc., uma vez que ela representa a historicidade e as contradições engendradas pela classe: os diversos “métodos” utilizados em torno da episteme burguesa garantem a incapacidade de apreensão da totalidade enquanto elemento categórico da análise. Dessa forma, o campo perceptivo, por sua vez, tende a excluir de suas análises os elementos que indicam os múltiplos fatores da realidade, assim como a própria crítica sistêmica à sociedade capitalista.

As determinações impostas pela materialidade histórica da sociedade burguesa tem suas expressões realçadas a partir da composição ideológica embasadas por meio das variações de produtos intelectuais que a episteme é capaz de fornecer. As representações intelectuais sobre o advento das transformações da modernidade refletem o trabalho imbuído pelos representantes da classe burguesa em sua função de organizar, através das necessidades materiais da dominação da classe, um aparato ideal de amplo alcance a partir dos campos mentais responsáveis pela conduta teórica dominante da sociedade vigente. A ressignificação da democracia, assim como o prestígio creditado em conceitos como o de cidadania, liberdade e igualdade, por exemplo, conferem a dinâmica apreendida por ideólogos a partir da elaboração sistemática da reprodução social favorável e pontualmente necessário ao desenvolvimento histórico. Tendo em vista a dinâmica encontrada na ordem do dia, naquilo que representa a resposta da classe antagônica em sua possibilidade de sobressair na luta de classes, as elaborações ideológicas se apresentam como o suporte fundamental às manobras conjunturais da classe dominante em relação aos seus riscos factíveis: a unidade do movimento do concreto com as formulações ideológicas que orientam a reprodução do capital constitui o funcionamento da sociedade de classes da modernidade.

Em sua “forma de democracia”, o capitalismo, de modo a estabelecer as configurações necessárias à sua dominação ante a classe trabalhadora, “foi capaz de imaginar um corpo abrangente, mas grandemente passivo, de cidadãos composto pela elite e pela multidão, embora sua cidadania tivesse alcance limitado” (WOOD, 2003, p.180). Dada as “virtudes” de um Estado que guarda a liberdade e represente o bem comum, – antagônico aos princípios de uma instituição “arbitrária”, “opressiva” etc. –, a proposta de indivíduos formalmente iguais se apresenta, como manifestação ideológica, nas representações iniciais de uma classe que passa a ter o controle político como passo decisivo em sua reprodução social. Não obstante,

Devido à circulação mercantil e à posterior estruturação de toda a sociedade sobre parâmetros de troca, exsurge o Estado como terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho. Este terceiro não é um adendo nem um complemento, mas parte necessária da própria reprodução capitalista. Sem ele, o domínio do capital sobre o trabalho assalariado seria domínio direto – portanto, escravidão ou servidão. A reprodução da exploração assalariada e mercantil fortalece necessariamente uma instituição política apartada dos indivíduos. Daí a dificuldade em se aperceber, à primeira vista, a conexão entre capitalismo e Estado, na medida em que, sendo um aparato terceiro em relação à

exploração, o Estado não é nenhum burguês em específico nem está em sua função imediata. (MASCARO, 2013, p. 18)

O produto dos ideólogos tem papel fundamental no capitalismo ao estabelecer uma conexão entre a dinâmica material das relações sociais e a elaboração intelectual que justifica o *status quo*, tendo o alcance e efeito que complementam o estado de dominação da sociedade: devido à complexidade que envolve os processos materiais da sociedade, ou seja, a “contingência” e infinitude sobre qual a realidade se assenta, a elaboração intelectual sistemática torna-se determinante do ponto de vista das grandes formas de publicação do entendimento da realidade e da apreciação formal e oficial com que a classe dominante expõe as relações sociais. É dessa forma que “os pensamentos da classe dominante são também, em toda as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritualmente dominante” (MARX; ENGELS, 2001, p. 48). A democracia liberal, assim como os conceitos disseminados nos primórdios e ao longo da manutenção da vida da sociedade burguesa – de acordo com as demandas que as conjunturas e os regimes de acumulação colocam na ordem do dia –, não estão desvinculados do movimento material que os representantes da classe burguesa pretende estabelecer. Portanto, em suas determinações reais, “o aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho” (MASCARO, 2013, p.14). As transformações sociais no quadro do capitalismo tendem a ser expressas, por meio do seu arcabouço conceitual, analítico etc., como oriundas de uma relação “natural”, “inevitável” etc., mas não como relações sociais inerentes ao capital, à sociedade da exploração burguesa sobre os trabalhadores.

Considerando a especificidade do modo de produção capitalista, as condições histórico-materiais que originaram uma sociabilidade característica são, sob a tutela do plano intelectual, trabalhadas de modo que o pensamento da classe dominante oculte as contradições fundamentais desta sociedade, organizando as interpretações da natureza e das relações sociais tendo em vista a sua condição enquanto classe exploradora. Todo o arranjo técnico e conceitual – como o apreço último pela ciência; as afirmações humanitárias em torno da cidadania, democracia, e liberdade; a capacidade surpreendente da tecnologia enquanto horizonte da humanidade; assim como a pluralidade atingível que o sufrágio há de garantir, etc. –, tornam-se atributos constituintes da dinâmica cultural que guardam os muros da sociedade burguesa.

Em termos históricos, a formação da revolucionária sociedade capitalista reconfigurou as práticas materiais em seu caminho, assim como trabalhou o pensamento dominante sobre os

novos estabelecimentos históricos. Das atividades do camponês medieval – sob uma parcela de proteção de instituições e das comunidades aldeãs –, aos cidadãos modernos, trabalhadores juridicamente tidos como livres, o capitalismo pôde se ajustar, através do tempo, uma vez que:

O indivíduo e sua propriedade foram separados da comunidade à medida que a produção fugia cada vez mais ao controle comunitário, fosse por meio dos tribunais senhoriais ou das comunidades aldeãs (o exemplo mais evidente desse processo é a substituição do sistema inglês de campo aberto pelo cercamento); direitos de posse reconhecidos por costume se transformaram em arrendamentos econômicos regulados pelas pressões competitivas impessoais do mercado; pequenos proprietários perderam os direitos costumeiros de uso da terra comum; foram expulsos em ritmo crescente, quer pelo despejo por coação, quer pelas pressões econômicas da competição. A posse da terra passou a se concentrar, o campesinato cedeu espaço para, de um lado, os grandes proprietários, de outro, os trabalhadores sem propriedade. Ao final, completou-se a “libertação” do indivíduo, à medida que o capitalismo, com sua indiferença característica pelas identidades “extra-econômicas” da multidão trabalhadora, dissipou os atributos normativos e as diferenças “extra-econômicas” no solvente do mercado de trabalho, em que indivíduos se transformaram em unidades intercambiáveis de trabalho abstraídas de qualquer identidade social ou pessoal específica (WOOD, 2003, p.182).

Não obstante, o “mundo abstrato”, ou seja, o conjunto de representações, conceitos, e todos os produtos da episteme burguesa articulam o pensamento sobre a sociedade a partir de sua condição enquanto classe dominante socialmente estabelecida: as variações desses pensamentos, na história, tendem a organizar a exploração ante os conflitos com a classe dominada e as crises no interior do próprio capitalismo. Em suas necessidades básicas, o afastamento do poder econômico – tendo autonomia sobre as instituições –, exige, por parte dos representantes da burguesia, uma variedade de constructos, ideologias etc., a fim de estabilizar o centro das práticas de exploração de sua classe. A partir daqui, o refinamento dos produtos da episteme burguesa – de acordo com as necessidades de cada regime de acumulação –, atravessam as décadas tendo como objetivo o controle cada vez mais efetivo da dinâmica turbulenta da sociabilidade capitalista.

Sob as necessidades do domínio burguês, a entrada da democracia dentro do programa da modernidade – uma vez que o conceito, em sua forma clássica contrasta com os imperativos de um governo com participação popular diferente das características e status dos indivíduos –

, tem sua possibilidade e ressignificação a partir das condições materiais da nova sociedade: “a ideia de “democracia liberal” só se tornou pensável – e quero dizer literalmente pensável – com o surgimento das relações sociais capitalistas de propriedade” (WOOD, 203, p. 201). Destituindo o valor etimológico e, em torno disso, reafirmando as transformações materiais de seu tempo a partir de concepções existentes – ao mesmo tempo em que avança sobre o desenvolvimento autêntico oriundo de sua episteme – o aparato conceitual, nestas condições, impõe solidez a um projeto que articula a “liberdade”, “igualdade” etc., a nível histórico-mundial, de modo que a dominação da classe esteja trajada de princípios universais.

Nas configurações iniciais da sociedade burguesa, a democracia em seu “viés” liberal se apresenta como ideia que reinterpreta a dinâmica material a fim resguardar a autonomia do poder econômico junto à extração de mais-valor e os processos de colonização; o caráter ativo dos produtos da consciência tende a consolidar a garantia dos interesses da classe dominante no momento em que a materialidade apresenta alguns elementos sob os quais as ideologias possam inverte-las ao seu favor – levando em consideração a contingência, espontaneidade e dificuldades de total controle na implementação de novas culturas na dinâmica social. Não obstante, “no caso do regime de acumulação extensivo, a principal mutação cultural foi a que ocorreu após a eclosão das revoluções burguesas. A revolução industrial é acompanhada pela emergência do iluminismo e o momento após as revoluções burguesas pelo romantismo [...]” (VIANA, 2019, p. 41).

Com a industrialização e as novas condições sociais e produtivas da sociedade burguesa, a mutação cultural, nessa via – com a expansão da intelectualidade atrelada à classe dominante –, exprime as determinações de um movimento histórico onde a consolidação material de uma sociedade tem sua parcela de efetividade dado o caráter ativo das representações que fazem da sua dominação a partir das conquistas no plano concreto. As renovações hegemônicas, como interação do ambiente cultural orientado pela dinâmica da dominação burguesa, se apresenta como a unidade entre a produção da consciência e as determinações materiais da vida concreta – o momento histórico da classe socialmente dominante.

Dessa forma, a produção da consciência tem sua origem a partir das relações materiais de onde surge, conseqüentemente, as representações a respeito da natureza e da própria condição humana. Uma vez que o trabalho intelectual se emancipa, na história, a consciência passa a ser autonomizada de modo que os ideólogos passam a utilizar os produtos desse trabalho como suporte à sociedade que permite a sua condução enquanto trabalhador intelectual: dada a divisão do trabalho, o trabalho intelectual tem sua possibilidade favorecida por meio das condições sociais que a classe dominante permite ao conjunto de seus representantes. Assim, o

desenvolvimento dos seus produtos, como a ideologia, constituem a forma sob a qual o pensamento falso e sistemático predomine sobre a sociedade, uma vez que esse pensamento é a expressão da dominação material de uma classe, assim como fornece, em suas formas cruas ou sofisticadas, a negação da exploração da classe trabalho, tal como a superação dessa superação, a revolução da classe trabalhadora. Em seus diversos níveis, a ideologia, nesse sentido, compreende o conjunto de expressões, conceitos etc., que em sua característica fundamental, desabilita a condição revolucionária dos trabalhadores submetidos à exploração do capital. A partir das renovação hegemônicas da sociedade burguesa, as ideologias, como veremos, penetram a sociedade contemporânea de modo que, em seu viés característico, passa a utilizar a subjetividade como elemento fundamental da desqualificação da emancipação integral da classe trabalhadora: os novos “constructos” e “signos”, por exemplo, desabilitam o caráter revolucionário da classe trabalhadora, ao passo que fragmenta a sociedade na tentativa de desabilitar, até mesmo, a própria condição sistemática da exploração capitalista.

CAPÍTULO 2: REGIMES DE ACUMULAÇÃO E RENOVAÇÕES HEGEMÔNICAS

Neste capítulo, o desenvolvimento da sociedade é analisado de modo a apreendermos a materialidade que sustenta a própria emergência da produção intelectual: a partir das relações produtivas e sua capacidade engendrar e penetrar um conjunto determinado de vínculos dentro de um modo de vida estabelecido, a dinâmica entre a dominação material da vida e a necessidade de assegurar culturalmente o estabelecimento dessa ordem recaem, de modo geral, sobre as tarefas das renovações hegemônicas – fornecendo, por via intelectual, ideias que perpassam a defesa dessa ordem.

Como entendemos a produção das ideias a partir das relações materiais da vida dos seres humanos, recorreremos à análise histórica do capitalismo de modo a apreender o desenvolvimento das relações engendradas por este modo de produção e o processo histórico em que determinadas estruturas e expressões intelectuais passaram a compor o quadro de dominação integral da sociedade burguesa. Aqui, as bases históricas e materiais de onde as ideias são expressas, são analisadas tendo em vista a unidade entre o estágio das relações materiais dos seres humanos e a respectiva forma cultural hegemônica que sustenta a dominação da classe burguesa. Sendo assim, este capítulo compreende os regimes de acumulação do capitalismo e as renovações hegemônicas de paradigmas da episteme burguesa em suas tarefas de justificar a dominação material sobre a classe operária.

1. Primórdios do capitalismo.

Das características rudimentares do capitalismo – juntamente com suas respectivas formações ideológicas – às perspectivas filosóficas sofisticadas da sociedade burguesa contemporânea, as renovações no curso dessa dominação de classe tende a refletir a dinâmica que envolve a contradição direta com a classe antagônica – a classe operária –, ao passo que o movimento específico de cada fase do capitalismo correspondeu justamente aos imperativos desse confronto e a capacidade/necessidade de reorganização da sociedade por parte da burguesia. Uma vez que o estabelecimento da classe burguesa, em vias históricas, carrega em seus passos essa força contrária e potencialmente destruidora – hostil ao estabelecimento de sua organização sócio-produtiva –, as transformações no interior do capitalismo se constituem

como uma “adaptação” da sua condição de classe dominante, através de novas qualidades que permitem a extração imprescindível da mais-valor, assim como a garantia do estabelecimento de um aparato estatal necessário às apresentações legais de sua dominação, tendo em vista, também, as novas abordagens, a nível mundial, das necessidades político-econômicas e socioculturais de seu governo.

A manutenção da sociedade burguesa, na medida em que avançou sobre os séculos subsequentes do feudalismo, articulou as necessidades concretas que permitiam o livre desenvolvimento do capitalismo, ao passo que os atributos do trabalho intelectual constituiu, em linhas gerais, o fator de coesão ideal sobre o conjunto da instalação histórica da classe: a partir da formação das cidades e de um comércio cada vez mais consolidado e expansivo, a formação da nova classe dominante passou a expressar seus interesses de modo que a ideologia, logo dominante, atribuiu sentido à nova condição histórica posta no horizonte emergente. De modo que, todavia, a produção industrial e o crescente comércio se estabelecera de modo acentuado e rigorosamente revolucionário, tal como observaram Marx e Engels no *Manifesto*, a condição necessária do advento da sociedade burguesa pautou, conseqüentemente, sobre a consolidação da exploração imediata e efetiva da classe operária. A formação da hegemonia burguesa, portanto, tendo em vista a reprodução da forma social que mantém o livre funcionamento do capitalismo, tende a ser efetivada, através de uma dinâmica de reorganização dominadora da força produtiva, tendo em vista a sua necessidade de continuar se estabelecendo enquanto classe exploradora, ao passo que os momentos históricos de crises e conflitos em seus domínios devem ser controlados sob o risco de eliminação da sua própria condição de classe dominante.

De todo modo, a luta de classes se coloca no centro da dinâmica social, representando a contradição que determina o movimento de reformas ou transformações sociais dado o grau de radicalidade estabelecido em cada momento. Sendo assim, a partir dessa contradição inerente à sociedade burguesa – a luta ininterrupta contra a classe proletária, produtora –, a reorganização de manutenção da classe dominante é estabelecida pelos fatores que condicionam o surgimento de novos regimes de acumulação. Para Viana,

[...] um regime de acumulação é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional. O processo de valorização sob uma determinada forma de organização do trabalho expressa uma correlação de forças entre burguesia e proletariado em certo momento histórico. Manifesta, portanto, um determinado estágio da luta de classes.

[...] a forma estatal também expressa uma correlação de forças entre burguesia e proletariado, bem como outras classes sociais, em um determinado período histórico. [...] a exploração internacional, por sua vez, também é expressão da luta de classes, mediada pelos Estados Nacionais. Ela explicita, em cada estado nacional, uma determinada correlação de forças entre as classes sociais internas, que influenciam as relações internacionais e marca determinadas características de um país nestas relações. Em todos os três casos temos luta de classes na sua base. (VIANA, 2009, p. 30)

A partir desses elementos, o capitalismo pode ser analisado de forma a indicar períodos em que a luta de classes, assim como as crises internas e o conjunto de fenômenos que ameaçam a extração de mais-valor da produção de capital imprimem as condições para o surgimento de um novo regime de acumulação, expressando uma nova apresentação em sua forma de dominar. Ao se consolidar, após o que a obra de Marx chamou de “acumulação primitiva de capital”, os regimes de acumulação do capitalismo passaram a “gerir” a luta de classes, por seu turno, a partir dos elementos disponíveis para a manutenção da sua ordem, como o aparato militar, jurídico e o ideológico, etc., que se prontificam como meios para o controle decisivo sobre a instabilidade em questão. Aqui, a forma que o capitalismo assume no interior da sua história nos aparece como resultado da interação – mais “branda” ou radical; nas relações de produção ou nas manifestações sociais –, a partir da necessidade de garantir demandas elementares: “o desenvolvimento capitalista, no entanto, possui uma tendência, determinada em sua própria essência: a produção de mais-valor” (VIANA, 2009, p. 31).

Até então, a partir das ruínas da sociedade feudal, concomitante à expansão de um mercado cada vez mais volumoso e intercontinental, amparado pelo desenvolvimento das cidades e pelo fluxo intensificado de mercadorias, etc., a classe burguesa emerge, ainda ligada às novas condições do comércio em ascensão, explorando a conquista da América e as transações comerciais do oriente e da África, viabilizado a partir do avanço das navegações modernas. Por meio da violência – remetendo ao espólio, transações comerciais favoráveis, expropriação de terras, dominação colonial, etc. –, a constituição de uma classe que se estabelece em meio ao desenvolvimento singular da produção e circulação de mercadorias, passa a se consolidar na medida em que as condições de uma nova sociedade parecem estar presentes na ordem do dia. A partir do século XVI europeu, por exemplo, o cenário social passa a abrigar um número crescente de trabalhadores assalariados – expulsos do campo, etc. – concomitante ao desempenho das atividades mercantis: a partir daqui, o estabelecimento das relações produtivas na cidade são transformadas na medida em que a manufatura superou as

corporações fechadas de organização feudal, imprimindo novo ritmo a uma indústria em processo radical de transformação. Não obstante, neste período,

O capital comercial é o principal agente desse processo [*de acumulação primitiva*]. A burguesia comercial emerge e traz consigo novas relações sociais e novas ideias, valores, concepções. O colonialismo, a expansão comercial, a formação do estado absolutista, entre outros processos, traziam novas relações sociais e isso gerava novos interesses e, por conseguinte, ideias (VIANA, 2019, p. 23, grifo nosso).

A formação da classe, até a constituição de sua dominação histórica inequívoca, perpassa uma dinâmica histórica em que a classe dos comerciantes, dando ponto de partida para a classe burguesa posteriormente mais estabelecida, explora o globo na perspectiva da acumulação de capital. Com o surgimento do capitalismo comercial, as mudanças sociais e ideológicas passaram acompanhar o fluxo da vida material emergente em países centrais da Europa: a divisão do trabalho ganha novas “tarefas” com a dinâmica comercial e urbana em mutação, ao passo que o trabalho intelectual passa a organizar os fundamentos da nova condição social por meio das ideias e perspectivas científicas e filosóficas da sociedade em transformação. É dessa forma que “o mercantilismo e o cálculo mercantil são formas de consciência que emergem a partir das novas relações sociais que vão se formando, fortalecendo e desenvolvendo”. (VIANA, 2019, p. 24). Neste processo de mudanças, ainda que embrionariamente atuante logo após as crise da organização político-econômica e sociocultural da sociedade feudal, a classe burguesa passa a ter um campo aberto ao explorar um novo cenário mercantil, ao mesmo tempo em que a concentração de capital e os recursos econômicos “disponíveis”, possibilitaram – do ponto de vista histórico – a força inicial do processo de dominação a nível mundial. Neste cenário, onde as mudanças apontam para uma sociedade radicalmente estranha ao modo de produção feudal, a classe emergente, no plano econômico, avança sobre a história uma vez que:

“O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As sociedades *Monopolia* (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiram um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíram à metrópole e lá se transformavam em capital” (MARX, 2013, p.1001)

Antes do estabelecimento concreto das características determinantes e avançadas do capitalismo, a burguesia, ainda incipiente, explorou as condições materiais da sociedade em

processo de mutação, naquilo que permitiria, posteriormente, a sua consolidação enquanto portadora de capital: “o sistema colonial, dívidas públicas, impostos escorchantes, protecionismo, guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito cresceram gigantescamente durante a infância da grande indústria” (MARX, 2013, p. 1007). Inicialmente, a apropriação de mais-dinheiro, nesse caso, se apresentou com atributos fundamentais para o desenvolvimento de uma burguesia manufatureira, que passa a elevar o grau de interação e sofisticação da classe proletária, igualmente incipiente, de acordo com o avanço das novas relações produtivas. Por conseguinte, “[...] desde os mercadores até a formação da burguesia comercial e manufatureira, novos interesses emergem, e estes geram novos valores, novas formas de consciência, bem como complexifica a sociedade e expande a divisão social do trabalho” (VIANA, 2009, p. 24).

As mutações culturais que marcam a época do capitalismo comercial apontam, por sua vez, para o surgimento de valores e interesses da classe emergente, constituindo, dessa forma, os prelúdios da episteme burguesa. Na medida em que os burgueses se desvencilharam cada vez mais das condições de associação do feudalismo, a condição de classe toma corpo ao passo que os interesses em comum – da burguesia incipiente de cada cidade –, passam a se transformar em condições e interesses de classe: pela constante oposição e, conseqüentemente, pela criação dos costumes e ideias, a burguesia se difunde ao passo que as propriedades “conquistadas” são “convertidas em capital comercial ou industrial”. A partir do momento em que se estabelecem tendo em oposição a estrutura sócio-produtiva até então existente, o fortalecimento da condição de classe se desenvolve a criar a estabilidade necessária para a sua formação: nesses termos, “a classe torna-se, por sua vez, independente em relação aos indivíduos, de maneira que estes têm suas condições de vida estabelecidas antecipadamente, recebem de sua classe, já delineada, sua posição na vida e ao mesmo tempo seu desenvolvimento pessoal” (MARX; ENGELS, 2001, p. 61).

Dada as condições materiais para o desenvolvimento da burguesia, o avanço no campo das ideias também se expande na medida em que os interesses da classe são afirmados e garantidos pela dominação construída a partir das novas relações de propriedade: a carga cultural perpassa a dinâmica atual do comércio, das cidades e da manufatura, em que as próprias características do feudalismo são suplantadas pelo movimento cada vez mais intenso e global da burguesia comercial. Nas cidades, a manufatura – fomentada pelo capital dos comerciantes –, expandiu de modo a mobilizar “um grande volume do capital primitivo” e, por conseguinte, de capital móvel; tendo em vista as “conquistas” além da Europa, o impulso da manufatura se constituiu de modo que “o comércio e a manufatura criaram a grande burguesia; nas

corporações, efetuou-se a concentração da pequena burguesia, que daí por diante não mais reinava nas cidades como anteriormente, mas devia submeter-se ao domínio dos grandes comerciantes e dos *manufacturiers*” (MARX; ENGELS, 2001, p. 66). No plano social, a divisão social do trabalho passa a se desenvolver de modo que a intelectualidade, ligada às transformações materiais da sociedade permeada pelos interesses da emergente classe burguesa, passam a justificar as novas condições sociais por meio das ideias: a racionalização, o cálculo, as “descobertas”, etc., aparecem como elementos dos quais o trabalho intelectual apreende o novo cenário, tendo, nos produtos da consciência, a confirmação dessa nova ordem.

Assim, renascimento, humanismo, reforma protestante, dissidências protestantes, mercantilismo, são algumas das expressões culturais desse longo momento histórico. A ampliação da divisão social do trabalho e esboço das esferas sociais abre espaço para o processo de especialização do trabalho intelectual, de forma ainda rudimentar, mas já mostrando o seu processo de formação e que vai se aprofundando com o passar do tempo. (VIANA, 2009, p. 25)

Com o desenvolvimento da burguesia, o conjunto de valores e interesses passam a ser sistematizados a partir da sua episteme que, por sua vez, acompanha as mutações decorrentes da materialidade em processo de transformação: surge a partir das antigas relações e se consolida – propriamente –, ao longo dos séculos seguintes, onde a estrutura social e o modo de produção domina do ponto de vista histórico-mundial. “Essas mudanças sociais trazem mudanças culturais”, assim como a disputa ideológica que se apresenta, a partir dos interesses da nova classe, travada durante o período em que a nova classe tende a conquistar espaços no domínio político. Aqui, as novas ideias – sobre as renovações das atividades práticas e representações filosóficas sobre as novas condições de uma sociedade de mudanças –, apreendidas, porém, pelas referências da estrutura sócio-cultural anterior, lançam as bases para a formação do pensamento burguês: do saber prático/técnico, às apreensões teóricas no campo da filosofia e, por conseguinte, do estabelecimento da ciência naturais etc., a formação da episteme burguesa toma forma a partir das relações materiais/culturas que se cristalizam e estabilizam, atravessando até mesmo as décadas do século XIX.

A mentalidade burguesa, dessa forma, toma corpo ao longo das transformações culturais espalhadas pelas artes, filosofia, ciência, letras etc., tendo no renascimento, por exemplo, a irrupção das perspectivas burguesas nos diversos campos do conhecimento. Dessa forma, as definições de uma classe propriamente autônoma, com sua respectiva forma de pensar, avança sobre a história, a partir do seu status revolucionário com suas respectivas tendências, contradições e limites inerentes à sua forma de vida.

2. Regimes de acumulação: Da acumulação extensiva à acumulação conjugada: principais características

2.1 O regime de acumulação Extensivo

Certamente, a instalação da burguesia enquanto classe historicamente dominante e categoricamente estabelecida, tem sua concretização a partir do avanço dos séculos subseqüente ao feudalismo, assim como, inicialmente, pela especificidade de cada país nas dependências da Europa Ocidental, proeminentemente. Ao passo em que o novo mercado se expandia, assim como a própria urbanização, o fomento da grande indústria – de modo geral – fixava a ordem da nova classe em ascensão com sua respectiva formação social e cultural: o conjunto das características que habilitaram o modo de produção capitalista na sociedade burguesa penetraram tais países de acordo com a dinâmica cultural interior e da posição de cada país no comércio, no colonialismo etc. Não obstante, do século XVI ao XVIII, por exemplo, a consolidação dos aparatos essenciais da sociedade burguesa moderna convergem de modo que as particularidades nacionais já se alinham, a seu modo, organizando a estrutura doméstica a partir da própria imposição da economia política capitalista. Em todo caso, a sistematicidade da condição capitalista e sua expansão dominadora, a nível mundial, já se apresenta, do ponto de vista histórico, como uma nova organização social de grande contraste, tendo em vista o modo de produção do medievo.

Nessa linha, com a expansão das relações comerciais, a demanda exigida pelas novas condições da sociedade são supridas pelo concomitante e, cada vez mais veloz, processo de produção de mercadorias, num arranque industrial que demarcou a cristalização do modo de produção capitalista, junto à necessidade e o volume igualmente acelerado de forças produtivas inerentes. Com essas características, o regime de acumulação que marca o início da sociedade burguesa capitalista – o regime de acumulação extensivo –, instaura uma dinâmica que expressa um modo de produção explicitamente desvinculado da sociedade anterior:

O regime de acumulação extensivo é mais facilmente compreendido pelas características do que Marx denominou “grande indústria” e se materializou na época do que se convencionou chamar “revolução industrial”. As suas características fundamentais eram a extração de mais-valor absoluto através das extensas jornadas de trabalho, o Estado Liberal e o neocolonialismo. A extensividade que caracteriza a

extração de mais-valor absoluto é o ponto fundamental desse processo e que permitiu uma ampla e veloz acumulação de capital. A superexploração do proletariado foi complementada como o neocolonialismo e com o estado liberal (VIANA, 2019, p. 40).

Por meio dos aparatos necessários ao domínio histórico da classe, a burguesia, nesta perspectiva, já se estabelece, inicialmente, pelo controle sobre a exploração de um mercado/colônias mundial, assim como numa forma básica de exploração da crescente leva de trabalhadores assalariados e pelos valores e interesses que passam a serem representados por intelectuais, ideólogos etc. no setor político-estatal, na medida em que o absolutismo se apresenta como obstáculo ao livre desenvolvimento das forças do capital. Do fortalecimento da burguesia comercial – enriquecida pelas campanhas ultramarinas –, acumulando recursos para a expansão da manufatura e o estabelecimento da grande indústria, a hegemonia no plano sócio-cultural correspondeu à revolução em curso no novo plano econômico: as relações sociais burguesas toma espaço até à cristalização da dominação política no final do século XVIII.

As relações materiais estabelecidas com o advento da revolução industrial afirmou sobre a sociedade moderna a condição – revolucionária –, que coloca a burguesia como a classe fundamental (dominante), assim como também colocou a classe produtiva (dominada) imediatamente ligada à sua formação, como a característica elementar da modernidade: o proletariado, empurrado ao trabalho assalariado nas cidades, constitui a força explorada fundamental na produção de mercadorias na grande indústria. Dos métodos e capacidades produtivas até então existentes, ainda dispostos através da organização industrial manufatureira, a maquinaria, por sua vez, reestabelecendo uma dinâmica na organização/produção das mercadorias, delimitou as prerrogativas da grande indústria, determinando a reprodução do capitalismo através das grandes produções e demandas do período. Não obstante, destas novas condições, a maquinaria,

Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é meio para produção de mais-valor. (MARX, 2013, p. 548).

O avanço da maquinaria, das técnicas, ideias etc., permitiu que o crescimento econômico e as mudanças sócio-culturais transcorressem de modo que o estabelecimento do regime de acumulação extensivo pudesse delimitar o início da organização sistemática da sociedade burguesa. A industrialização do setor têxtil na Grã-Bretanha – que espalha, posteriormente, para

o resto do mundo, e em outras áreas da produção –; o imperialismo europeu sobre as colônias, explorando plantações algodoeiras, além de outros insumos; assim como o desenvolvimento das ideologias burguesas – como o liberalismo que passa a entrar no cenário político, representando os interesses da classe, constituem a forma primordial da sociedade moderna. Dessa forma, a extensa jornada e exploração da mão-de-obra, junto à maquinaria de rápida produção, se apresenta como a forma inaugural do processo de valorização da acumulação capitalista, ao passo que a forma estatal, propriamente estabelecida após os impasses contra a nobreza absolutista – superada pelos interesses integrais da classe e da ideologia burguesa –, manifesta a ordem da sociedade burguesa. O colonialismo, que alimenta a concentração de riquezas e capital da classe por meio do mercado (fornecendo, também, capital e insumos para a grande indústria), se estende ao longo dos séculos seguintes, na dinâmica lucrativa e conflituosa no cenário da exploração internacional.

Em todo caso, a mudança cultural esteve igualmente movimentada ao ponto da dominação burguesa se estender e se confirmar na dominação das ideias. Iluminismo e romantismo se lançam como o esboço da episteme burguesa, além do “desenvolvimento de ideologias específicas associadas a ambos: liberalismo, utilitarismo, pragmatismo, empiricismo, racionalismo, nacionalismo etc.” (VIANA, 2019, p. 43). As conquistas no campo ídeo-político tem alcance cada vez maior, além de servir como modelo no período em destaque: a *Revolução Gloriosa*, a Revolução Francesa, assim como o conjunto de ideologias e perspectivas filosóficas que atravessam o século XVIII, abrigou as transformações sociais revolucionárias, ao lado, não obstante, de agitações políticas (tanto na Europa quanto nas colônias), avanços tecnológicos (construção de ferrovias, maquinaria, etc.); crescimento da divisão social do trabalho, etc. A contribuição do iluminismo francês, por exemplo, tornou-se elementar na constituição das ideias burguesas, pois “se a economia do mundo no século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa”. (HOBSBAWM, 2008, p. 83).

Nessa linha, “o iluminismo pode ser considerado o primeiro paradigma da episteme burguesa, apesar de ainda insipiente”. (VIANA, 2019, p. 43). A razão, a verdade, a técnica, a ciência etc. – tendo a física de Newton como grande referência –, são atributos da nova dominação sócio-intelectual, que dão as cartas para o estabelecimento de paradigmas, ideologias, constructos, etc., no processo de consolidação da sociedade burguesa. O papel do iluminismo, como aglutinador de ideias e perspectivas filosóficas e científicas do novo ambiente histórico, forneceu o suporte para a expansão da dominação ideal, tendo em vista o

desenvolvimento da própria divisão social do trabalho, na qualidade de ideólogos e representantes da classe burguesa. Desse modo, o arcabouço intelectual dominante passa a assumir seus interesses de forma sistemática, uma vez que:

O iluminismo trouxe uma maior consolidação do campo axiomático da episteme burguesa e, ao se filiar ao fisicalismo, também contribuiu para desenvolver o seu campo analítico, inclusive tratando de novos temas e problemas (logo, expansão do seu campo perceptivo), além da esfera das ciências naturais (no qual já vinha se desenvolvendo). No plano linguístico, há todo um processo de desenvolvimento, com novos signos e novos significados. O campo axiomático burguês é reforçado com a valorização da razão (que nesse contexto se opunha ao misticismo e formas religiosas que estavam associadas ao poder da Igreja e era a fonte de legitimação da burocracia monárquica), da autonomia do indivíduo, da experiência etc. (VIANA, 2019, p. 45).

Os filósofos, ideólogos e cientistas, neste domínio, passam a enriquecer os campos mentais da episteme burguesa, ao longo de interpretações das novas condições sociais, econômicas e culturais modificadas ao longo do avanço da sociedade que se desvencilha do feudalismo. Com as bases da episteme burguesa fixadas, o advento do romantismo, por exemplo – já nos finais do século XVIII – enquanto conjunto de pensamentos que vão desde a crítica ao modelo puramente racional; “volta às origens”; apreço às tradições etc., passa a ter destaque no cenário sócio-intelectual ao constituir um interesse imediato da classe burguesa em sua tarefa de organizar os aparelhos estatais nacionais: o nacionalismo entra em cena dada as necessidades de afirmação das nações diante dos empasses e conflitos diante das questões coloniais. Por seu turno, “o romantismo e o nacionalismo são as novas formas de legitimação do aparelho estatal” (VIANA, 2019, p. 54), de modo a trabalhar a disputas coloniais e as agitações da classe trabalhadora.

Sendo assim, a formação estatal, o processo de valorização e o processo de exploração internacional apresentados delimitam os primórdios da sociedade burguesa, de modo que o que o próprio avanço nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais desaguam na emergência das renovações hegemônicas da classe: no momento em que a mutação material da sociedade burguesa adquire outras características – tendo em vista o caráter conflituoso da exploração da classe proletária e a forma com que este conflito é travado –, a dinâmica sobre a forma política, exploração internacional e a própria exploração da classe trabalhadora são reorganizados sendo que a extração de mais-valor, como elemento básico do modo de produção da sociedade burguesa, seja respaldado e garantido pela organização material e pelas atribuições

formais, violentas, ideológicas etc. A partir daqui, a história do capitalismo sofre mutações, ao passo que a renovação hegemônica constitui o processo de reprodução da estabelecimento da classe.

2.2 Regime de acumulação Intensivo e Paradigma Positivista

Na medida em que surge a demarcação inequívoca da sociedade burguesa materialmente estabelecida, tendo em vista a manutenção do modo de produção capitalista assim como as instituições e os aparatos sócio-culturais inerentes ao funcionamento da dominação histórica da classe, a episteme burguesa e os produtos da consciência que pertencem à sua função, se emancipam de modo que os variados setores da vida tenham sob seu domínio a sociabilidade e as características elementares da sociedade em destaque. A partir das conquistas no plano material, naquilo que permite a dominação dos meios de produção, da extração de mais-valor, das mercadorias, etc., a consolidação da cultura sob o modo de pensar burguês passa a refletir a capacidade da burguesia em seu processo de estabelecimento enquanto classe da moderna sociedade.

Não obstante, ao passo que a dominação alcance níveis expressos, apresentando-se como a nova condição histórica da sociedade humana, as contradições inerentes às sociedade de classes também emergem enquanto forças autonomicamente responsáveis pela dinâmica travada a partir dos interesses opostos, de modo espontâneo e/ou expressivamente declarado enquanto interesse de sua própria emancipação histórica. Na metade do século XIX, a consolidação do regime de acumulação extensivo aparece nos principais países do capitalismo moderno, a partir das necessidades diante das novas demandas no setor produtivos (intensificação do trabalho), tal como o estabelecimento de uma nova organização no plano da dominação internacional (neocolonialismo), assim como o aparato estatal prontamente configurado a partir das necessidades práticas da ordem burguesa (Estado liberal). Não obstante, com avanço da burocracia, do operariado e das organizações afloradas dentro da sociedade civil, “uma outra novidade é que nesse regime de acumulação emerge uma episteme antagônica à episteme burguesa, que é a episteme marxista” (VIANA, 2019, p. 72).

Neste período, a dinâmica engendrada pelo avanço da sociedade burguesa capitalista teve, através da sua condição de classe exploradora, o concomitante progresso de mobilizações e organizações políticas da classe proletária que, junto aos seus interesses, imediatos ou do ponto de vista da emancipação revolucionária, obteve conquistas e participações expressivas nos marcos da organização político-social: ao longo do processo de industrialização, o crescente

número de trabalhadores permitiu a sua organização – ainda que, num primeiro tempo, embrionária –, e sua autonomização que, ao longo das décadas, passa a ter suporte teórico das ideias socialistas revolucionária.

As ideias socialistas são gestadas (desde o socialismo utópico) e desenvolvida (o marxismo) e ganham espaços nos meios operários. Emerge, simultaneamente, um bloco revolucionário e um bloco progressista, embora ainda de forma incipiente. As correntes revolucionárias e progressistas vão ganhando espaço e, em certos casos, popularidade. A vitória relativa do proletariado a marcaria a redução da jornada de trabalho, abolição do trabalho infantil e feminino, legalização de sindicatos e partidos, transição da democracia censitária para a democracia partidária. (VIANA, 2019, p. 73).

As transformações nos vários setores da vida aglutinaram uma série de novos elementos de modo que a sociedade passou a ter a constante força da burocracia enquanto classe emergente, ampliando o número de organizações, partidos instituições civis etc., por onde as ideias e a divisão social do trabalho se desdobram para outros setores e aspectos do cotidiano. Os intelectuais, burocratas etc., por meio do avanço das técnicas, métodos e ideias que se expandem e passam a compor o cenário histórico, ganham papéis confluentes no tocante à organização e sistematização da sociedade e do pensamento dominante na sociedade moderna. A própria expansão do modo de produção e das ideias, de modo geral, alcança outros continentes, como Ásia e África, de modo que as colônias na América entraram em processo de independência fomentados também pela onda de transformação que atravessou o século XIX. Não obstante, o estabelecimento do capitalismo na sociedade burguesa, entre avanços e recuos (parciais, conjunturais, impostos etc.), reestabelece suas demandas essenciais de acordo a capacidade e necessidade da renovação hegemônica de sua ordem: os métodos de organização no setor produtivo; a adequação da dominação internacional diante dos processos político transformadores desde a Europa até às colônias, etc., constituíram as tarefas e necessidades atravessadas no período intensivo da acumulação capitalista.

O trabalho, intensificado e estruturado a partir da intensificação da produtividade devido o controle do tempo e da organização metódica das linhas de produção – posteriormente sistematizada por F. W. Taylor (taylorismo), configura a extração de mais-valia a partir da cientificidade por trás da velocidade e planejamento às custas do proletariado. Por sua vez, o estado liberal-democrático, estimulado a partir das demandas sociais, passa a ter na democracia representativa a nova ordem política que, por sua vez, “torna-se uma fonte de corrupção e cooptação e o processo eleitoral uma forma de amortecer as lutas de classes e de tentar substituí-

la por luta de partidos” (VIANA, 2019, p. 74). Do ponto de vista internacional, o capital, já sem sua dominação oligopolista, obtém no neocolonialismo a exportação de capital-dinheiro como um novo processo de exploração numa dinâmica de domínio sobre o conjunto de países absorvidos pela influência direta da burguesia. A partir dos imbróglis na disputa pelo poder político – ainda em processo de libertação das formas ídeo-políticas representadas pelo resquício do feudalismo –, a consolidação das revoluções burguesas, neste período, demarca, por conseguinte, a consolidação da cultura e das expressões intelectuais assentadas na ordem do dia. Por volta dos anos de 1830, por exemplo, o afloramento ídeo-político da própria burguesia se destaca enquanto período inequívoco da instituição “integral” – tendo em vista o domínio sobre os pontos determinantes da estrutura social, uma vez que:

De fato, ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos 50 anos seria a “grande burguesia” de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis, aceita por uma aristocracia que se apagou ou que concordou em promover políticas primordialmente burguesas, ainda ameaçada pelo sufrágio universal, embora molestada por agitações externas causada por negociantes insatisfeitos ou de menor importância, pela pequena burguesia e pelos primeiros movimentos trabalhistas (HOBSBAWM, 2008, p. 119).

No mesmo momento em que os processos revolucionários sob os quais a burguesia exprimiou os interesses políticos por mais países europeus, como Grécia, Portugal etc., as demarcações sociais em curso apontavam a dominação material da classe burguesa assim como a cultura e as novas organizações, partidos ideias, etc., emergidas junto ao afloramento da sociedade civil, perpassada pela burocratização das relações sociais, aparecera como elementos integrantes sociedade burguesa moderna. O desenvolvimento tecnológico, os partidos políticos, as universidades, tal como a cristalização da classe intelectual etc., expõem parte das características da sociedade burguesa e passam a definir o domínio de cunho material, internacional e político-ideológico dessa classe. A episteme burguesa, nessas linhas, tem o seu salto a partir das determinações materiais sob a qual assenta a sociedade, de modo que as necessidades de controle no “campo” das ideias tem como confronto declarado a episteme antagônica que passa a compor o quadro sócio-intelctual da modernidade, uma que “emerge o marxismo, o anarquismo e a social-democracia, como forças mais expressivas do bloco revolucionário e do bloco progressista, criando uma situação de fortalecimento das ideias socialistas” (VIANA, 2019, p. 74).

Neste ponto, o paradigma positivista torna-se o paradigma operante, representando, a nível ideal, o próprio processo tecnológico, científico e burocrático alinhado ao modo de produção e o suporte obtido por meio das conquistas diante da natureza: após o delineamento inicial da episteme burguesa, expressos em seu maior grau nos escritos de Kant e Hegel, “a grande fonte inspiradora eram as ciências naturais”, ao passo que os novos elementos responsáveis pelas conquistas do capital e do controle ideal da sociedade por parte da burguesia – “a formação e racionalização das universidades modernas permitia um maior controle estatal sobre a produção intelectual e também uma maior difusão do saber hegemônico” (VIANA, 2019, p. 77). De acordo com o uso prático e imediato sobre o controle da natureza engendrado pelas descobertas das ciências naturais, o saber prático fornecia o suporte ao avanço das necessidades práticas do capitalismo no tocante ao domínio cada vez maior sobre os elementos naturais: a aplicação das descobertas, métodos e técnicas oriundas das pesquisas das ciências naturais obtém o crédito a partir das novas capacidades de controlar a natureza e, por conseguinte, “adaptando-as” ao mundo social.

Com o avanço tecnológico, o controle sobre a natureza – prestigiado pela “ciência” enquanto conhecimento verdadeiro/útil –, é incorporado pela pensamento dominante dentro das “ciências humanas”, de modo que o controle social também possa ser almejado de acordo com a necessidade da ordem social, produtiva e ideológica da burguesia, junto a racionalização e a burocracia desenvolvida nesse período. Com essa manifestação do modo de pensar burguês, as renovações nos campos mentais que compõe a episteme dominante passam a articular o mundo concreto a partir da sua própria disposição enquanto representação intelectual da sociedade estabelecida: o reducionismo, antinomismo e anistorismo, característico do modo de pensar burguês, tem duas linhas demarcadas junto aos campos mentais que estruturam a valoração dos interesses; a análise utilizada para a interpretação, desenvolvimento do método etc.; a linguagem, que expressa, por meio dos conceitos, constructos, signos etc., e que constituem a produção do saber ligado ao estágio material da dominação da classe.

Esse “cientificismo”, transposto do prestígio prático-metodológico das ciências naturais ao pensamento dominante sobre a ordem social, representou o paradigma correspondente desta fase do capitalismo, tendo em vista as suas tarefas político-econômicas enfrentadas para a reprodução do capital: a radicalização e a manifestação teórica da esquerda revolucionária; a dinâmica científica para a organização e produtividade do capitalismo; assim como o uso desses atributos para a dominação produtiva a nível internacional sobre as colônias e os mercados externos correspondem ao conjunto de atividades das quais o paradigma se estabelece, junto à garantia ideológica ante a necessidade do desenvolvimento tecnológico na sociedade moderna.

Nessa linha,

A sua aplicação quase universal demonstrou a sua capacidade intelectual de generalização. A especificidade do positivismo reside no campo axiomático, analítico e linguístico oriundo das ciências naturais vigentes no século 19, a superavaliação da ciência e desvalorização do não científico (elemento do seu campo axiomático), método (experimental ou nomológico, elemento do seu campo analítico), e uma renovação linguística gerando são somente termos universalizados mas igualmente linguagem especializadas de cada ciência particular (elemento do seu campo linguístico), a começar pelo próprio nome delas (VIANA, 2019, p. 81).

Por outro lado, o paradigma positivista se assenta, a partir da episteme burguesa, sobre a forma de pensamento necessário/dominante, ao passo que a episteme marxista, em seu turno, emerge e passa a apresentar as contradições materiais e epistemológicas da sociedade burguesa, junto à teoria fundamentada do ponto vista do materialismo histórico. Com os interesses da classe trabalhadora sistematizados por uma teoria – de modo que a emancipação da classe realiza-se por meio da superação da moderna sociedade burguesa – grande parte das tarefas do novo paradigma recaiu sobre a desqualificação da obra e da perspectiva revolucionária do marxismo: “o foco, no fundo, era a recusa da revolução proletária e da transformação social radical e total, apontada como “utopia””. (VIANA, 2019, p. 85). O desenvolvimento da episteme burguesa, que – inicialmente – teve maior expressão nos escritos de Kant e Hegel, atravessa a metade do século XIX, a partir das necessidades e características da manutenção da ordem burguesa, tendo as suas novas orientações nas “ciências humanas” na ampliação dos campos mentais a partir de autores como Comte, Durkheim, Mill, entre outros, nos quais as obras apontavam para os princípios básicos da episteme burguesa, tal como a utilização de antinomias, reducionismo etc., além de novas ideologias como “objetividade” e “neutralidade”.

Na constituição do pensamento dominante, por exemplo, Durkheim contribui com a consolidação de um pensamento/paradigma, inseridos dentro da episteme burguesa, de modo que a sua obra toma proporção tendo em vista a capacidade sistematizadora de um ideólogo disposto dentro da lógica intelectual estabelecida – legada das ciências naturais em seu “domínio” característico da natureza – tendo como pano de fundo a força do subsídio das descobertas e inovações técnicas durante o surgimento e a cristalização do modo de produção capitalista junto aos interesses sociais, políticos e culturais da burguesia ascendente.

Durkheim desenvolve um campo analítico, o do método nomológico-positivista, um campo linguístico (os seus constructos formam um sistema construtal: fato social, coerção, exterioridade, representações coletivas, solidariedade orgânica,

definição, causa, efeito, função etc.) e um campo axiomático (expresso por seu moralismo e estatismo), que são formas assumidas da episteme burguesa e do positivismo (VIANA, 2019, P. 91).

Em todo caso, as necessidades do capital, como a ampla dominação das ideias na sociedade, passa a ter a própria expressão revolucionária da classe proletária, que se constitui, a partir dos sindicatos, partidos e organizações na sociedade civil, como a estrutura cultural a ser desqualificada, silenciada, domesticada etc., de acordo com os ideólogos que articulam o estabelecimento da sociedade burguesa capitalista tendo em vista a admissão explícita ou implícita, conscientes ou não, do *status quo*. As “críticas” ao pensamento revolucionário (que vão desde “utopias” à “método inadequado”), tal como o desprezo à cultura operária e às representações cotidianas, etc., tem como pano de fundo tanto as preocupações das agitações proletárias e do antimarxismo, tendo em vista a própria força dos movimentos revolucionários ao longo do século XIX.

Em grande medida, as agitações políticas no século XIX, junto aos respectivos processos de retomada do poder por parte dos governos dos países que saíram na frente no capitalismo europeu – como em 1848 –, tendeu a consolidar uma estrutura sócio-política em relação ao mundo moderno, de modo que a sociedade burguesa não encontraria outras formas de dinâmica social a não a de confrontos, contradições, manobras e reformas reacionárias, cooptação, violência etc., evidenciando o “espectro” permanente da luta de classe. Da metade do século ao final, a dinâmica dentro da sociedade burguesa adquiriu perspectivas políticas de modo que as transformações decorrentes da sua imposição ante os resquícios das representações monárquicas e o levante consequente do operariado em organização – enriquecido pela capacidade das organizações na sociedade civil e do pensamento teórico revolucionário – se apresentou como a tarefa vital ao modo de produção, que por sua vez avançava em termos técnicos, científicos, geográficos e ideológicos.

A expansão do capitalismo durante o período trinfou sobre as demarcações históricas do seu assentamento, assim como sofreu diante dos processos e contradições inerentes às suas necessidades: a nível mundial, agressivamente determinado por meio do colonialismo, os recursos e meios de exploração foram fundamentais junto ao fator mercantil; por outro lado, o próprio colonialismo catalisou os elementos para uma grande guerra tendo em vista os interesses do capitalismo nacional. No seu interior, ou seja, nos países centrais do capitalismo europeu, além de travarem um conflito bélico internacional, os movimentos revolucionários como em 1848 e 1871, e as agitações políticas nacionalistas, assim como os processos de

anexação e constituição de nações como Itália e Alemanha, legou um panorama no qual as sociedade burguesa se emancipava em conjunto com as crises em todos os setores da nova organização social. De modo geral, o operariado e o pensamento revolucionário; os conflitos do capital internacional; a emancipação técnica e ideológica, assim como as instabilidades políticas, econômicas e sociais características de cada nação etc., transcorreram sobre o século XIX como consequência direta da própria lógica da sociedade moderna.

Em todo caso, “as revoluções de 1848 deixaram claro que a classe média, liberalismo, democracia política, nacionalismo e mesmo as classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político” (HOBBSAWN, 2012, p. 42). Mesmo que as reivindicações políticas foram controladas do ponto de vista da ruptura radical, a segunda metade do século serviu de base para a emancipação frequente dos elementos que passaram a ser determinantes no interior da sociedade burguesa: a emancipação da episteme burguesa junto ao progresso das ciências sob o domínio do capital viabilizou tanto o fortalecimento ideológico e cultural creditados na expansão capitalista, quanto o escoamento de mercadorias; aprimoramento da maquinaria, do ramo das comunicações, das construções civis etc. Não obstante, a episteme marxista estruturou o pensamento emancipatório da classe trabalhadora, passando também a ser o aparato teórico – antagônico – e de maior envergadura que põe em evidência as contradições da nova sociedade. Tanto o grande progresso do capital – de 1848 à 1870, tornando o mundo substancialmente capitalista e industrializado – quanto o amadurecimento da perspectiva revolucionária – que entra na constituição social com influência determinante no final do século e no início do XX (cooptado e desabilitado pela burocracia e pela influência das ideologias dominantes, de acordo com os movimentos de contrarrevolução de cada período), o regime de acumulação aqui gestou os interesses do capital articulando o progresso burguês junto aos ataques, cooptação e lutas contra o operariado.

Na ordem do dia, a liberalização do comércio e o encorajamento à iniciativa privada, já no plano formal, representou parte do ambiente ídeo-político sob a qual as relações materiais da cultura burguesa demarcava seu funcionamento: no passo de cada país, o entendimento da plena liberação comercial assegurava a dominação político-econômica. O crescimento econômico posterior à 1848² junto às novas formas de comunicação e exploração do mercado viabilizou, em parceria com o fator ideológico, a “emergência” da padronização da ordem e do progresso burguês a nível mundial: a dominação do capitalismo, em linhas gerais, apontara para a imagem da sociedade mundial interligada pela força do modo de produção, da hegemonia

² Hobsbawn, Eric. A era do capital: 1848 – 1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

cultural e da manutenção política, penetrando as diferenças nacionais – estabelecendo uma unidade econômica e cultural mais proeminente já no final do século. Não obstante, o controle oligopolista por parte de alguns países assim como as tensões envolvendo o nacionalismo e os processos de independência nas colônias, de modo geral, levou a sociedade burguesa para Primeira Guerra Mundial.

Nas décadas finais, não só a mundialização do capitalismo tomou proporções de criar certa hegemonia de um modo de produção dominante e determinante – junto às suas crises igualmente sistêmicas –, mas o liberalismo, em seu caráter prático e ideológico, passou a representar a confirmação da política moderna sob orientação burguesa. Dos princípios democráticos que acompanhou o cenário político dos países – de acordo com as variações nacionais, como nos casos da França e Estado Unidos e Alemanha e Itália –, a dinâmica estatal em torno da expansão capitalista, enquanto tarefa histórica, pautou as instituições de modo a garantir o desenvolvimento e acúmulo de capital sobre a extração de mais-valor, tal como o controle necessário sobre as pautas do movimento operário junto a radicalização teórica exposta pela episteme marxista:

A política institucional se torna uma fonte de corrupção e cooptação eleitoral e o processo eleitoral uma forma de amortecer as lutas de classes e de substituí-la por luta de partidos. O Estado liberal-democrático passa a ser dominado pela burguesia oligopolista nacional que visa, simultaneamente, frear o movimento operário (através de concessões e democracia partidária), aumentar a extração de mais-valor relativo (taylorismo), promover o desenvolvimento tecnológico, realizar expansão neocolonial e imperialista” (VIANA, 2019, p.74)

Da revolução industrial à afirmação da burguesia enquanto classe, lançada em evidência com as revoluções burguesas e o seu eco ao longo do século, o liberalismo assume a tendência ídeo-política dominante, neste momento, entregando razão ao livre mercado anexado ao avanço mercantil e ao desenvolvimento no uso instrumental da ciências e das técnicas, etc., de modo que o caráter democrático, tido como o “ganho de espaço político da classe antagônica” constituiu as manobras necessárias ao controle da luta de classes, uma vez que a própria instituição é historicamente estabelecida como aparato constituinte do capital. Ao passo em que a episteme marxista já se apresentava enquanto principal pensamento de ameaça à ordem burguesa – tendo em vista a sistematicidade da crítica e a potencialidade enquanto arma de emancipação do proletário –, o controle social da nova classe estendeu-se nas tarefas políticas, ideológicas e institucionais, como forma de neutralização da perspectiva revolucionária no interior da sociedade.

De modo geral, Taylorismo, oligopólio e positivismo, constituindo os elementos característicos do regime de acumulação intensivo, compreendeu a etapa de “consolidação” da burguesia no século XIX, de modo que a dominação do aparato político, ainda com espasmos nacionais do absolutismo junto à dinâmica contingente das agitações nacionalistas e as expressões da classe trabalhadora, foram submetidos ao controle cada vez mais sofisticado do capital. Até o fim do século, onde os desdobramentos do fator imperialista do capital e a força crescente do movimento revolucionário – mesmo imbuído pela ideologia dominante –, levaram, juntamente com outras determinações, o mundo burguês abrigar regimes de acumulação paralelos como no caso da Rússia, Alemanha e Itália. Não obstante, o cenário mundial sob a demarcação burguesa se apresenta, historicamente, a partir dos padrões que representam a dominação material – como o papel das colônias para o imperialismo dos centros capitalistas; a cultura de padronização de mercadorias e ideologias; os diversos níveis da luta de classe sobre o domínio do trabalho etc.

No horizonte da sociedade burguesa, nas décadas que compõem o desfecho turbulento e determinante do século XIX, as mudanças nos vários setores da vida corresponderam à organização prática da administração da estrutura que guarda as relações sociais sob o viés do capital, uma vez que na sociedade capitalista “as interações entre os indivíduos não mais se estabelecem por meio de junções imediatas aleatórias ou mandos diretos ocasionais e desconexos, mas por intermédio de formas sociais que possibilitam a própria estipulação e inteligibilidade das relações e que permitem a reiteração dos vínculos assumidos”. (MASCARO, 2013, p. 23). A burocratização da dinâmica social, na e das formas que constituem as relações capitalistas, se apresenta como parte essencial do *modus operandi* da sociedade sob a demanda da reprodução do capital; a racionalização e as especializações, junto às instituições e classes auxiliares, como intelectuais e burocratas, permeiam a dinâmica da sociedade burguesa, de modo relacional diante dos conflitos, inseguranças e necessidades no domínio da luta de classes. Aqui, a consolidação da sociedade burguesa, junto à sua episteme – fornecendo suporte ao paradigma correspondente –, tem sua expressão acompanhada das determinações históricas de domínio das relações sociais burguesas. Dessa maneira,

A reprodução do capitalismo se estrutura por meio de formas sociais necessárias e específicas, que constituem o núcleo de sua própria sociabilidade. As sociedades de acumulação do capital, com antagonismo entre capital e trabalho, giram em torno de formas sociais como valor, mercadoria e subjetividade jurídica. Tudo e todos valem num processo de trocas, tornando-se, pois, mercadorias e, para tanto, jungindo-se por meio de vínculos contratuais. Dessa maneira, o contrato se impõe como liame entre

os que tocam mercadorias – e, dentro delas, a força de trabalho. [...] No processo de reprodução social capitalista, com as trocas levantam-se então também uma forma jurídica e uma forma política estatal, específicas historicamente e suas correspondentes necessárias. (MASCARO, 2013, p. 24-25).

No regime de acumulação intensivo, a demarcação da sociedade burguesa, tendo em vista o caráter relacional da dinâmica social em formação, já apresenta os aparatos necessários e constitutivos da dominação histórica através das formas sociais e do conjunto de instituições, classes e ideologias que solidificam a estrutura moderna. Na segunda metade do século XIX, a urbanização conheceu os níveis singulares, tal como as perspectivas revolucionárias e progressistas também já faziam parte da constituição social junto aos movimentos e organizações da classe trabalhadora; “a instituição das universidades modernas, o processo de profissionalização e assalariamento dos trabalhadores intelectuais permite o surgimento da classe intelectual” (VIANA, 2019, p. 74); e o pensamento dominante, positivista, atravessou as décadas finais como justificativa ideológica do progresso técnico-científico, concomitante a um Estado de matriz burguesa, onde “a existência de um nível político apartado dos agentes econômicos individuais dá a possibilidade de influir na constituição de subjetividades e lhes atribuir garantias jurídicas e políticas que corroboram para própria reprodução da circulação mercantil e produtiva” (MASCARO, 2013, p. 21).

Aqui, o desenvolvimento da divisão social do trabalho já se apresenta, considerando o papel e a força do trabalho intelectual, expressamente potencializada dada a própria dominação burguesa sobre o mundo material: a valoração do pensamento científico-natural do paradigma positivista, assim como a credibilidade do resultado dos métodos práticos, esteve presente, até mesmo, em variantes de “teorias” de revolucionários comunistas. Nas “ciências humanas”, o crédito aos métodos e resultados oriundos das ciências naturais, foram “recuperados” no pensamento social, sob a episteme burguesa e seus campos mentais, propagando a neutralidade de uma ciência precisa e impessoal. Em seu terreno, o paradigma positivista legitima a dominação e exploração intensiva sobre a classe trabalhadora e a natureza, através da razão científica que permite o domínio e controle sobre as coisas. Num momento de expansão, seja dos oligopólios, das relações sociais e produtivas capitalistas e de uma estrutura política de exigências liberais face a relação conflituosa do proletariado, em seu dever,

O positivismo é o paradigma que corresponde às tarefas políticas e econômicas da burguesia durante o regime de acumulação intensivo e que descrevemos ao tratar do estado liberal-democrático. Essas tarefas, não custa recordar, são: a) impedir a radicalização do movimento operário, o que significa,

simultaneamente, combater o marxismo; b) aumentar a taxa de exploração via aumento de produtividade proporcionado através da “gerência científica” (taylorismo); c) efetivar o desenvolvimento tecnológico; d) promover a expansão colonial e imperialista. (VIANA, 2019, p. 87).

A “neutralidade”, dada as configurações já postas de uma sociedade orientada pelas formas e relações sociais do capital, indicam a proposta e a organização de um pensamento voltado para legitimar o conjunto de instituições, valores etc., em ideologias produzidas pelo paradigma atualmente necessário. O saber científico objetivo, a razão instrumental global, em grande escala, mantém a unidade a nível intelectual tendo em vista o caminho material pavimentado pela dominação da classe burguesa. Dentro das variações, adequações e evolução do capital, no qual o paradigma positivista também tem suas variantes, concorrências e desdobramentos correspondentes, as tarefas que emergiram ao longo do regime, como as lutas operárias e os conflitos internacionais de grande escala, movimentou o paradigma a partir do abalo das relações materiais. O enfraquecimento do positivismo, concomitante ao avanço do marxismo, do movimento operário, e das tensões do domínio oligopolista, exigiu novas afirmações no controle da classe, de modo que o espaço para um novo regime de acumulação aparecesse no horizonte da sociedade burguesa.

Não obstante, o declínio do positivismo enquanto paradigma diante das mudanças sociais, produtivas, políticas etc., conquistadas pelo capital, não representaram o fim imediato de uma representação intelectual que creditou o glorioso avanço científico e o domínio de uma razão instrumental sobre a vida como inerente a uma sociedade pautada nas relações capitalistas: pôde servir, continuamente, como paradigma secundário – ante o estabelecimento de um novo paradigma –, assim como revisitado, reaproveitado e absorvido pelo trabalho intelectual dada as necessidades e as tentativas de justificar as determinações “conjunturais” da sociedade burguesa a partir desses atributos.

2.3. *Regime de Acumulação Conjugado e Paradigma Reprodutivista.*

O declínio do regime de acumulação intensivo, levando consigo o paradigma positivista, representou a dinâmica sob a qual as relações capitalistas se desdobram tendo em vista seu próprio processo de constituição: o modo como a relação sócio-histórica é travada, levada a cabo pela orientação do capital, tencionam as formas e sociabilidades geridas pela sociedade burguesa, de tal modo que as mudanças necessárias/inevitáveis refletem as crises inerentes à

este domínio. De tal modo, os regimes de acumulação de exceção como na Rússia, Itália e Alemanha, no início do século passado, tem suas emergências históricas a partir de determinações cujas relações sociais do capital, permeada pela luta de classes, mantém a influência ideológica sobre as variações de dominação possíveis, tendo em vista a manutenção global da constituição básica da forma do capital.

No caso Russo, após a revolução bolchevique, o regime de acumulação estatal, acompanhado pelo paradigma vanguardista, foram estabelecidos a partir da burocratização desempenhada pela tradição social-democrata presente no movimento operário: a parcela burocrata passa a gerir os desdobramentos revolucionários a partir do interesse pelo Estado e pela direção intelectual sobre a classe trabalhadora. Dessa forma, um capitalismo de Estado surge como identidade da burocracia social-democrata – tendo o partido bolchevique como o centro dirigente –, de modo que os rumos da revolução fora cooptado pela vanguarda político-ideológica junto a acumulação estatal justificada pelos interesses da classe burocrática.

Não obstante, a crise da acumulação intensiva deu margem para, na Alemanha e na Itália, o desenvolvimento de regimes de exceção, onde as burguesias nacionais, diante de tarefas específicas, reservaram-se por meio dos serviços do Estado nacional-imperialista alemão (beligerante), e o Estado nacional-imperialista italiano (corporativista). Em todo caso,

“... o que ocorre na Alemanha e na Itália é uma mutação na forma estatal como ponto de partida para mudanças nos demais elementos constitutivos do novo regime de acumulação. É a formação de um Estado expansionista, integralista e totalitário. Essa formação estatal parte do nacionalismo como doutrina básica que reúne os seus outros elementos constitutivos: expansionismo, integralismo e totalitarismo.

“... o nazifascismo significou uma autonomização da burocracia estatal em relação ao capital, mas ao seu serviço (bem como sendo financiado e apoiado por ele). (VIANA, 2019, p. 152-153).

O enfraquecimento da acumulação intensiva, junto ao espectro das revoluções proletárias (inacabadas), as crises econômicas e sócio-políticas de 1929 e da Primeira Guerra Mundial, representaram, do ponto de vista da acumulação do capital, a necessidade de reorganização sócio-político-produtiva, de modo que o reestabelecimento da ordem do capital pudesse superar as turbulências que ameaçaram a sociedade burguesa. De fato, a consolidação tanto de um novo regime de acumulação autêntico, quanto ao paradigma ídeo-político que o acompanha, são gestados antes de seu estabelecimento, assim como tem – em grande parte –, longos processos até culminar na organização que lhe caracteriza.

Em todo caso, a primeira metade do século XX mostrou ao mundo que a dinâmica internacional expansionista dos países centrais do capitalismo (Europa e Estados Unidos), que o poder do capital representa, em vias necessárias, a destruição franca e acelerada da sociedade mundial: as guerras travadas pelas potências mundiais, desdobrando-se em conflitos bélicos e políticos em outras regiões fora da Europa, deram dimensão à sistematicidade do capital e sua zona de influência e determinações sobre os outros continentes. De 1914 à 1945, a atividade bélica não só representou a tentativa de países e alianças internacionais de defenderem seus interesses, mas como mostrou a força e determinação do nazifascismo, assim como a forte posição militar da URSS no cenário internacional.

O processo de formação do novo regime de acumulação teve, na etapa inicial do século passado, as determinações que orientaram para a necessidade de um reestabelecimento consistente da acumulação do capital. No entreguerras, a Grande Depressão – com a forte recessão econômica norte americana –, foi amparada pelo intervencionismo estatal no empenho de recuperar a economia a partir das mediações do aparato estatal. Com a forte destruição das forças produtivas oriundas da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo precisou ser reavaliado tendo em vista a dinâmica destrutiva das relações internacionais e o combate determinante contra os regimes de acumulação de exceção e a influência do bloco político-mundial sob o domínio da URSS. Portanto, o processo de renovação procurou articular e estabilizar a extração de mais-valor, enquanto o aparato estatal desenvolvia a política necessária para um novo ambiente em que o próprio imperialismo obteve novas configurações dadas as crises no interior do capitalismo. Para Viana,

É nesse contexto que surge o regime de acumulação conjugado. O fordismo se tornou hegemônico no processo de valorização, com a tecnologia ocupando um espaço fundamental no processo de aumento da extração de mais valor e ampliando a produção de bens de consumo, gerando uma produção em massa e consumo em massa. (...) O aparato estatal é renovado e nesse processo ele realiza determinada modalidade de política estatal, voltada para a reprodução do consumo em massa e para a integralização do capitalismo. O estado assume a forma integracionista e assim efetiva não só uma modalidade distinta de políticas estatais como assume função chave de controlar as relações de produção e relações de distribuição capitalistas como também a população (VIANA, 2019, p. 182).

As novas tarefas da burguesia – sendo fortemente intermediadas pelo Estado –, procurou estabilizar a relação entre trabalhadores e o comércio, além de administrar relações internacionais tendo em vista a possibilidade de uma nova grande guerra durante os anos que

em que a União Soviética ainda operava como ameaça. Por outro lado, a tecnologia, a produção de mercadorias, as produções culturais de grande alcance forneceram às décadas após 1945 os recursos necessários para a disputa ideológica e a ascensão econômica da “era de ouro” do capitalismo nos países avançadas e, posteriormente, recuperados da destruição massiva da guerra: em grande escala, os Estados Unidos figurou como a principal economia capitalista do mundo, uma vez que a sua influência avançou sobre os demais países capitalistas atingidos pela guerra, além da influência e domínio sobre o ocidente não tomado pelas cores soviéticas.

Em todo caso, as mudanças do pós-guerra – políticas, econômicas, imperialistas, sociais, culturais, etc. –, desenvolvera-se rapidamente apesar das contingências e variações nacionais na instalação de um regime e um paradigma que abarca a reprodução do capital. Não obstante, o ambiente sob o qual o capitalismo do pós-guerra trilhou, tendo em vista a presença do Estado em grau elevado, assim como os aparatos sociais e culturais fortemente controlados pela uso das ideologias e da tecnologia, a renovação do regime de acumulação avançou sobre as décadas subsequentes a partir da combinação de uma política Estatal, imperialista e de relações de produção, de modo que ideólogos apontavam para o surgimento de uma era de ouro do capitalismo, a partir do “bem-estar social”, ao mesmo tempo em que a extração de mais valor transcorria pela dominação capitalista aos países subordinados. Com a expansão capitalista norte americana – com a entrada de países europeus com suas respectivas reconstruções após os destroços da Segunda Guerra –, as ideologias e o papel do novo Estado de “bem-estar” também avançou sobre círculos intelectuais, propagandas e culturas de massa ao lado da tecnologia e do aumento de salário:

Nos dias felizes da expansão do pós-guerra, as condições da utopia administrativa de Taylor pareciam ter sido plenamente realizadas, transformando a disputa sobre as *relações do poder social* na questão tecnológica e organizacional de como maximizar (ou “otimizar”), sob a autoridade da “ciência”, a produção do excedente, que seria destinado a uma divisão desigual, mas generosa para com os trabalhadores (MÉSZÁROS, 2014, p. 119).

Com a gerência estatal, a elevação de salários – dada a necessidade de aumentar a capacidade de consumo –, fornecia a elevação do poder de compra nos países centrais do capitalismo, ao passo que a exploração internacional inaugurou “uma nova forma de extração de mais-valor do capitalismo subordinado para o capitalismo imperialista, através de remessas de lucros, royalties e formas complementares, aproveitando o valor inferior da força de trabalho no bloca capitalista subordinado” (VIANA, 2019, p. 183). Nesse sentido, a instalação de empresas imperialistas nos países subordinados confere um avanço nas relações capitalistas, de

modo que o interesse político sobre os países subordinados tornam-se necessários à dinâmica sistêmica do capital.

Sob a orientação do Estado no conjunto da dinâmica do pós-guerra, os países do capitalismo imperialista sob a hegemonia do fordismo no processo de valorização operaram de modo que a tecnologia, a burocratização, a disseminação das ideologias burguesas, a produção em massa de mercadorias e produtos culturais de afirmação da nova sociedade etc., passaram engendrar novas ondas de mercantilização das relações sociais e sociabilidades sob a perspectiva da reprodução do capital. A expansão da burocratização da relações sociais acompanhou o novo processo de mercantilização social, assim como possibilitou ao Estado o contínuo controle sob a organização do atual paradigma da sociedade burguesa. O controle da dinâmica capitalista, tendo em vista a consolidação da expansão político-econômica sobre os países subordinados; os recursos ideológicos com o avanço da tecnologia; e o equilíbrio entre aumento de salário versus exploração etc., é complementado pelo capital comunicacional e pelo horizonte ideológico de produções culturais orientadas para a padronização de relações sociais e intelectuais.

O capital comunicacional é composto por setores do capital que mercantilizam (e controlam) a comunicação através dos meios tecnológicos, sob forma oligopolista. [...] Assim, a importância cultural dos meios de comunicação (especialmente os tecnológicos) foi percebida e o controle estatal ampliado sobre os mesmos (as emissoras de rádio e TV só poderiam funcionar através de uma “concessão” do Estado, bem como existem exigências legais para a existência de jornais impressos etc.), e a acumulação de capital nesse setor permitiu a formação de grandes oligopólios, consolidando o capital comunicacional. Esse passou a ter uma força decisiva através de sua influência sobre o conjunto da população. O impacto do capital comunicacional sobre o consumo, os comportamentos etc. foi enorme e seu alcance tinha possibilidade de criar uma generalização que era extremamente difícil nos regimes de acumulação anteriores. (VIANA, 2019, p. 185).

O papel substancial da tecnologia durante o pós-guerra “alimentou” o regime de acumulação conjugado, de modo que o avanço do capitalismo sob as orientações do grande Estado obteve as devidas “saudações” por parte dos aparelhos ideológicos a partir das novas “conquistas” na produtividade, no comércio, transporte etc. Tanto a capacidade e velocidade das linhas de produção quanto a emergência de novas mercadorias aqueceram a fé no progresso e nos “problemas econômicos da humanidade”. Desde a eletrônica – com a emergência de produtos oriundos de pesquisas e equipamentos de uso militar – aos conjunto de representações

culturais para o grande público, permitidos pela capacidade do capital comunicacional, as breves décadas do regime de acumulação conheceram a grande expansão do uso de automóveis, bens de serviços, produção e disseminação do plástico, televisão, gravação em fita, transistor, computadores digitais, *lasers*, rádio, sandálias de plástico, produtos de higiene pessoal, discos de vinil, calculadoras, eletrodomésticos, equipamentos de foto e vídeo etc.³

Sob uma nova dinâmica, o papel do Estado sobre o conjunto das relações sociais e produtivas – a partir da burocracia e dos aparatos de dominação –, também compreendeu a manutenção intelectual dominante a partir de políticas culturais, consolidando a perspectiva hegemônica do paradigma em correspondente. Tendo em vista as formas políticas e sociais orientadas pela burocratização do domínio burguês, o bloco dominante e o conjunto de instituições elaboram “ideologias, concepções, representações cotidianas, valores, moral etc., correspondentes aos interesses do capital” (VIANA, 2019, p. 188). Aqui, intelectuais e profissionais passam a produzir e reproduzir o pensamento dominante que confirmam o estabelecimento da sociedade burguesa e suas estruturas legais. Enquanto classe dominante, as ideologias e concepções disseminadas pelas instituições e aparatos do Estado burguês, são as ideologias que correspondem à manutenção estrutural da classe dominante; artistas, intelectuais e profissionais, sob a ordem socialmente estabelecida, desempenham papel fundamental na constante reprodução dos interesses burgueses. A produção intelectual e os meios de divulgação complementam-se de modo que as perspectivas circulantes na sociedade, correspondem ao processo de dominação intelectual, cultural e político da burguesia a partir de suas plataformas de comunicação. Sendo assim, a política cultural se apresenta, dentro da dominação burguesa,

“[...] como o planejamento institucional (estatal ou de outra instituição) ligado a determinados interesses de classe e voltado para a produção, controle e difusão de cultura, entendendo por esse conceito o conjunto das produções intelectuais, o que inclui arte, ciência, filosofia, técnica etc. (VIANA, 2018b), e que é realizado por quem detém o poder nessa instituição. Cabe ao aparato estatal, a principal forma de regularização das relações sociais na sociedade capitalista, a elaboração da forma mais importante e influente de política cultural. Outras instituições também elaboram e realizam políticas culturais, como o capital comunicacional, fundações, partidos políticos etc.” (VIANA, 2019, p. 191).

Dessa forma, a luta de classes está substancialmente decretada, uma vez que os aparatos institucionais, o Estado, assim como as políticas culturais são elaboradas e reproduzidas a partir

³ HOBBSBAWN, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras 1995.

da necessidade de salientar, ideologicamente, a manutenção da ordem burguesa socialmente estabelecida. Os interesses do capital, da extração de mais-valor, e da exploração internacional etc., são expressos, culturalmente, a partir da produção e circulação de ideologias que pretendem garantir o funcionamento da sociedade a partir dessas características elementares da vida burguesa. De modo relacional, as estratégias do bloco dominante diante da luta de classes são, objetivamente, traçadas pelas demandas do capital, sendo que a própria luta de classes pode alterar a dinâmica dos aparatos de dominação.

Das necessidades do pós-guerra para os países imperialistas, os recursos encontrados a partir da administração do Estado junto ao avanço das tecnologias concederam às décadas seguintes os meios necessários à reprodução do capital – perpassando a dinâmica global e o forte domínio sobre os países de capitalismo subordinado –, face as crises que antecederam o regime em destaque. Não obstante, o controle social e a acentuação da burocracia e mercantilização conferiram grande penetração das ideologias, uma vez que as instituições, as políticas culturais e o capital comunicacional etc., atuaram como grandes ferramentas inerentes a uma forma política de uma sociedade de classes. A dinâmica engendrada pelo Estado assim como o avanço da tecnologia foram atribuídos de modo que “observadores sofisticados começaram a supor que, de algum modo, tudo na economia iria para frente e para o alto eternamente” (HOBSBAWN, 1995, p. 254). Todavia, dada as condições materiais da historicidade burguesa, parece suspeito de:

“O fato de que os benefícios deste “crescimento econômico contínuo” estão reservados a pouco mais de 10% da população mundial e, conseqüentemente, todo o edifício do “capitalismo organizado” estar sendo erigido sobre alicerces muito duvidosos, não parecia significar muito, se é que significava algo, para os participantes dos principais debates ideológicos” (MÉSZÁROS, 2014, p. 121).

Ao lado do Estado integracionista, o paradigma reprodutivista assumiu papel central na produção intelectual e cultural do pós-guerra, sendo que a “integração” da classe trabalhadora no capitalismo indicara, a partir das ideologias, a “reprodução” da sociedade em seus “sistemas” de organização e “funções” que estruturam a sua totalidade. A partir das necessidades de estabelecer ideias, métodos e ideologias, a renovação hegemônica vai se desenvolvendo de modo que “foram fundamentais as obras de Lévis-Strauss, Talcott Parsons, Ludwig Von Bertalanffy, entre diversos outros” (VIANA, 2019, P. 208): a reprodução social é apontado por ideologias e novas concepções como o funcionalismo, estruturalismo, teoria dos sistemas etc. “Modelo”, “estrutura”, “sistema” entre outros constructos, são abordado por ideólogos e escolas

de pensamento de modo a reproduzir os elementos da episteme burguesa, como a recusa da história e das contradições inerentes à sociedade de classes.

Uma vez que as ideias dominantes representam os interesses da classe dominante, as produções do novo paradigma tornam-se expressões desta classe, articulando os produtos do pensamento através relações materiais na sociedade. A renovação da sociologia norte-americana, como conta Viana, tem significado importante, nos escritos de Talcott Parsons, ao lançar elementos do funcionalismo sistêmico, contribuindo com o paradigma correspondente: “a sociedade é um tipo de sistema social que se caracteriza por um nível mais elevado de autossuficiência com relação ao seu ambiente no qual se incluem outros sistemas sociais” (VIANA, 2019, p. 214). Aqui, o “sistema” toma conta das “análises sociais”, respaldando o campo linguístico da episteme burguesa. A legitimação da sociedade burguesa, por meio do paradigma correspondente, confere a unidade da dominação material e o conjunto de valores que justificam o funcionamento dessa sociedade tal como ela se apresenta no determinado tempo. As políticas culturais, as instituições e os intelectuais, sistematizando o complexo de ideologias no combate à luta de classes – onde a integração da classe trabalhadora no capitalismo conjugado buscou controlar e “pacificar” as radicalizações –, representa as estratégias e meios de defender a sociedade atual. Aqui,

“Um dos valores fundamentais do campo axiomático do paradigma reprodutivista é a integração. Se recordarmos a afirmação de Parsons (1968, p.13), segundo a qual, “o interesse principal da Sociologia como disciplina teórica reside nos problemas da integração dos sistemas”, notamos que o funcionalismo apenas reproduz o desejo integracionista do reprodutivismo e que é a expressão científica de uma vontade política” (VIANA, 2019, p. 219).

Na economia, o pensamento de Keynes tornou-se hegemônico com a gestão macroeconomia sob a dinâmica estatal, de modo a garantir a estabilidade da economia. A partir das soluções encontradas pelo “sistema” econômico, a “sociedade humana” terá o horizonte no qual os conflitos em torno do trabalho terão pouco significado do ponto de vista das necessidades estruturais de “ideologias” radicais e ultrapassadas do século XIX. Em todo caso, “se o problemas econômico for resolvido, a humanidade estará privada de seu propósito tradicional”. Dessa forma:

Quando a acumulação de riqueza já não for de alta importância social, haverá grandes mudanças no código moral [...]. Estaremos então livres, afinal, para descartar todos os costumes sociais e práticas econômicas que afetam a distribuição de riqueza e de recompensas e penalidades econômicas, que agora mantemos a

todo custo, por mais desagradáveis e injustos que possam ser em si mesmos, por serem enormemente úteis para a acumulação do capital [...]. Prestaremos honras àqueles que podem nos ensinar a aproveitar a hora e o dia com virtude e bondade, as pessoas encantadoras que são capazes de colher um gozo direto das coisas, os lírios do campo que não trabalham nem fiam (KEYNES Apud MÉSZÁROS, 2014, p. 62).

Keynes, que se encontraria ao lado da “burguesia educada” caso a luta de classes lhe forçasse um lado, apresentou-se como um dos principais ideólogos do paradigma no campo da economia; a intervenção estatal, integracionista, avançou sobre os “anos dourados” da economia capitalista de modo que – em seu papel ideológico – a literatura keynesiana não encontrara eco material nem nos próximos cem anos em que afirmou que os problemas econômicos da humanidade estariam resolvidos⁴. Dada as necessidades da integração social, o “modelo” econômico keynesiano sustentou a ideologia econômica do avanço capitalista e o fim dos conflitos elementares, dada as virtudes encontradas na nova administração. A integração indica a confluência de “interesses” – face a recompensa e distribuição da riqueza –, dando à humanidade os campos verdes do progresso mundial, sendo que “os países que sofrem relativamente mais são os que não estão na vanguarda do progresso” (KEYNES, Apud MÉSZÁROS, 201, p. 62).

Nessa via, o regime de acumulação conjugado, tal como o paradigma correspondente, o reprodutivista, percorre o pós-guerra através da hegemonia do fordismo, a grande avanço da tecnologia e de mercadorias lançadas ao consumo em massa, tal como as formas políticas, institucionais e econômicas que resguardaram o controle social: as ideologias, as políticas culturais, etc., encontram grande espaço através do capital comunicacional e das novas formas de disseminação de informações no pós-1945. O imperialismo plantou bases em países subordinados, de modo que a influência política e a extração de mais-valor de mão de obras de baixo custo demarcaram o avanço do capitalismo, aproveitado por ideólogos econômicos e o conjunto de intelectuais que “estruturaram” seus estudos por meio da “integração” e da recusa da história em suas determinações materiais.

⁴ MÉSZÁROS, Istvan. *O poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2014. “Introdução à nova edição”.

CAPÍTULO 3: SUBJETIVISMO EM DJAMILA RIBEIRO

Neste capítulo, discutiremos o paradigma subjetivista – seu surgimento e suas características –, bem como sua manifestação concreta na obra de Djamila Ribeiro. Aqui, o paradigma subjetivista é analisado a partir das necessidades da reprodução do capital tendo em vista o papel das ideologias que legitimam a sociedade burguesa e manutenção do capitalismo. O contexto cultural e as influências que corroboram a produção de Ribeiro são expostos de modo a indicar a unidade do seu pensamento com a manutenção da reprodução do modo de produção capitalista. Dessa forma, apontaremos a presença do subjetivismo na obra de Ribeiro, compreendendo a dinâmica sob a qual produção ideológica se apresenta nos marcos do capitalismo contemporâneo.

1. Regime de Acumulação Integral e Paradigma Subjetivista.

A estabilidade do capitalismo sob o Estado Intervencionista sente seus abalos determinantes com a necessidade de aumento da taxa de lucro, assim como a emergência da onda de lutas sociais nos anos finais da década de 60 (VIANA, 2019); até aqui, as mutações no interior do capitalismo, assim como nos paradigmas que correspondem à legitimação da experiência atuante, expressaram a contradição inerente à reprodução da sociedade burguesa junto à classe opositora, a classe operária. Sob o Estado intervencionista, os mecanismos que controlaram e administraram os investimentos, infraestrutura, distribuição de renda, aumento de salários etc., tenderam a diminuir a taxa de lucro do capital de modo que a necessidade de aumento da exploração das empresas imperialistas, assim como as rebeliões estudantis e parcelas radicalizadas da classe trabalhadora exigiram, por sua vez, reações do capitalismo diante desses impasses.

Nos marcos da instabilidade socioeconômica, as várias determinações materiais contribuíram com a instalação de um novo regime de acumulação, de modo que novas medidas devessem assegurar a reprodução do capitalismo: um Estado repressivo, incluindo a ampliação da força imperialista do capital sobre países subordinados se fazia necessário, uma vez que movimentos culturais, sociais e as lutas operárias – assim como guerrilhas e processos de independência política nos países subordinados – acentuaram a emergência do controle e reorganização na reprodução do capital. Em todo caso, a queda da taxa de lucro e a radicalização do movimento operário e de setores dos movimentos sociais – tal como a guerra do Vietnam;

polarização radical da política mundial; queda da hegemonia ideológica do reprodutivismo; lutas pela independência da África, etc. – constituiu a crise do regime de acumulação, de modo que a reprodução da sociedade burguesa exigira a renovação produtiva, imperialista e ideológica para a manutenção da sua base. Com o Maio de 1968, palco de “uma rebelião estudantil com hegemonia de sua tendência revolucionária e, ao mesmo tempo, um grande movimento grevista que gerou uma pré-revolução proletária” (VIANA, 2019, p. 237), a crítica da sociedade capitalista e o risco da revolução operária foram observados de modo que:

“É nesse contexto que o bloco dominante começa a elaborar a nova estratégia de classe, que desembocará numa nova política cultural. Porém, isso foi realizado num processo que não foi imediato. E isso se caracterizou por dois processos: a formação do regime de acumulação integral e a contrarrevolução preventiva expressa através de novas ideologias, especialmente o pós-estruturalismo (e posteriormente o neoliberalismo e outras), que constituem o novo paradigma hegemônico, o subjetivismo.” (VIANA, 2019, p. 237).

De modo geral, nas décadas seguintes ao pós-guerra, a constituição sociocultural fundamentava-se a partir das novidades tecnológicas nos vários setores da vida, sendo que, por outra lado, guerrilhas e anti-imperialismo nos países de capitalismo subordinado e a juventude rebelde e movimentos culturais pacifistas – somando-se ao desgaste geopolítico, desemprego, pobreza etc. – eram fenômenos que contrastavam radicalmente a “integração social”. A crítica da sociedade capitalista pelo cultura contestadora do período pelo movimento estudantil francês “foi um dos elementos que permitiu a aproximação entre estudantes e operários” (VIANA, 2019, p. 237), estabelecendo o ritmo de “urgência” do controle social, político e cultural por parte do bloco dominante. No caso da França, por exemplo, a expressão da luta de classes tornou-se evidente, de modo que, neste período, dada a heterogeneidade do movimento estudantil e proletário, “tais setores atingiram o estágio das lutas revolucionárias, visto que milhares de universidades e fábricas estiveram sob o controle dos conselhos estudantis/operários, a ideia de autogestão social ganhou terreno e suscitou um projeto autogestionário de sociedade” (BRAGA, 2016, p. 15). Nesse tom,

“Nunca uma potência capitalista estivera sob ameaça tão grave de destruição de suas instituições políticas. Estudantes e trabalhadores em voz uníssona recusaram-se durante mais de um mês a qualquer diálogo com as representações políticas tradicionais nas negociações entre capital e trabalho no capitalismo. Estudantes e trabalhadores generalizaram aquilo que Karl Marx definia como o “poder social”, com a grande recusa do movimento social as instituições capitalistas desabavam a olhos

vistos na sua completa vacuidade de sentido histórico. Nem partidos, nem sindicatos, nem o parlamento ou qualquer outra agência governamental podia assumir-se como porta-voz da colossal manifestação social que varria as ruas do país.” (PINTO, Apud BRAGA, 2016, p. 15).

Além da queda da taxa de lucro, a crise do regime de acumulação conjugado, que abre espaço para a necessidade de restaurar a ordem burguesa sob o domínio do capital “o maio de 1968 e as lutas sociais do final da década de 60, a crise do petróleo de 1973 e a Revolução Portuguesa de 1975 foram os acontecimentos que incentivaram a busca de mudanças, que se esboçaram nos anos 70 e se concretizaram nos anos 80” (VIANA, 2009, p. 84). A renovação da sociedade burguesa, tendo em vista a recuperação da estabilidade do funcionamento das relações do capital e o controle da luta de classes, perpassa a ordem de impedir as crises no capitalismo de se expandirem para a crise terminal do capitalismo. A histórica sociedade sob o domínio da classe burguesa, nesse termo, articula os aparatos que estruturaram a sociabilidade e as formas – jurídicas, ideológicas, institucionais etc. –, que garantiram esse estabelecimento, de modo a combater as expressões teóricas e o levante da classe trabalhadora: as novas configurações do Estado, da extração de mais-valor e da dinâmica imperialista, junto à contrarrevolução preventiva no campo da cultura, compreendem o cumprimento das tarefas necessárias ao funcionamento da ordem.

Das décadas em que a crise do regime de acumulação conjugado abriu espaço para a constituição de um novo “modelo” de domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora, as determinações que desaguaram na retomada do controle sob um novo regime teve a luta de classes em seu centro, sendo que a implosão e a repressão da emancipação da classe trabalhadora – através das expressões ideológicas burocráticas e “progressistas”, assim como a violência e a punição institucionalizada – tornaram-se elementos necessários face a instabilidade social: contrarrevolução e renovação do elemento punitivo do Estado passaram a constituir a renovação do regime de acumulação por meio de ideologias e movimentos que emergiram durante esse período, além da necessidade da ordem a ser garantida pela repressão. Além da “teoria” de um Estado (neoliberal) com o mínimo de intervenção no mercado e no “bem-estar” social, completado pela desregulação do trabalho e privatizações já ter sido lançadas décadas antes de 1980, o apoio das classes auxiliares da burguesia e os recursos da classe dominante contribuíram para o estabelecimento do novo regime.

De modo geral, a falência do regime perpassou o conjunto de contradições e elementos inerentes ao domínio do capital na sociedade burguesa. Entre as variantes nacionais do “bem-

estar”, “nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação no apogeu do sistema [...] outros setores de produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de fraca garantia de emprego” (HARVEY, 1992, p. 132). Não obstante, “mudanças culturais passam a ocorrer, como o surgimento do pós-vanguardismo, que no mundo da arte decretava o fim das vanguardas artísticas e do pós-estruturalismo e, no mundo das ciências humanas, a crítica do racionalismo e da visão totalizadora do mundo” (VIANA, 2009, p. 84-85). Diante da luta estudantil e operária – junto às mutações culturais –, a ideologia neoliberal foi resgatada e o Estado Neoliberal foi afirmado como nova forma estatal.

O Estado Neoliberal surge no final da década de 70 e início da década de 80, com Margareth Thatcher, na Inglaterra (1979), Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1980), e Helmut Kohl, na Alemanha (1982). [...] Assim, a formação do Estado neoliberal é produto das mudanças da sociedade capitalista, cuja origem se encontra no final da década de 60 e se esboça na década de 70, e se efetivando a partir dos anos 80. A partir dos anos 80 se inicia a chamada “reestruturação produtiva”, marcada pela substituição do fordismo pelo toyotismo e por modelos de gestão de trabalhos similares.

O Estado neoliberal surge para atender as novas necessidades de reprodução do capitalismo. Com a queda da taxa de lucro médio, era necessário aumentar a extração de mais-valor. Isto só poderia ocorrer aumentando-se a extração de mais-valor em escala nacional e internacional, o que significa aumentar a exploração em geral. Desta forma, o estado neoliberal tem o papel fundamental de criar as condições institucionais para o aumento da acumulação capitalista, o que o liga intimamente com a chamada re-estruturação produtiva e com o neoimperialismo. (VIANA, 2009, p. 85).

Aqui, a extração de mais-valor passou a ser praticada através da reorganização do processo produtivo, que passa a procurar o aumento da produtividade e uma adequação de rápida resposta dos produtos ao mercado, além da terceirização e subcontratos de trabalho. O apoio de novas tecnologias e expansão de serviços inerentes à expansão da nova produtividade também constituíram a dinâmica de valorização. No Estado Neoliberal, a desregulação do trabalho compreende o papel da legalidade dessa exploração da classe trabalhadora, tendo em vista a fragilidade dos contratos e facilidade de rescisões, enfraquecimento dos sindicatos, etc. “A proposta política neoliberal, em compensação à diminuição das políticas de assistência social e aumento da pobreza e criminalidade, são as políticas segmentares, voltadas para segmentos da sociedade (mulheres, juventude, negros etc.)” (VIANA, 2019, p. 246). Dessa forma, a ampliação das relações imperialistas, com a intensificação da extração e envio de mais-

valor dos países subordinados aos países imperialistas tornou-se constituinte do novo regime de acumulação (integral): as políticas internacionais e as instituições culturais e financeiras compuseram o domínio sobre as economias subordinadas, um vez que “a generalização do neoliberalismo é diferencial, pois no capitalismo imperialista ele assume forma protecionista e no capitalismo subordinado a forma livre-cambista” (VIANA, 2019, p.247).

Junto ao controle do trabalho e das relações político-econômicas a nível mundial, o novo paradigma se apresenta às novas tarefas da reprodução do capital, por sua vez, tendo em vista as expressões revolucionárias da luta contra a sociedade capitalista – exposta com mais ênfase no maio 68: a contrarrevolução cultural preventiva (VIANA, 2019), como estratégia de “releitura” das lutas sociais, pautou-se sobre a destotalização e despolitização do fenômeno, rearticulando, ideologicamente as interpretações, tal como usando as lutas para requalificar o seu significado. Ante o maio de 68, a destotalização retirou a crítica presente nos levantes estudantis e operários, de modo que a despolitização passou a assegurar o afastamento das críticas sistêmicas da reprodução do capital, a partir da produção de ideólogos, como Foucault e Guattari, entre outros.

De modo geral, a produção intelectual emergida nos finais da década de 60 com a crítica às grandes teorias, aos sistemas “totalizantes” e às produções científicas “antiquadas” e “insuficientes”, consolidaram-se, como matriz “autêntica” e “libertadora” – ante o aparato político-ideológico presente no século XX –, atravessando as décadas seguintes com suas respectivas variações, que passaram a averiguar o campo cultural como horizonte para a superação teórica e política durante o pós-guerra. Na consolidação do paradigma subjetivista, a expansão das ideologias “pós-estruturalistas”, “pós-modernas”, “pós-marxista” etc., e do desenvolvimento dos estudos culturais – lançadas pelo capital comunicacional –, corresponderam às tarefas conjuntas ao estabelecimento do neoliberalismo, sendo que a “contestação” e o afloramento de perspectivas desalinhas das teorias “essencialistas”, “teleológicas” e “totalitárias” objetivaram a recusa da superação radical do próprio capitalismo. No seu interior, os interesses por temas como sexualidade, raça, gênero, etc, compreendiam, a nível epistêmico, a resignação ao modo de produção estabelecido, de modo que as críticas compunham – além da recusa da radicalidade –, a necessidade levar as margens ao centro, a partir dos discursos e pluralidades a serem consideradas na nova ordem social. Sendo assim, como aponta Eagleton,

As novas ideias culturais tinham suas raízes profundamente fincadas na era dos direitos civis e das rebeliões estudantis, das frentes de libertação nacional, das campanhas antiguerra e antinuclear, do surgimento do movimento de mulheres e do

apogeu da libertação cultural. Foi uma época na qual a sociedade de consumo estava sendo lançada com fanfarras; na qual a mídia, a cultura popular, as subculturas e o culto da juventude surgiram pela primeira vez como forças sociais a serem levadas em conta; e na qual as hierarquias sociais e os costumes tradicionais começavam a ser alvo de ataques satíricos (EAGLETON, 2016, p. 30).

Com a cooptação do significado das lutas de 68 e a apropriação do novo cenário a partir da “virada política e cultural”, os novos estudos encontraram vez na possibilidade de, entre “socialismo” e a norma estabelecida, localizar e expandir os espaços nos quais os corpos, a sexualidade, as etnias ou qualquer variante dos aspectos culturais que representam minorias ignoradas – “teórica” ou concretamente –, pelas diretrizes políticas existentes. Em todo caso, se a crítica ao marxismo – amplamente encarado como uma das barreiras a serem superadas tanto através do seu possível déficit teórico para com os “novos atores”, assim como por ser um dos “pensamentos” atuantes na desastrosa polarização radical durante o pós-guerra – delimitou a recusa aos “grandes sistemas de pensamento”, as definições políticas que encontraram ação nos movimentos sociais passaram a compreender a emergência da “emancipação” das margens e identidades plurais por meio de demandas de representação, ou seja, a partir aos domínios legais do próprio *status quo*, uma vez que qualquer pensamento de emancipação radical é, epistemologicamente “teleológico” e “totalizante”.

De modo geral, as manifestações que passaram a integrar os interesses do capital, a partir da “liberdade” e “pluralidade” a serem construídas junto à democracia burguesa, tiveram seu alcance hegemônico a partir das sistematizações antirrevolucionárias: as construções ideológicas que indicam a União Soviética e as crises das sociedades pós-revolucionárias com o horizonte integral dos projetos socialistas, também serviram para “desqualificar” o pensamento revolucionário. Não obstante, não foram só as conversões pessoais de intelectuais “progressistas” que passaram a compor parte do quadro ideológico em ascensão: os partidos comunistas em boa parte da Europa transformaram-se em partidos democratas, assim como o conservadorismo passou a ser a bandeira dos ditos sociais-democratas “indiferentes” às intervenções de Thatcher, confirmando a falência das instituições, como observado no “novo trabalhismo” inglês através de acordos no terreno parlamentar (MÉSZÁROS, 2014); em todo caso, o papel da burocracia e das classes auxiliares do capitalismo, junto às produções “descentralizadoras”, capital comunicacional, etc., convergem com o estabelecimento do Estado Neoliberal e as política compensatórias, estabelecendo a renovação dos padrões culturais incorporados e erigidos durante o regime de acumulação.

Dessa forma, através das mudanças geridas no interior da segunda metade do século XX, a composição de ideologias que chegam até o século XXI refletem a influência da “morte” das metanarrativas, apreendidas através do pensamento “pós-moderno”, “pós-estruturalista”, “pós-industrial” etc., de modo que o culturalismo e a emergência dos interesses pelos estudos sobre a raça, sexualidade, etc., passaram a dominar as produções e a base das manifestações políticas das últimas décadas. Concomitante à virada do paradigma, o pensamento revolucionário, juntamente com a sua crítica sistêmica e radical ao capitalismo passaram a ser antiquados – tanto pela potencialidade “totalizante” do marxismo face às novas demandas sociais localizadas, como pelo próprio alinhamento e submissão intelectual das ideologias ao estabelecimento da ordem burguesa. Se a perspectiva da classe trabalhadora foi um dos principais elementos na construção do pensamento emancipatório revolucionário, as novas concepções deram suporte ao afloramento dos movimentos de grupos sociais, de modo que, como nova força ideológica, procurou, na sociedade vigente, espaços de atuações onde as margens poderiam, por sua vez, compor o próprio *status quo* por meio da participação política e da garantia de direitos.

Sendo assim, o significado do subjetivismo e as estratégias do paradigma, como a contrarrevolução cultural preventiva, pautou a dinâmica social a partir da construção ideológica de desqualificação do pensamento revolucionário, assim como, a partir do Estado neoliberal, instituiu as formas legais para a dominação da classe trabalhadora e o estabelecimento de políticas compensatórias face a intensificação da exploração e da violência institucionalizada.

Dessa forma,

A renovação hegemônica se inicia com a contrarrevolução cultural preventiva realizada pelo pós-estruturalismo. O pós-estruturalismo e outras ideologias que emergem nos anos 1970 vão se fortalecendo e com a instauração do regime de acumulação integral se tornam ideologias hegemônicas, bem como manifestação do novo paradigma hegemônico, o subjetivismo. [...] É a partir dessa época que nomes como os de Foucault, Derrida, Lyotard, Guattari, Deleuze, Baudrillard, etc., ganham espaço e em breve emergem outras figuras, outras ideologias, que possuem em comum o subjetivismo. (VIANA, 2019, p. 247).

Com o resgate de ideólogos subjetivistas anteriores ao estabelecimento do regime de acumulação integral, assim como o surgimento de novos constructos e ideias que “salientam” a constituição de uma sociedade pautada pela pluralidade, descentralização, desconstrução, etc., os produtos da episteme burguesa, sob o novo paradigma, procuram articular e legitimar a nova ordem, de modo que tais expressões passam a refletir a existência de uma sociedade – “pós-

moderna”, “pós-industrial”, “pós-estruturalista”, “pós-marxista” etc. –, sendo que, no horizonte deste cenário, a negação da perspectiva revolucionária pela “pluralidade” de identidades, culturas etc, incapazes de serem apreendidas pelas “teorias totalizadoras”, constituam os elementos fundantes do novo paradigma. Apesar das variações ideológicas de autores estabelecidos de acordo com as novas demandas, a totalidade e a historicidade, como suporte investigativo de apreensão das relações sociais são suprimidas face a pulverização de conhecimentos, atores sociais, culturas, identidades etc. Sendo assim, uma vez que o “sujeito”, o “discurso” e a profusão de identidades são colocados como ponto de partida e, conseqüentemente, a sistematização de um conhecimento social que alcance determinações comuns (como a produção material da vida e o estabelecimento de classes elementares que constituem esse processo) visto como tendências “dogmáticas”, “essencialistas” etc., “as totalidades, pensando bem, precisam existir para alguém; e agora parece não haver pessoa alguma para quem a totalidade represente totalidade” (EAGLETON, 1998, p. 18).

No interior do paradigma subjetivista, a recusa do proletariado e do pensamento revolucionário é operada através das ideologias de fragmentação da sociedade, dos indivíduos, dos conhecimentos, etc.: as determinações e a sistematicidade de elementos político-econômicos que abarcam as relações sociais, por exemplo, são requalificadas e tem sua importância relativizada. A renovação axiomática, como afirma Viana, aponta para a valoração dos pressupostos necessários ao estabelecimento do novo regime de acumulação; “subjetividade”, “indivíduo”, “autonomia”, “sujeito”, entre outros, apresentam-se como apreensão da condição social sob a lente das atuais necessidades do bloco dominante. Desse modo, “esses novos valores estão de acordo com as novas necessidades do capital: o operário esforçado e catexizado pelo toyotismo, o “cidadão” com responsabilidade e cidadania para fazer o que antes era incumbência do aparato estatal, o capitalista com “responsabilidade social”, o jovem responsável ecologicamente [...]” (VIANA, 2019, p. 250), passam a compreender o arcabouço das ideologias que tendem a desqualificar o pensamento revolucionário junto à ordem social burguesa. No campo perceptivo, os novos temas como “representação”, “identidade”, “grupo social”, “poder”, “corpo”, “cultura”, etc., são abordados por intelectuais – que passam a elaborar ideologias que desabilitam o pensamento revolucionário “totalizador” –, dando volume e profundidade ao paradigma correspondente ao regime de acumulação integral, amplamente lançadas pelo capital comunicacional: a necessidade de reafirmar a dominação do capital sobre a classe trabalhadora perpassa a produção ideológica responsável por deslegitimar a emancipação radical pela reabilitação da produção de mais-valor.

A apropriação sobre o significado das lutas sociais e o ataque ao marxismo e suas consequências “totalitárias” e “totalizantes” refletem a construção de um paradigma pautado na contrarrevolução e, conseqüentemente, na afirmação da ordem socialmente estabelecida. O afastamento ao mundo “moderno” – palco de pensamentos “totalizantes” – é abordado de modo que, agora, movimentos de grupos sociais, pautas específicas e microrreformas, etc. se apresentem como práticas que respeitam as diferenças da sociedade e avançam sobre a compreensão das “margens” e subjetividades existentes. Junto ao Estado Neoliberal, tais perspectivas constituem o tipo de organização política e modelo cultural hegemônico que tornam-se a base da dominação burguesa nas novas configurações do regime capitalista: novos “agentes políticos”, “novas organizações sociais”, e as “novas condições materiais” da sociedade “Pós-industrial” habilitam a reprodução da sociedade burguesa, distanciada do pensamento e das práticas revolucionárias. Desse modo,

“Dizem que o mundo “pós-moderno” é um pastiche de fragmentos e de “diferenças”. A unidade sistêmica do capitalismo, suas “estruturas objetivas” e seus imperativos “totalizantes” deram lugar (se é que chegaram a existir), a um bricolage de múltiplas realidades sociais, uma estrutura pluralista tão variada e flexível que pode ser reorganizada pela construção discursiva. A economia capitalista tradicional foi substituída pela fragmentação “pós-fordista”, em que todo fragmento abre espaço para lutas emancipadoras. As relações de classe constitutivas do capitalismo representam apenas uma “identidade” pessoal entre muitas outras, identidade esta já não “privilegiada” pela centralidade histórica” (WOOD, 2003, p. 205).

No paradigma subjetivista que, por sua vez, é preenchido por divisões, subdivisões, variantes e proliferação de ideologias num grau maior que os paradigmas anteriores, a recusa da teoria, da razão e da possibilidade de verdade etc. constituem o centro da produção de “escolas” e ideólogos “autônomos”, difundindo tais elementos a partir da episteme burguesa. Questionando a razão, cientificismo e a verdade, por exemplo, as múltiplas interpretações sobre a realidade, a partir das ideologias geradas, apresentam-se com porta voz da “nova sociedade”, ao enfatizarem a pluralidade de conhecimentos e atores no espaço social. O paradigma subjetivista, como “um processo mental subjacente caracterizado pela recusa da razão, recusa da totalidade e recusa da historicidade (no sentido da transformação social total e radical)” (VIANA, 2019, p. 254), implica, dessa forma, na desqualificação da compreensão de estruturas que abarcam sistematicamente a realidade social, de modo que as tentativas de analisar os alicerces histórico-materiais que organizam o estabelecimento de uma classe, por exemplo, torna-se impraticáveis pela recusa da totalidade e historicidade das relações sociais.

A desqualificação da teoria, da totalidade e historicidade, apresentados como ferramentas do “conhecimento científico dominante”, “iluminista”, “excludente”, etc., perpassa a construção intelectual de autores cujo seu objetivo, em todo caso, é a indicação da pluralidade de narrativas e atores sendo que a manifestação dessas diferenças remete à incapacidade de apreender a constituição de formas sociais a partir das forças inerentes ao capitalismo. Desse modo, as construções sofisticadas de ideólogos compreendem a emergência de novos autores e desenvolve a partir da anti-teoria, anti-intelectualismo, etc., sendo que essas implicações confluem para a expansão do subjetivismo nas representações culturais dominantes. A partir dessas referências, a recusa da perspectiva revolucionária, das determinações histórico-materiais, da totalidade das múltiplas relações sociais etc., são elaboradas de modo que o subjetivismo do conhecimento, das práticas políticas etc., levem ao imobilismo; de toda forma, a desqualificação do pensamento revolucionário remete, neste paradigma, ao entendimento de que grandes projeções políticas – ancoradas nas análises que buscam a totalidade das relações histórico-materiais – percam os seus fundamentos e sua viabilidade no enfrentamento radical. Nesse sentido, ideólogos elaboram a “desqualificação epistêmica” da luta revolucionária, desabilitando a potencialidade de organização e enfrentamento efetivo contra o modo de produção capitalista.

A retirada da luta de classes como emancipação social efetiva, assim como as referências que orientam a sua potencialidade histórica de transformação social, constitui a tarefa das ideologias sob o paradigma subjetivista, ao decretarem a recusa da teoria enquanto elemento excludente e ao mesmo “totalitário” para com as múltiplas identidades. Nessa via, “o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber, elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas dizem muito bem” (FOUCAULT, 1989, p. 71). A nível ideológico, o anti-intelectualismo deságua na anti-teoria, na “anti-totalidade”, na anti-história. Assim, é natural que, para Lyotard, “o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna” (LYOTARD, 2009, p. 3), uma vez que a transformação da sociedade, dos discursos, da comunicação etc., não refletem o embate entre as classes tal como elemento fundante da produção capitalista, por exemplo. É dessa forma que, a crítica à perspectiva revolucionária, à “meta-sociedade”, “meta-narrativa” etc., se eleva a partir da ideologia de uma sociedade no qual a teoria revolucionária – ideologicamente apontada como um “intermediário externo e globalizante ao saber dos múltiplos atores subjetivos” –, é impugnada face às “novas configurações sociais”, uma vez que “o desenvolvimento rápido das informações e das

comunicações, que é próprio da sociedade pós-industrial e que não o era na sociedade industrial, enfraquece o papel dos intermediários” (TOURAINÉ, 1989, p. 8).

A partir dessas ideologias, a sociedade não mais se fundamenta (ou tem pouca relevância) sob as contradições estruturais do capitalismo tal como compreendido pelas análises na ótica da episteme marxista. As várias ideologias, tidas como “pós-estruturalismo”, “pós-modernidade”, “pós-industrial” etc., apontam, cada uma em seu domínio, para a “diferença”, “pluralismo”, “identitarismo”, etc., no qual a micropolítica – como condição teórico-política factível –, torna-se constituinte do regime de acumulação, tendo o Estado Neoliberal como articulador das políticas de identidades, ao passo que a extração de mais-valor e o hiperimperialismo tendem a ser corroborados, ignorados ou relativizados por ideologias “anti-sistêmicas”. Ao colocar o indivíduo como ponto de partida, sendo que a compreensão social tenha que perpassar o conjunto de subjetividades e diferenças inerentes, as categorias de análise sobre as condições materiais da instalação histórica da classe burguesa, por exemplo, é automaticamente inviabilizada dada as prerrogativas de uma metodologia que abre mão da totalidade e historicidade e suas capacidades de evidenciarem a dinâmica de uma economia política que se estende sobre o estado comum dos próprio indivíduos. A constituição do paradigma, nesse caso, se estende pelo conjunto de ideologias que marcam a recusa da perspectiva revolucionária, uma vez que o horizonte de uma sociedade determinada é apreendida pela inerência de um projeto “totalizador”, totalitário em relação às múltiplas identidades e conhecimentos específicos. Portanto,

O subjetivismo é um paradigma que coloca o sujeito como eixo fundamental da análise e que se desdobra na ideia de pluralismo (ou diferença, entre outros nomes possíveis) do sujeito cognitivo, fragmentação da realidade e saber fragmentado. Nesse processo, uma nova “ideologia do conhecimento” se produz. Nesse âmbito, temos uma concepção do real que é a da realidade fragmentada. Não é apenas a percepção do real que é fragmentada, pois, nessa concepção, ele mesmo é fragmentado. (VIANA, 2019, p. 259).

Uma realidade e um saber fragmentado, nesses termos, encaminham para uma política fragmentada, no qual a emancipação – não da classe, mas dos “grupos” e “indivíduos” – tenham sua vez nas tentativas de reformas dentro da ordem socialmente estabelecida. Pois, “num mundo fragmentado, composto de “sujeitos descentrados”, no qual conhecimentos totalizadores são impossíveis e indesejáveis, que outro tipo de política poderia existir, senão uma espécie de radicalização descentrada e intelectualizada do pluralismo liberal? (WOOD, 2003, p. 14).

1.2 *Subjetivismo em Djamila Ribeiro*

A sistematicidade do capitalismo engendra e permeia o conjunto de relações dentro da sociedade, de modo que seus aparatos de dominação servem à necessidade de reprodução da extração de mais-valor. No campo cultural, a renovação dos paradigmas, que tem a função de justificar a ordem imediatamente estabelecida, compreende o processo no qual as demandas da reprodução capitalista – dada as crises internas e as pressões inerentes à luta de classes –, são “quitadas” pela produção e disseminação de ideologias que encobrem as reais determinações da realidade social, estabelecendo novas consciências e perspectivas de pensar e atuar sobre a sociedade. Com a ampliação do capital comunicacional, as ideologias, constructos, palavras e demais produtos da consciência, sob o viés da episteme burguesa, tem amplo alcance e poder de influência no cotidiano e nas formas mais sofisticadas de conhecimento. Em todo caso, a produção da ideologia se justifica, por sua vez, ao estabelecer uma consciência falsa e sistêmica sobre a realidade, de modo que a amplitude e a capacidade de penetrar as diversas formas e níveis da vida social, sendo que seu efeito prático, como objetivo, tenha sob controle a inviabilidade transformação radical da ordem socialmente estabelecida.

Essa forma de conhecimento, elaborada de modo a ocultar as determinações histórico-materiais da luta de classes, percorre a produção de ideólogos ligados à institutos, universidades, organizações etc., onde tem seus produtos disseminados pelo capital comunicacional e por qualquer forma legal viabilizada pelo bloco dominante. A hegemonia dessas ideologias, amplamente estabelecidas dentro de universidades e instituições de elaboração de “formas” de conhecimento, representa a unidade entre o regime de acumulação capitalista e o paradigma em que as ideologias estão vinculadas. Aqui, torna-se claro que, “a produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens” (MARX; ENGELS, 2001, p. 18).

O paradigma subjetivista, como produção das ideias dominantes desta época, compreende a negação da radicalidade, historicidade e totalidade, buscando espaços político-discursivos em torno dos estudos dos corpos, sexualidade, raças, etc.; como produto do paradigma, a fragmentação desabilita o enfrentamento radical de modo que, em consonância, o Estado Neoliberal tende a absorver e administrar as pautas oriundas das lutas dos grupos sociais agora sob novo destaque. Dessa maneira, não é sem razão que obras como *Pequeno manual*

antirracista (2019) que propõe “um debate estrutural”, trazendo a “perspectiva histórica”, escrito por uma autora “das margens” etc., figure entre os livros de rápido sucesso: o prestígio das instituições e a difusão da produção pelo capital comunicacional estabelece a unidade do modelo de apreensão teórico-metodológico junto às necessidades ideológicas de controle sobre a classe operária. Nessa linha, estabelecem a política de identidades e as demandas de grupos sociais periférico – enquanto elemento factível para a equidade e a reparação político-social –, de modo que a emancipação estaria no horizonte dessa jornada de integração: ou seja, situam a superação da condição histórica dos negros dentro dos limites da constituição histórica da sociedade burguesa por meio do entendimento comum à estrutura legal dessa mesma ordem. Dessa forma, atribui-se a unidade entre o pensamento dominante e classe materialmente dominante, uma vez que, “a debilidade do pós-estruturalismo, enquanto ideologia que simplesmente evita aprofundar qualquer questão, gera sua esterilidade. Porém, isso é interesse de quem detém o poder. Ideias estéreis podem gerar conservadorismo, imobilismo ou ações igualmente estéreis” (VIANA, 2009, p. 169).

Neste caminho, em *Pequeno manual antirracista*, os elementos essenciais da emancipação negra na sociedade não partem – ou, pouco se atém -, da análise da gênese, da continuação e das práticas sofisticadas do modo de produção capitalista que mantém a sociedade burguesa como parte essencial da sua própria existência material de vida; a sociedade atual não se apresenta como uma barreira histórica e determinada que guarda os muros da sociedade burguesa, mas como um sistema passível de ser transgredido dentro da própria lógica da política neoliberal da sociedade capitalista. Enquanto “manual”, a estrutura intelectual conservadora se apresenta na inexistência de conteúdo no qual o racismo é uma consequência direta dos processos históricos de produção econômica e do domínio social, político e cultural de uma sociedade de classes, no qual a emancipação dos negros dependem da superação completa dessa sociedade.

Nesse sentido, qualquer manual antirracista que não tem por finalidade estabelecer a o domínio sobre a classe operária como uma característica da própria necessidade de existência da sociedade burguesa, deve esses limites à orientação conservadora de sua posição enquanto intelectuais incorporados na hegemonia político-ideológica da classe dominante. Dessa forma, em uma das poucas partes em que o *Manual* comporta uma frase em que as determinações político-econômicas devem ser pensadas na ótica de uma leitura antirracista, os termos são caracterizados pela oposição histórica da escravidão entre “brancos e negros”, tendendo a levar a “crítica” para o campo da democracia formal. Portanto, como escreve a autora do Manual,

O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas. (RIBEIRO, 2019, p. 21).

Ao longo da emancipação dos processos produtivos de acumulação capitalista, a dominação sobre a classe operaria, concomitante ao escravismo colonial moderno, esteve intimamente ligado a uma ordem de dominação que atravessou as barreiras nacionais, tendo como ponto de encontro a formação de uma sociedade global baseada na exploração de uma classe sobre a outra. De modo sistêmico, os elementos desse sistema que “beneficia economicamente um certo grupo social”, faz parte de uma história em que, no processo de constituição da sociedade burguesa, a escravidão foi um fator constituinte das novas formas de acumulação, tendo em vista o seu caráter internacionalista no que remete à própria característica econômica subordinada aos centros econômicos, dos quais o grupo social dominante estende a sua dominação econômica, política etc. De forma clara, o “acesso aos direitos e a distribuição de riquezas” são questões postas de modo a entender que esses eram os principais defeitos a serem superados, quando, em suas reais configurações, a falta de direitos e a ausência de distribuição de renda é a demarcação inequívoca da dominação burguesa.

Em outras linhas, Ribeiro afirma que:

Movimentos de pessoas negras há anos debatem o racismo como estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdades e abismos. O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo” (RIBEIRO, 2019, p. 23).

Se o caráter “estrutural” do racismo refere-se à capacidade dessas relações sociais de criarem desigualdades e abismos, através de quais situações históricas são possíveis o rompimento com esse sistema? Nos moldes destacados aqui, o racismo pode, simplesmente, parecer um mal civilizatório determinado pela constituição política na história da sociedade/humanidade, que, por sua vez, pode ser superado ou, no mínimo, reparado, através de políticas voltadas para a população negra, tal como é exposto ao longo do texto. Porém, o direito, a forma política e as expressões jurídicas em si, também são elementos criados em conjunto com a própria dominação social na qual os negros estão submetidos. A fragilidade das leis e dos direitos, submetidos a determinações conjunturais, não pode se apresentar como uma

maneira de efetivar a completa emancipação dos negros, dos oprimidos e da classe trabalhadora. Enquanto que, em sua apresentação formal, o neoliberalismo parece “acolher” as pautas dos oprimidos, através do protagonismo negro nos filmes, novelas e em qualquer espaço alcançado pela industrial cultural, ao mesmo tempo, as prisões, os extermínios, a extrema pobreza, o subemprego entre outros ataques, também fazem parte desse sistema social.

Nessa linha, o racismo moderno, além de um “*sistema de opressão*”, deve ser entendido como parte de uma dominação social específica, dentro de uma lógica muito mais ampla: é necessário apontar quais as afinidades que o racismo tem com o imperialismo, a produção econômica da sociedade e a esfera política que garantem esse funcionamento. Portanto, se a emergência de movimentos de pessoa negras, como conta a autora, vem debatendo o racismo como falta a demarcação histórica da falta de direitos, a produção intelectual, alia-se com o paradigma burguês, ao colocar a luta racial como um problema a ser debatido dentro dos muros da institucionalidade burguesa, além de suprimir a potencialidade da questão negra para com a emancipação revolucionária de toda a classe trabalhadora.

Mais adiante, ao falar sobre as política públicas, Ribeiro afirma que: “embora as desigualdades nas oportunidades para negros e brancos ainda sejam enormes, políticas públicas mostraram que têm potencial transformador na área. O caso das cotas raciais é notável”. (RIBEIRO, 2019, p. 38). Do ponto de vista da emancipação integral, as cotas raciais também devem ser entendidas pela sua incapacidade de danificar a estrutura: é preciso, antes de tudo, expor o que significa as cotas dentro da sociedade burguesa. O “potencial transformador” depositado nas cotas, revela o avanço da cooptação e do fator ideológico, no momento em que essas pautas e essa limitação político-ideológica são apresentadas como o caminho do antirracismo. Não à toa que, a recusa das novas ideologias em apreender a sistematicidade do capitalismo, reflete também a sua incapacidade de construir um pensamento que compreendem a classe e seu potencial revolucionário; desse modo, a fragmentação dos grupos só podem levar aos questionamentos sociais inerentes ao sistema atual, por meio da “superação” das palavras de ordem da luta de classes, para as pautas que, de forma ou de outra, são geridas a partir das apurações do neoliberalismo. Do ponto de vista histórico, frente ao neoliberalismo as cotas raciais tendem a se apresentar mais como concessões conjunturais – pelo avanço das demandas dos movimentos –, do que como um horizonte sólido de emancipação. Não obstante, no capítulo “apoie políticas educacionais afirmativas”, Ribeiro salienta que:

A cultura do mérito, aliada a uma política que desvaloriza a educação pública, é capaz de produzir catástrofes. Hoje, em vez de combater a violência estrutural na academia, a orientação de muitos chefes do Executivo brasileiro é uniformizar as

desigualdades, cortando políticas públicas universitárias, como bolsas de estudo e cotas raciais e sociais. [...] Apoie candidatos que defendem políticas públicas efetivas e transformadoras. (RIBEIRO, 2019, p. 40).

Com os limites das políticas de cotas e a facilidade com que o neoliberalismo tem em suprimir direitos dos trabalhadores, as “palavras de ordem” expressas em um manual antirracista só devem sugerir o apoio a candidatos através da sua resignação ao modelo prático e político da classe dominante: ou seja, nesses termos, com entendimento de que o sistema agride, por vias institucionais, a massa de trabalhadores negros, mas que, todavia, devem-se submeter a luta aos parâmetros de todo o aparato burguês, que tem por função garantir a exploração capitalista, reflete a afinidade com que esse pensamento tem com a manutenção da estrutura conservadora. A subordinação ao sistema político institucional da democracia burguesa que, de modo sistêmico, através de suas vias jurídicas e militares, tem o papel de reprimir, deve-se ao fator ideológico das produções que creditam o reestabelecimento da ordem burguesa e a continuidade da exploração capitalista.

Dessa forma, a necessidade de apontar as políticas de desvalorização e a cultura do mérito como duas dos vários meios em que a dominação burguesa se estende, deveria ser o princípio da discussão que tem por base a compreensão da real estrutura que prende a população negra trabalhadora ao mundo em que estão submetidos. A cultura do mérito e a política da desvalorização são meios dispostos tanto pela dominação ideológica da sociedade burguesa, quanto pela forma política em que ela coordena tal dominação; ambos, fazendo parte de um sistema que contempla a reprodução do capital, o imperialismo e a forma política da acumulação capitalista, desabilitam a perspectiva de submissão à própria lógica do capital, como vem sendo abordado pela autora. A simples orientação de apoio aos candidatos que defendem políticas afirmativas tende a confirmar a ótica de que o enfrentamento e a emancipação deve ocorrer nas vias legais do próprio sistema político burguês, sem qualificar a dominação como uma rede de manutenção de uma classe histórica e internacional; o caminho da luta parlamentar, diante da fragilidade das leis inclusivas no sistema político neoliberal e a consequente incapacidade “transformadora” dessas leis, só podem ser entendidas como a consequência direta de uma ideologia oriunda das transformações e necessidades de assegurar mundo burguês.

Logo mais, no capítulo: “*transforme o seu ambiente de trabalho*”, Ribeiro propõe algumas observações a serem feitas pelos leitores que, por sua vez, devem ficar atentos para questionar o quadro político da empresa. Para a autora,

Se você tem ou trabalha numa empresa, algumas questões que você deve colocar são: Qual a proporção de pessoas negras e brancas em sua empresa? E como fica essa proporção no caso dos cargos mais altos? Como a questão racial é tratada durante a contratação de pessoal? Ou ela simplesmente não é tratada, porque esse processo deve ser “daltônico”? Há, na sua empresa, algum comitê de diversidade ou um projeto para melhorar esses números? Há espaço para um humor hostil a grupos vulneráveis? Perguntas desse tipo podem servir de guia para uma reavaliação do racismo nos ambientes de trabalho. Como diz a pesquisadora Joice Berth, a questão, para além de representatividade, é de proporcionalidade. (RIBEIRO, 2019, p. 51).

Sem levar em consideração a dificuldade que o trabalhador tem em questionar a gerência da empresa na qual trabalha, a manutenção do Estado e da sociedade burguesa pode ser destacada aqui através das preocupações e pelas pautas que compõe todo o pequeno manual: em seu conjunto, a preocupação em “inserir” o negro nas plataformas do capitalismo tende a implodir qualquer pensamento, capacidade e tentativa de emancipação dos negros em reconfigurar o próprio modo de produção da vida material no qual ele está submetido, além de confirmar, através da produção intelectual de seus “representantes”, a resignação a todo aparato político-econômico da sociedade burguesa. Se um manual antirracista tem pretensões de evidenciar como o racismo é estruturalmente inerente à um tipo de dominação socioeconômica específica, apontando todo o aparato que faz o racismo ser uma realidade e, como tarefa, apontar os caminhos da ultrapassagem real, portanto, radical dessa dominação histórica, social e econômica, os termos colocados pelo *Pequeno manual antirracista*, visto aqui, se apresentam, através dessa base ídeo-política, como uma orientação que propõe a “coabitação” entre a condição de explorado do negro com a estrutura histórica da sociedade burguesa. Pois, tendo em vista que o capitalismo precisa dominar, visto que as demandas dos trabalhadores negros, em sua completude, só são possíveis com a negação do sistema capitalista, o *Pequeno manual* só pode alcançar o entendimento e a reforma de parâmetros éticos, morais e estéticos da cultura burguesa: resguardando o modo de produção capitalista.

A “simples” política de “inclusão” do negro em espaços físicos, cargos elevados e protagonismos sociais, são demandas de reformas que, por mais que tenha a intervenção política, recusam a visão de que a condição do negro se deve a uma realidade imposta pela divisão de classe: “um negro”, como uma nova “realidade” na gerência de uma empresa, certamente não alivia o esgotamento humano do próprio negro, advindo após horas numa linha de produção capitalista; assim como é provável que “o negro”, como um ministro da justiça – devidamente enquadrado dentro da lógica da democracia burguesa -, pouco tem a falar sobre o

porquê dos números de encarceramento e mortes pela polícia continuam a acometer as populações oprimidas, assim como o porquê dos países centrais continuarem a enviar divisões militares aos países “subdesenvolvidos”. Essa estrutura global não é afetada e, por consequência, tende a ser confirmada através do entendimento de que os oprimidos, como o negro, deve sua emancipação sem compreender a totalidade da sociedade burguesa, além de não orientar suas ações para a sua ruptura.

O entendimento de que a reforma da democracia burguesa seja o horizonte rumo à justiça social, esbarra em um muro que protege a acumulação de riqueza da classe dominante, através dos próprios aparatos legais, militares, ideológicos e econômicos dessa sociedade que a autora pretende recorrer. Nessa via, o racismo, como consequência direta dessa dominação – cultural, política, ideológica e socioeconômica, através dos seus subsequentes regimes de acumulação –, não pode encontrar a sua libertação através da via política que a própria burguesia estabeleceu como modelo de ação. Não obstante, a autora apresenta um caso que, através desse exemplo, pode ser entendido como o um dos caminhos a serem tomados para resolver os problemas referente à ausência de oprimidos e minorias em locais de destaque, assim como as políticas necessárias à manutenção desse processo de “equiparação”. Assim, remetendo a uma dinâmica capaz de transformar o ambiente de trabalho, Ribeiro afirma que:

A experiência internacional é rica em exemplos que podem servir de inspiração. Na Noruega, todas as empresas nacionais destinam 40% dos assentos em conselhos de administração para mulheres. A proposta veio de um parlamentar do Partido Conservador, com o argumento: “Se a gente não pensasse em políticas de reparação e equidade, só contrataria os homens com os quais a gente joga golfe no domingo”. [...] O que esse político norueguês coloca é a importância de questionarem desigualdades. (RIBEIRO, 2019, p. 54).

Se as novas demandas estabelecem as políticas de cotas e equiparação como o horizonte da transformação social, ou, de outro modo, se as demandas não se apresentam, em seu complexo, como antagonista direta contra o regime de exploração econômico da sociedade burguesa, mas sim como um complemento dos próprios conceitos conservadores de democracia e cidadania, a ideologia se encontra num estágio em que a hegemonia burguesa tem pleno alcance sobre o conjunto de leitores que pretendem entender o que é o racismo. Se a nova produção intelectual é caracterizada pela “não totalidade”, expressa na incapacidade de compreender a sistematicidade do capitalismo – seja através da desqualificação direta ou indireta dessa característica –, dificilmente poderemos entender esse pensamento como representante dos interesses de negros e mulheres oriundos da classe trabalhadora.

Sendo assim, não é totalmente estranho que leis e normas como essas venham de políticos conservadores; se essa demanda não representa o esfacelamento da estrutura da empresa por meio do questionamento da sua dinâmica capitalista, comercial e produtiva, não há grandes sacrifícios em dispor cargos estratégicos, desde que o conjunto de novas funcionárias mantenham o pleno funcionamento da competitividade da sua marca. Além de ser pouco provável que os homens que jogam golfe com esse parlamentar necessite urgentemente de um emprego, a nova norma, vinda de um parlamentar conservador, confere a ideia de que ela não representa ameaça à dominação de classe da qual o próprio parlamentar conservador pretende assegurar. Portanto, as políticas públicas expressas no manual como efetivas e transformadora, só podem ser entendidas dessa maneira se o objetivo for, tão somente, reconfigurar as características estéticas e formais da sociedade, mas manter os trabalhadores sob a exploração capitalista.

Dada as devidas proporções e a capacidade efetiva da luta dos movimentos sociais, a importância de “questionar desigualdades”, como fez o político conservador, em termos gerais, se refere também à capacidade tática do neoliberalismo em formalizar o “acolhimento” de algumas demandas – desde que não se apresente como uma legítima agressão ao modo de produção da sociedade vigente –, além de servir como pauta/tendência prontamente apropriado pela dinâmica do capitalismo atual em transformar ideias e estéticas periféricas em mercadoria e nichos de mercado. Como um “manual”, é expressamente necessário mostrar o quanto a luta da mulher trabalhadora e do negro trabalhador está intimamente ligada à forma social da dominação burguesa; pois se até políticos conservadores apresentam a mesma pauta, é difícil imaginar onde realmente estão os problemas do racismo e do machismo, uma vez que não é apresentada uma divisão explícita entre os reais interesses da classe trabalhadora e os interesses da classe dominante, que passa, por meio do parlamentar, a “trabalhar” em nome dos oprimidos.

Mesmo assim, na ótica de Ribeiro,

O racismo assume diversas dimensões num ambiente de trabalho, o que demanda análise constante das práticas corporativas. Por causa disso, diversas empresas têm buscado consultorias especializadas para rever sua política de diversidade, preocupadas em se atualizar em relação aos novos marcos civilizatórios. (RIBEIRO, 2019, p. 55).

Se esse processo faz parte do “novo marco civilizatório”, essa nova “civilização” só pode ser compreendida através da permanência do padrão de dominação da burguesia, que só passou a incorporar frágeis políticas de “equiparação” face à massa de trabalhadores negros pauperizados. Se as práticas corporativas na dinâmica do capitalismo servem às normas que

mantém as empresas produtivas e competitivas, a política de diversidade só pode atribuir, em termos gerais, a bem avaliação da empresa como uma marca “preocupada” com a necessidade moral do tempo presente, ocultando tudo o que há por trás dessa realidade destrutiva. Um “novo marco civilizatório” não pode ser entendido através das políticas paliativas – e facilmente removíveis –, incorporada pelo próprio neoliberalismo como tendência moral; de outro modo, a ausência da perspectiva de classe se apresenta como a “modificação social” sem transformação social, servindo ao estabelecimento da ideologia dominante. Portanto, o *Pequeno Manual* é compreendido aqui, como a representação maior dos interesses da classe dominante, uma vez que o seu papel enquanto veículo de divulgação tende a ocultar a centralidade da dominação burguesa nos vários aspectos da vida material dos indivíduos modernos. Na única passagem onde a palavra capitalismo é mencionada, o pequeno manual só pode alertar que:

[...] é fundamental debater o papel do capitalismo na perpetuação do racismo. Por exemplo, uma marca de luxo pode fazer uma coleção de moda inspirada em elementos da cultura negra, porém só contratar modelos brancas para o desfile — essas peças chegam ao consumidor já destituídas de sentido. O debate, dessa forma, precisa ser estrutural, não individual. (RIBEIRO, 2019, p. 60).

Aqui, o próprio capitalismo aparece como destituído de sua essência e totalidade, ou só é apreendido, minimante, em relação a “uma marca de luxo” e “modelos brancas”: todo o seu caráter histórico; seu processo de nascimento e perpetuação; a sua dinâmica como um modo de produção destruidor de uma classe sobre a outra – na qual a própria escravidão do negro teve papel elementar –, assim como os diversos elementos característicos de uma produção da vida social baseada no lucro sobre o esfacelamento da condição humana é, unicamente, exposto de modo breve, sutil e desagregado. No *Pequeno Manual*, o Estado parecer ser somente a instância e o caminho para o “novo marco civilizatório” através das políticas “civilizatórias”, ou seja, o próprio Estado não aparece como “um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada”. (MASCARO, 2013, p. 20).

Dessa forma, a legitimação do Estado é ideologicamente assegurada pela produção intelectual das novas expressões culturais contrarrevolucionárias oriunda das necessidades do regime de acumulação integral do capitalismo contemporâneo. O texto de Ribeiro recoloca os problemas inerentes ao capital, de modo a ocultar as reais determinações sociais de dominação do homem pelo homem. Dentro dessas expressões, a forma estatal do capitalismo contemporâneo, assim com a reorganização no mundo do trabalho e da exploração internacional, são eliminadas da análise de um manual que pretende ser combativo à estrutura que guarda o racismo como a sua própria constituição histórica de estabelecer dominações em

todos os setores da vida social, cultural, política e econômica. Nessa via, o *Pequeno manual* reflete a dinâmica da dominação burguesa sobre o conjunto de elementos culturais da sociedade, uma vez que, como aponta Braga,

A linguagem e os discursos não existem por si mesmos, assim como não são neutros, nem isento de valores, mas, pelo contrário, são determinados na sociedade capitalista pela imposição cultural burguesa, pelo predomínio da visão de mundo dessa classe social e dos seus valores e interesses. A questão é que essa visão de mundo não pode se fundamentar na verdade sobre as relações (de exploração) sociais capitalistas. Pelo contrário, sua base deve necessariamente ser ideológica, isto é, deve se fundamentar em uma falsa consciência sistematizada sobre a realidade, para assim garantir a dominação [...] (BRAGA, 2020, p. 31).

A legitimação do Estado, por essa via, reafirma o conjunto de elementos histórico-culturais inerentes aos desdobramentos do capitalismo, a partir de sua necessidade em confirmar a dominação social culturalmente exposta, tendo por base a construção – ideológica – da inevitabilidade da superação do regime econômico atualmente estabelecido. Se o ímpeto em “reavaliar” e estabelecer novos parâmetros de análises afastados do pensamento revolucionário – potencialmente “totalizante” e teoricamente “insuficiente” –, os efeitos práticos e teóricos das vertentes “pós-modernas”, em sua apresentação enquanto expressão intelectual dos novos atores políticos da nova sociedade, representam a integração da *nova esquerda* no modelo de sociedade e forma político-ideológica da classe dominante; a legitimação do Estado e da sociedade burguesa tornam-se a pedra angular da produção que oculta os interesses do capital.

Resguardando as características da dominação econômica da sociedade burguesa, parte das novas epistemologias – como pôde ser visto no *Pequeno Manual Antirracista* –, o enfretamento político resignado às instituições burguesas, revela o caráter conservador da nova “representação” dos novos atores, desagregados da clássica perspectiva de classe, que agora submetem a emancipação dos grupos sociais periféricos a partir das políticas representativas de identidade. Em *Pequeno Manual Antirracista*, o Estado e o modo de produção capitalista não são apresentados, em sua forma sistêmica, como sendo o fator intransponível das desigualdades e destruição da condição humana; por outro lado, ela é fixada como o lugar onde a possibilidade de aperfeiçoamento humanitário é desejável e possível em suas instâncias.

1.3 Lugar de fala

Em “*o que é lugar de fala?*” (2017) – livro de Djamila Ribeiro pertencente a coleção “feminismos plurais” –, a crítica ao “privilégio epistêmico” – pensamento que ignora a voz, as práticas e o conhecimento das margens –, traz à tona a “hegemonia” de uma organização de pensamento que inviabilizou e suprimiu a produção de intelectuais das margens sociais em detrimento do conhecimento dominante, eurocêntrico, ligados às grandes teorias e modelos de análise social totalitários e excludentes. Não obstante, a autora, devidamente enquadrada no paradigma correspondente à nova forma de acumulação capitalista, encaminha uma leitura de negação ao pensamento revolucionário, sendo que a radicalidade é rejeitada em detrimento da fragmentação dos sujeitos; aqui, a função interna da episteme burguesa aparece junto à crítica à perspectiva revolucionária e o arrefecimento da luta de classes por via ideológica. Não obstante, a crítica ao domínio moderno eurocêntrico, que determina a legitimidade de “quem pode e quem não pode falar” limita-se ao reconhecimento das epistemes descentralizadas e a necessidade de colocá-las em evidência; aqui, a prática revolucionária de substituição da estrutura social estabelecida dá lugar ao simples reconhecimento da presença dessas epistemes e a demanda intelectual de sujeitos de fora da produção de conhecimento “oficial”. A partir das margens, a visibilidade das identidades, linguagens e epistemes – “rompendo com a norma” –, estabelece a demanda elementar das novas práticas sociais.

Para a autora,

Importante ressaltar o quanto é fundamental para muitas feministas negras e latinas a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora. (RIBEIRO, 2017, p. 26).

Dentro desse círculo, a reestruturação da linguagem tende a representar o avanço das margens para o centro do “novo marco civilizatório”, de modo que a “educação transgressora” se apresenta como o horizonte das conquistas de espaços políticos pelos novos atores sob a sociedade estabelecida: uma vez que o pensamento revolucionário é desqualificado, a reforma social tende a perpassar a mobilização das expressões culturais margeadas, de modo que, dentro da ordem estabelecida, o “novo marco civilizatório” possa ser efetivado. Da desfragmentação, recusa de teorias “totalizantes”, etc., o método sob o qual as margens passam a ser evidenciadas

diz mais sobre as preocupações liberais de tolerância, liberdade e individualidade e os receios de que o poder totalizante da teoria possa eclipsar as liberdades, pluralidades, associações e relações até então ignoradas pelas teorias; contra a “epistemologia universal que desconsidera o saber”, os espaços, diferenças e pluralidades que a “sociedade civil” pode fornecer, a economia capitalista, por sua vez, tende a ser interpretada como mais uma instituição entre várias outras relações não-estatais. No interior do paradigma, a tendência em explorar a linguagem, a textualidade ou qualquer outra dimensão em que as “liberdades individuais” permaneçam fora do confinamento das teorias totalitárias e políticas ambiciosas, o interesse por epistemologias, corpos, inconsciente, ou qualquer setor da vida que poderia “apresentar-se como uma forma inusitada e revigorada de política” é empreendida como potencialidades epistêmicas do novo marco civilizatório; uma vez que “[...] falar de “consciência” perdeu o seu *sex-appeal*, seria mais aconselhável falar do mundo como uma construção do discurso [...]” (EAGLETON, 1998, p. 22-23).

Contra as “epistemologias modernas” que a tudo engloba, a fragmentação parece ser a via por onde os saberes locais possam ser considerados e respeitados como o próprio “conhecimento oficial”. Porém, com a hegemonia subjetivista no capitalismo contemporâneo, o próprio conhecimento que domina os círculos acadêmicos etc., a partir da “desconstrução”, “desintegração” etc., já representa a estrutura epistêmica que afirma a fragmentação do indivíduo, saberes etc.; as queixas sobre o modo de pensar dominante recai sobre o arcabouço teórico marxista, sendo que o projeto político de emancipação da classe tonou-se, desde o surgimento do paradigma, um dos principais alvos a ser superados pela “nova esquerda”. A radicalidade dissolvida pelo paradigma subjetivista, empreendida pela contra revolução cultural preventiva, segue sendo o elemento “antiquado” a ser impugnado pelas novas apreensões ideológicas; como tarefa, a expansão de novos temas e interesses, concomitante à negação da radicalidade opressora do empreendido de uma classe, constitui o núcleo das produções lançadas pelo capital comunicacional. Se as novas produções tendem a relativizar a dinâmica totalizadora e o poder coercitivo do capitalismo ou, de modo sofisticado, recorrer a “novos níveis” de relações sociais para apontar, entre outros fatores, a incapacidade de compreender as subjetividades dentro da materialidade, o anti-radicalismo torna estéril a emancipação da classe operaria face o poder do capital. As formas de desagregar o poder sistêmico do capitalismo e a impossibilidade epistêmica de apontar para a emancipação para fora dos muros da sociedade burguesa podem ser vistas pela programação “civilizatória”, “expansão dos saberes”, “abertura de espaços políticos”, “educação transgressora” etc.: recorrer à sistematicidade da

fragmentação, sobretudo, indica a necessidade política de fornecer ao capitalismo as pautas para a reforma civilizatória numa sociedade de classes.

Se a totalidade e a radicalidade desaparecem ou ganham significados desagregadores, os projetos de emancipação da classe trabalhadora tendem a ser substituídos pela conquista de espaços de grupos sociais, sendo que a crítica ao capital limita-se ao empreendimento de novas instancias e mudanças paradigmáticas sob o nome de “novo marco civilizatório”. Neste limite, a extração de mais-valor e o imperialismo, por exemplo, só podem ser debatidos a partir do seu “restabelecimento civilizatório”, e não a partir da necessidade inequívoca da sua superação. Se “capitalismo”, nessas obras, são apresentados como “marcas de moda”, e a defesa das margens a partir da “necessidade de visibilidade da cultura, vozes, epistemes, etc.”, a sociedade burguesa não parece representar a dominação violenta que marca todo o esgotamento humano oriundo das relações produtivas sob o modo de produção do capital. A nova “sociedade civil”, os novos estudos, linguagens, atores etc., tornam-se recursos de um novo paradigma, de modo que, todavia, a renúncia aos “grandes projetos políticos” parecem determinar as aventuras fora do radicalismo político. Entre outras justificativas,

Para os radicais, descartar a ideia de totalidade num ataque de holofobia significa, entre outras coisas mais positivas, munir-se de algum consolo muito precisado. Pois num período em que nenhuma ação política de grande projeção se afigura com efeito exequível, em que a assim chamada micropolítica parece a ordem do dia, soa como um alívio converter essa necessidade em virtude – persuadir-se de que as próprias limitações políticas têm, por assim dizer, uma base ontológica sólida, pelo fato de que a totalidade social resume-se afinal a uma quimera. (EAGLETON, 1998, p. 18).

De certo modo, se as ações políticas não conseguem enfrentar a estrutura como um todo, a recusa da totalidade tende a ser uma estratégia previsível: modo de produção e formações sociais dariam lugar a temas como relações patriarcais e outros espaços de transgressão, por exemplo. Não obstante, “não há por que supor que as totalidades sejam sempre homogêneas; e se o globo está mesmo perdendo funestamente a identidade, isso tem mais a ver com as operações do capitalismo transnacional e com as formas culturais que vão nas suas águas, do que com a paranoia de teóricos políticos da esquerda” (EAGLETON, 1998, p. 20). Ao defender as investidas sobre os novos estudos, Ribeiro saliente que:

Acusar-nos de “aficionados por políticas identitárias” é um argumento falacioso, isto é, quando se quer como dado aquilo que se deseja provar, pois o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso

que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros. (RIBEIRO, 2017 p. 31).

Numa agenda que tem por base a própria democracia liberal, identificar os privilégios e opressões de novas identidades corresponde a uma tarefa a ser empreendida por autores do paradigma atual; posto assim, “instituições” e “poder”, que privilegiam “certos grupos em detrimento de outros”, parece ser um problema a ser superado dentro das instâncias legais que, agora, devem ser orientadas sob a perspectiva do “novo marco civilizatório”. Sob as ideologias do subjetivismo, as “normas”, “identidades”, “grupos” e “privilégios” etc., percorrem o campo linguístico das produções apartadas da “hegemonia teórica do norte global”, onde confrontar a “norma” é a palavra de ordem da restauração civilizatória da humanidade: o avanço da civilização tem seu caminho pavimentado pelo avanço da democracia e da equiparação das identidades relegadas pela norma e instituições. O longo desenvolvimento do capitalismo na sociedade burguesa a partir dos seus regimes de acumulação e das formas de dominações ideológicas, militares, jurídica etc., parecem não ser um problema que marca mais uma contradição inequívoca entre classes sociais na história, uma vez que a necessidade de expansão das liberdades, subjetividades, identidades etc., recaem sobre as perspectivas da “representação” e seu consequente avanço civilizatório: a liberdade dos indivíduos e grupos sociais, nessa ótica, tendem a ser conduzida a partir do relatório de opressões e privilégios a serem superados dentro dos muros e aparatos da própria ordem estabelecida; nas demarcações do capital, o avanço da “civilização” perpassa a identificação dos privilégios e o reparo para com identidade marginalizadas.

Sendo assim, a “descentralização” dos sujeitos, a recusa dos “centros, estruturas e metanarrativas”, entre outros postulados do “pós-estruturalismo”, “pós-modernismo” etc., tem sua unidade ao estabelecer, no plano ideológico, as tarefas de reprodução do modo de produção do capital: diante do imperialismo, da extração de mais-valor e das formas estatais correspondentes, a totalidade das relações históricas são desagregadas de modo a implodir a radicalidade que orienta para a superação de toda a sociedade burguesa; a crítica ao imperialismo e sistematicidade do capitalismo dá lugar ao “estudo” das deslegitimações de

identidades, ao passo que o Estado e seu papel de articular legalmente a extração de mais-valor é anotado, ideologicamente, como “a norma” existente. A anti-totalidade desabilita as determinações do modo de produção capitalista, assim como serve para desarticular e despolitizar qualquer manifestação de transformação radical a partir do paradigma hegemônico. Em sua função, o paradigma estabelece uma rede de interpretações subjetivas, conceitos e etc. no qual a compreensão histórica do advento e perpetuação da sociedade burguesa tende a ser suprimida pelas razões da pluralidade de teorias e atores sociais: com esse “recurso”, “a pluralidade de sujeitos enfraquece não só a luta revolucionária e o bloco revolucionário, bem como isola o movimento operário...” (VIANA, 2019, p. 273).

Das necessidades do capital, as produções subjetivistas fornecem, a seu modo, as condições culturais que escondem da análise social a historicidade das relações sociais e as estruturas que amarram a luta de classes e sua dominação pela burguesia. Recorrer à “fragmentação”, como princípio que desvela as mais íntimas relações de poder se torna, em seu núcleo, a maneira de desconsiderar a lógica externa que envolve não só tais relações, mas o conjunto de formas sociais, mercantilizações, reprodução do capital etc., assim como tende a apreender o Estado não como o território que demarca legalmente a instituição social burguesa, mas como espaço de possibilidade civilizatória dentro dessa mesma ordem inevitavelmente opressora. Dessa forma, qualquer área a ser estudada pela ótica subjetivista, como o “colonialismo” – por exemplo –, o estabelecimento histórico-revolucionário da sociedade burguesa e toda o ordenamento que garantem a exploração da classe trabalhadora tende a ser omitido, parcialmente significativo e/ou até mesmo irrelevante, uma vez que toda “crítica” ao modo de produção capitalista e seus desdobramentos descartam a própria superação integral e efetiva dessa sociedade: o “novo marco civilizatório” é a reprodução do capital sob nova hegemonia cultural.

Na agenda contrarrevolucionária, é necessário que o modo de produção seja destituído de sua sistematicidade; ao recorrer para a negação das determinações generalizadoras do capitalismo – fazendo emergir a pluralidade das falas e das identidades que as evocam –, as apreensões ideológicas retiram as bases histórico-materiais assim como o fator elementar da reprodução da dominação da sociedade: se a sociedade apresenta-se a partir dessas contradições, o horizonte da emancipação integral dos grupos e sujeitos marginalizados dependem, em grau elevado, da crítica ao capitalismo. Se, do ponto de vista histórico, o modo de produção capitalista é aquele que abarca e penetra o maior número de nações, relações sociais, culturais etc., a sua relativização pelas novas ideologias representa, dessa forma, a manutenção dessa estrutura de classes. A “teleologia” do pensamento moderno (como crítica

ao marxismo), agora é justificada uma vez que a projeção de uma nova sociedade – ou “um novo marco civilizatório” –, não compreende a superação do capitalismo.

A análise das formas mais avançadas e sofisticadas das relações capitalistas – percebendo seus níveis e implicações –, compreende o emprego da crítica que mantém nítida a necessidade de atribuir a mudança social a partir do estabelecimento de uma nova organização sócio-produtiva. No entanto, as contradições que envolvem a falta de visibilidade dos sujeitos e grupos periféricos representam a “oportunidade” tornar a cultura periférica como centro da sociedade burguesa sob a integridade violável do modo de produção material correspondente.

Para Ribeiro,

Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. (RIBEIRO, 2017, p. 41).

Tal como entendemos aqui, a emancipação integral das mulheres, negros, homossexuais etc., só pode ser compreendida através da superação radical da sociedade existente, e não, simplesmente, pelas apurações do Estado Neoliberal sob conjunturas voláteis e processos políticos conduzidos pela representação de um aparato que corrobora a própria reprodução capitalista assim como as relações sociais e jurídicas que garantem esses elementos. Dada a sorte do enfretamento epistêmico, as políticas segmentares passam a representar uma dinâmica onde o próprio capitalismo, através de seus aparatos, tende a “administrar” a luta de classes em sua inerente necessidade de conservar sua dominação. A partir dessas atribuições,

As políticas segmentares substituem as políticas universais do Estado integracionista, voltando para segmentos sociais específicos (juventude, negros, mulheres, homossexuais, etc.). É a modalidade neoliberal de políticas estatais que gera secretarias para grupos específicos (secretarias da juventude, das mulheres, da “igualdade” racial, etc.) e se implanta as chamadas “ações afirmativas”, “política de cotas”, etc. (VIANA, 2017). Esse processo ocorre aliado aos interesses do capital e constituição de novos nichos de mercado (o que significa expansão do mercado consumidor de determinadas mercadorias), bem como interesses de partidos e a criação de novos nichos eleitorais, embora nesse caso os resultados sejam muito limitados. (VIANA, 2017, p. 56).

Políticas segmentares, em última instância, constituindo-se ao mesmo tempo como o horizonte do “marco civilizatório” da humanidade, indica a unidade do paradigma subjetivista junto ao regime de acumulação, intermediado pelas ideologias que demarcam a constituição social “passível de melhorias”; nas linhas de um liberal, por exemplo, o avanço da “cidadania” e dos direitos civis desempenham papel semelhante aos textos citados: de modo geral, a potencialidade da sociedade burguesa “permite” a liberdade e os benefícios jurídicos dos indivíduos. A utilidade dos novos temas, sob o novo paradigma, tende a contemplar não só a “episteme descentralizadora”, mas a própria constituição política característica do próprio neoliberalismo. Nessa altura, o lugar de fala dos indivíduos, a partir de suas próprias representações, culturas, interesses etc., não pode sobressair de modo que esse elemento seja um fundamento que procura o rompimento histórico para com a estrutura em que foram submetidos mas, nessa base, pouco mais que a necessidade de estabelecer, junto ao capital, a evidência de modelos discursivos e culturais fora do centro. Uma vez que o capitalismo é resguardado pelas ideologias, as demandas de grupos sociais dentro das qualidades e apurações do Estado Neoliberal permanecem, conseqüentemente, movidas pela necessidade – ora violenta, ora “integracionista” –, de reprodução da extração de mais-valor, tendo em vista as crises e desdobramentos da luta de classes: a fragilidade das políticas segmentares revelam a dinâmica em que a própria sistematicidade do capitalismo conduz as formas políticas sob seu novo regime.

Nesse sentido, as desigualdades a serem “superadas” de modo a chegar no “novo marco civilizatório” não se referem às contradições de classe, uma vez que esta exige a derrocada do capitalismo. A função da ideologia, neste momento, revela-se ao descentralizar a gama de desigualdades e privilégios, refazendo-os de modo a qualificá-los como problemas civilizatórios a serem sanados dentro norma estabelecida, sem que a palavra capitalismo entre nos textos amplamente divulgados pelo capital comunicacional. Sabendo que “o desaparecimento das desigualdades de classe é por definição incompatível com o capitalismo”,

Ao mesmo tempo, embora a exploração de classe seja um componente do capitalismo, de uma forma que não se aplica às diferenças sexual e racial, o capitalismo submete toda as relações sociais às suas necessidades. Ele tem condições de cooptar e reforçar desigualdades e opressões que não criou e adapta-las aos interesses da exploração de classe. (WOOD, 2003, p. 221).

Fora de qualquer “teleologia”, as múltiplas vozes procuram o espaço para serem consideradas como iguais ante a “norma”; ao “confundir” capitalismo com “marcas de luxo”, a voz da autora, no entanto, parece obter um forte eco dado o volume de exemplares vendidos e prestígio acadêmico e institucional de suas obras. Se as novas tarefas do mundo (capitalista) “pós-moderno” giram em torno do lançamento das múltiplas realidades ao palco da evidência, até mesmo o rigor teórico da análise histórico-material tende a ser autoritário se essa empreitada pretende incluir o capitalismo como referência agregadora. Se a política tradicional revela-se antiquada, as novas apreensões do que é política(o) descentraliza o poder abrangente de um modo de produção histórico-mundial sob a dinâmica dos sujeitos singulares, descentralizados, livres de qualquer véu “teleológico” em que o horizonte represente uma ordem social racionalizada a partir de uma transformação orientada pela potencialidade de uma grande classe. Se qualquer projeção sobre uma nova organização social livre da exploração de classe soa como submissão aos imperativos de uma teoria cega aos múltiplos grupos e identidades, os microrreformas parecem ser uma das únicas expressões políticas que possa atingir as realidades de um mundo fragmentado: políticas éticas, de apoio, de visibilidade, de equidade etc., tornam-se submissões parciais e deliberadas tendo em vista a própria fragmentação do poder e das relações materiais de existência.

Para inserir “politicamente” as margens e suas expressões culturais no centro das narrativas dominantes, as relações históricas de dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora devem ser abandonadas, uma vez que a recusa dessa relação de produção da vida material representa um empreendimento no qual a ideologia, por sua vez, precisa dissimular e relativizar o fator sistêmico dessas determinações. Se não há possibilidade de apreender o conjunto das relações sociais e produtivas em sua harmonia, a “emancipação” recai sobre a necessidade urgente de fragmentar os indivíduos, suas vozes e suas interações com a realidade, de modo que a política de identidades represente o horizonte preferível e factível dentro da ordem estabelecida.

Desse modo, se a totalidade – como categoria de análise para compreender as relações sociais e a unidade das múltiplas determinações da realidade – é desabilitada em prol dos “fragmentos”, a democracia liberal torna-se a base estrutural onde a ideologia ergue os projetos político de “emancipação civilizatória” da sociedade burguesa. Sendo assim, as novas pesquisas indicam que:

Mulheres negras, por exemplo, possuem uma situação em que as possibilidades são ainda menores – materialidade! – e, sendo assim, nada mais ético do que pensar em saídas emancipatórias para isso, lutar para que elas possam ter direito a voz e melhores

condições. Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a resignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2017, p. 43).

Mesmo que se de alguma forma essas pautas não fossem paradoxais, “ter voz e melhores condições” enquanto trabalhadora submetida à lógica do capitalismo, não parece representar a tal “emancipação” proposta pela autora. De modo geral, a contrarrevolução cultural preventiva implica na substituição da potencialidade revolucionária das “margens” para as linhas legais do aparato jurídico do próprio capitalismo. O papel da ideologia, nesses termos, apresenta-se na articulação sistemática, porém falsa, das reais determinações da realidade, substituindo-a pelos interesses e valores da classe materialmente dominante: em todo caso, a defesa da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista constituem a razão interior dessas produções. Se no paradigma subjetivista a fragmentação é um dos pontos de partida da realidade, um progresso histórico devidamente teorizado é “teleologia”, assim como as relações de produção material é “economismo”. Portanto, pensar política segmentares e orientar a emancipação através da ética tem sido a proposta de Ribeiro uma vez que, sob o atual paradigma, a emancipação só pode ser pensada – mais uma vez –, nos marcos da sociedade capitalista.

Se o ocaso da radicalidade foi determinado pela fragmentação, as múltiplas identidades e seus respectivos interesses passam a estar no centro da ideologia, de modo que as razões do novo pensamento recaia sobre a crítica sobre a caricatura do pensamento moderno totalizador. Em última instância, a ideia do lugar de fala tende a representar a emancipação das vozes e experiências de identidades e grupos em suas realidades, sendo que o caráter conservador se estabeleça pela indiferença do conteúdo dessas falas em prol da visibilidade em si: se a consciência dos grupos e indivíduos em suas respectivas condições materiais são expressas a partir de uma ideologia, a contestação da qualidade dessas afirmações podem ser apontadas como “intervenção da norma dominante”. Dada a negação da radicalidade, as características discursivas do mundo plural tendem a ser consideradas, em si mesmas, sendo que esse fenômeno traduz-se no sentimento de avanço para com a visibilidade das identidades marginalizadas; se o lugar de fala é celebrado pelo emancipação de discursos diversos contra o universalismo, o conteúdo teórico dessas falas não parecem ter, em contrapartida, a necessidade da crítica radical dada a característica epistêmica da fragmentação da própria realidade.

Ao avaliar as noções básicas do lugar de fala, Ribeiro afirma que:

A nossa hipótese é que a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2017, p. 59-60).

Mais à frente, explica que “Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades”; “os críticos partem de indivíduos e não das múltiplas condições que resultam nas desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados” etc. De modo geral, intersecções de desigualdades, espaço social e experiências do grupo, tal como as condições sociais que constituem os grupos, etc. constituem o pensamento sobre o lugar e as experiências a serem visibilizadas. Desse modo, a sofisticação sobre o ponto de vista dos grupos em relação às desigualdades em que estão inseridos, sendo que, em todo caso, gênero, raça e outras características que somam-se a experiência dos grupos sociais, o silêncio desse grupos, a partir dos locais sociais que pertencem, torna o lugar de fala uma “sistematização” das experiências marginalizadas, abrindo espaço, dessa forma, para garantir visibilidade e legitimidade até então negadas pela norma: a falta de acesso aos lugares e espaços, determinado pela condição social marginalizada, coloca a questão do lugar de fala no horizonte de uma nova sociedade.

No entanto, sob a luz do paradigma subjetivista, no qual a totalidade representa a “exclusão de identidades” pela “episteme moderna oficial”, o lugar de fala tem sua razão a partir da necessidade de, no lugar das apreensões radicais, indicar a pluralidade em sua qualidade de produto epistêmico do “novo marco civilizatório”: compondo o arcabouço subjetivista, os estudos das pluralidades aqui, além de serem lançados como “virada epistêmica” – “sofisticação analítica” por meio das múltiplas realidades sociais –, cumprem a função de desabilitar a perspectiva radical de emancipação, fornecendo uma leitura das margens a partir das reivindicações liberais de cidadania, direito de se inserir na norma estabelecida e a necessidade de políticas reparatórias. Dentro dos estudos “sofisticados”, que apreendem as margens a partir de suas existências singulares, o apelo ao acesso ao mundo estruturado pela ordem do capital permanece sendo o núcleo da ideologia. Se pluralidade de identidades exige micropolíticas, uma vez que qualquer pensamento emancipatório a nível histórico-mundial aproxima-se de um “encarceramento epistêmico”, as produções aqui assinaladas compõem o bloco dominante e o projeto de contrarrevolução cultural preventiva a partir da própria margem: um projeto político deliberadamente ajustado, toma como ponto de partida a celebração da

descentralização do pensamento revolucionário sob o nome das diferenças de grupos e identidades singulares. No mais, o leitor “encontra”, na ausência misteriosa do capitalismo como fenômeno que determina relações internacionais, guerras, mercantilizações etc., o apelo aos aparatos de reprodução do capital e sua possibilidade de encaminhar o “novo marco civilizatório”.

Sob as demandas da própria reprodução capitalista, as margens – bradada pela capacidade transgressora –, são orientadas não pela capacidade de determinar uma mudança histórica face a classe que a domina, mas para sua inserção na sociedade burguesa sob a dinâmica da exploração do capital. Para tanto, o lugar de fala propõe, em última instância, a coabitação de culturas e identidades, indiferentes a como a sociedade é material e produtivamente reproduzida. Nesse sentido,

Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse a certos espaços. É aí que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*: não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. (RIBEIRO, 2017, p. 64).

As vozes e visibilidades de grupos e identidades parecem ser não só a principal característica do “marco civilizatório” mas, como vimos aqui, uma das únicas manifestações políticas cabíveis de acordo com o própria noção de política dentro do paradigma subjetivista. Nesse sentido, a grande investida sobre as culturas e identidades marginalizadas representam mais a tentativa de implosão da potencialidade radical enquanto trabalhadores numa sociedade burguesa, do que a sua emancipação para uma sociedade integralmente alternativa: como produção ideológica, todo o arranjo sistemático que dá volume e profundidade sobre a temática, constitui apenas a natureza sofisticada de ideólogos ligados ao bloco dominante. No “marco civilizatório” de Ribeiro, a visibilidade de mulheres negras em cargos de instituições de alta importância tem, ao seu lado, uma massa de trabalhadores sob os imperativos do modo de produção capitalista; diante das formas de manutenção da extração de mais-valor – pela mesma via institucional, inclusive –, a ideologia passa a corresponder a unidade paradoxal entre visibilidade das margens e dominação burguesa sobre uma classe.

Contudo, se a ideologia pretende ocultar as determinações de todo um modo de produção e reprodução da vida material na história, os recursos da episteme burguesa garantem

uma “análise social” apartada desse “detalhe” histórico-mundial. Discutir as margens deve, necessariamente, perpassar a crítica às “metanarrativas”, de modo que o próprio *discurso* tenha sua organização lógica. Desse modo,

[...] o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva. (RIBEIRO, 2017, p. 69-70).

Luta-se contra ideias, mas não contra o estabelecimento material que constitui reprodução material da sociedade. Como ponto de ancoragem, os grupos e identidades localizadas na margem social servem de apoio não só para a pesquisa “compreender” suas experiências singulares e construir uma perspectiva descentrada, preocupada com a “erradicação” das forças que mantem tais grupos nessas condições materiais mas, todavia, para justificar a recusa de “teorias totalizantes” e as implicações políticas que elas propõem; mais uma vez, “não buscar a totalidade representa apenas um código para se desconsiderar o capitalismo” (EAGLETON, 1998, p. 20). O “leitor” pode compreender que a situação da mulher negra e a condição que ela ocupa – por exemplo –, certamente lhe proporciona uma experiência distinta de um outro indivíduo com características sociais diferentes, contudo, pode ficar “desatento” à condição histórico-material que tem a capacidade de determinar a situação não só de um grupo ou identidade, mas de toda uma classe sob um modo de vida estabelecido. Nas condições em que as margens são apresentadas, há um mal civilizatório que deve ser sanado com as políticas segmentares, de modo que a necessidade de emancipação encerra-se aí mesmo. Uma vez que há uma necessidade epistêmica em desconsiderar a força determinante do modo de produção capitalista sobre a vida humana, o que se pode apresentar ao leitor são as responsabilidades éticas para uma “nova política” (de discursos, signos e identidades).

Nesses termos, a visibilidade discursiva parece ser a pedra angular que sustentará a nova dinâmica social. Sem ortodoxias epistêmicas que a tudo encobre com seus essencialismos e políticas genéricas, agora, nos domínio das sociabilidades capitalistas, a civilização tende a ser gerida por concessões micropolíticas, bom senso, ética social, gratidão etc. O entendimento

comum que levará ao “marco civilizatório” – desconsiderando, claro, as exigências, sucateamento e exploração institucionalizada da extração de mais-valor –, perpassa pelo nivelamento de discursos plurais e a conseqüente comunhão entre as diferenças. Para Ribeiro,

Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. Em outras palavras, é preciso, cada vez mais, que homens brancos cis estudem branquitude, cisgeneridade, masculinos. Como disse Rosane Borges, para a matéria O que é lugar de fala e como ele é aplicado no debate público, pensar lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo”. (RIBEIRO, 2017, p. 84).

De acordo com as tarefas do paradigma, a totalidade precisa ser pulverizada de modo que “pensamento dominante”, “norma hegemônica”, “discurso autorizado” etc., substituam as referências materiais que efetivam a dominação burguesa sobre o conjunto de grupos marginalizados por ela mesma: se o capitalismo é global, expansionista e penetra os vários aspectos da vida, a ideologia precisa dissolver as relações marcadas por esse elemento, buscando um discurso no qual a necessidade que determina a emancipação das margens passe a depender cada vez menos de uma resposta radical. Se, em seu poder, o lugar de fala deve atingir o corpo social – de modo a construir diálogos entre os vários grupos e experiências sociais –, a proposta encerra-se na garantia da democracia liberal como horizonte que reunirá as diferenças sob as condições inequívocas do modo de produção capitalista. Sendo assim, a construção intelectual desdobra-se em afirmar as virtudes de “repensar” estruturas epistêmicas, dar visibilidade à pluralidade de vozes e culturas, apontar lugares sociais e formas de desigualdades etc., desde que, em seu núcleo, a dominação de uma classe sobre a outra permaneça sendo um assunto de projetos “modernos”, “iluministas”, “totalitários” e “teleológicos”; a classe, o capitalismo etc., por exemplo, tem seus “papeis” destituídos de forças sistêmicas, assim como suas atribuições podem ser confundidas como mais uma interseção entre outras que compõe o sujeito, tal como “preferências musicais”, “estilo de vida”, raça, etc.

O conflito aberto contra “a norma” e contra as “epistemes dominantes” só é “radical” e “revolucionário” na medida em que tentam suprimir a necessidade de considerar o capitalismo. Olhar para as margens e repensar modos de emancipação traduz-se em conquistar tolerância e visibilidade ao centro; em todo caso, a “norma” e as “epistemologias dominantes” continuam,

já que esses signos substituem o poder do capital, ou só dizem respeito a ética e a moral a ser substituída. Sendo assim,

Tanto Lélia Gonzalez, como Linda Alcoff, Spivak, entre outras, pensam a necessidade de romper com a epistemologia dominante e de fazer o debate sobre identidades pensando o modo pelo qual o poder instituído articula essas identidades de modo a oprimir e a retificá-las. Pensar lugares de fala para essas pensadoras seria desestabilizar e criar fissuras e tensionamentos a fim de fazer emergir não somente contra discursos, posto que ser contra, ainda é ser contra a alguma coisa. Ser contra hegemônica, ainda é ter como norte aquilo que me impõe. Sim, esses discursos trazidos por essas autoras são contra hegemônicos no sentido de que visam desestabilizar a norma, mas igualmente são discursos potentes e construídos a partir de outros referenciais e geografias; visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante. (RIBEIRO, 2017, p. 89-90),

Sob esses parâmetros analíticos, os estudos sobre as identidades e grupos marginalizados contra as “epistemologias autorizadas” representam a submissão intelectual e material para com a classe dominante, no tocante à tentativa de lançar vozes caladas a partir da reabilitação do modelo cultural estabelecido; afastado de qualquer luta contra a organização produtivo-material da sociedade, “contra discurso” e “contra hegemonia”, na dinâmica em que é colocada pela autora, refere-se à manutenção da sociedade burguesa, “transgredida” pelas ranhuras de vozes e identidades emergentes. Aqui, propõem-se uma sociedade burguesa plural, onde as identidades e as epistemes marginalizadas tenham espaços, mesmo que, em contra partida, essas mesmas vozes mantenha-se sob as implicações do capitalismo. No lugar do discurso dominante, pretende-se vozes e experiências plurais: uma dinâmica onde os discursos passem a ser lançados a partir dos lugares sociais – mesmo que esses lugares sejam produtos da demarcação da exploração político-econômica, inalteráveis pela impossibilidade da radicalidade.

Em meio a apreensão das interseções que indicam a complexidade dos grupos, assim como suas experiências e subjetividades etc., o papel conservador da ideologia sobressai a partir da habilitação de discursos plurais assentado na materialidade da exploração do modo de produção capitalista. A “transgressão” remete-se ao enfretamento discursivo de desestabilização da norma, sendo que para além das micropolíticas que viabilizem essa

dinâmica, o “essencialismo e a “indiferença” pelas identidades podem danificar a manutenção do *status quo* a caminho do horizonte multicolorido. Se a “radicalidade totalizante” inviabiliza os projetos de superação da ordem do capital, o próprio capital tende a ser desestruturado face os ganhos de espaços e discursos no seu interior. Se a “emancipação radical” leva ao “totalitarismo”, as identidades plurais terá sua liberdade e tolerância na democracia assinada pela liberalismo político. Seja lá o que o leitor entenda por “poder instituído”, que “articula identidades de modo a oprimir e retifica-las”, a pluralidade de discursos, como aponta a autora, parece ter a força transgressora necessária para desarticulá-lo no rumo da emancipação; a própria “norma”, nesses termos, não parece de todo hostil, uma vez que se pode, por meio das liberações discursivas, alcançar e manter um novo “marco civilizatório”.

A obra de Ribeiro, em todo caso, carrega em si as debilidades linguísticas, analíticas, perceptivas e axiomáticas usadas para justificar a manutenção da ordem existente. Por sua vez, esconde, simplifica e ou generaliza conceitos, categorias, etc., que representam aspectos da realidade ou que servem para compreendê-la: “opressões”, “epistemologias”, “margens” etc., são recursos que tendem a suavizar determinações da realidade que colocariam em evidência a contradição entre as classes fundamentais. No nosso caso, entendemos a episteme como um modo pensar, ou seja, um modo/forma de produzir ideias fundamentada a partir de uma mentalidade. Como pensamento complexo, a mentalidade dominante (da classe dominante), por exemplo, constitui a episteme, de modo que esta, por sua vez, reforça o seu conteúdo a partir da formatação das ideias; a forma de constituição das ideias, assim como o conteúdo que a compõe, indicam a qualidade de um saber estruturado a partir de uma classe. O modo de pensar fornece qualidade determina sobre o resultado do pensamento, de modo que o pensamento, saber, consciência etc, carreguem os interesses dessa unidade. Em Ribeiro, o conceito perde-se a partir da pulverização de ideias, experiências e culturas, de grupos e sujeitos que falam a partir de suas “epistemologias”: “epistemologia eurocêntrica”; “epistemologia dominante”; “epistemologia universal”; “descolonização epistemológica”; “epistemologias de grupos” etc., passam a valer como simples “aquisição de conhecimento”. Os vários conhecimentos, passam a representar as “epistemologias” plurais, seja das margens, centros ou de qualquer lugar onde se possa conceber para si um pensamento, além de conteúdos abstratos, desconexos das determinações sociais e históricas.

O combate às “epistemes dominantes”, nesse caso, reflete a sua imersão ao paradigma subjetivista: “avesso a qualquer pensamento “unificador”, “totalitário”, “excludente””. Em todo seu interior, Ribeiro fala a partir da única episteme dominante – a episteme burguesa –, onde tende a atacar, de modo geral, aspectos do paradigma burguês anterior, o reprodutivista. Na

sociedade burguesa, a episteme dominante é a episteme burguesa, sendo que, ao criticar as epistemes “dominantes”, Ribeiro só defende o paradigma burguês hegemônico. As contradições e debilidades do seu pensamento, nesse caso, remetem à base subjetivista da episteme que ela afirma confrontar, sendo que, em toda sua forma e conteúdo, o pensamento de Ribeiro é conduzido a partir da episteme dominante. O sucesso editorial e comunicacional da sua obra, assim como a contemplação da sua presença pessoal pelas instituições e capital comunicacional indica a afinidade do seu pensamento com a manutenção dessa mesma sociedade. Ao sugerir que “fala das margens para o “centro””, Ribeiro, na realidade, fala do “centro” a partir das “margens”, ou seja, fala como as “margens” devem submeter-se ao centro; fala “a partir das margens” para manter a ordem estabelecida pelo centro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que a produção e circulação das ideias dominantes expressam os interesses e valores da classe materialmente dominante, a produção intelectual constitui-se – como elemento de referência para a manutenção do estabelecimento histórico dessa sociedade –, a unidade entre a necessidade de inverter a consciência sobre as relações produtivas e a de reproduzir-se ao longo da história a partir de suas contradições. As produções que articulam o mundo material desconexo, a partir de várias ideologias, de sua própria historicidade, ou seja, que dissimulam a constituição histórica da classe dentro das determinações que a criaram e as forças e tendências que podem determinar a sua derrocada, desempenham papel essencial na reprodução dessa sociedade; as relações de dominação e dependência, assim como de violência e cooptação, etc. que marcam as formas de interação entre a burguesia e o proletariado dentro da história, só podem ser expressas a partir das considerações acerca da totalidade do advento da própria modernidade, o desenvolvimento da indústria, relações comerciais, formas político-sociais etc.

Ao recusar as categorias que abarcam a constituição dessas relações, tal como a base material das próprias expressões intelectuais, tem-se uma nova forma de isolar os elementos sócio-produtivos que mantém a essa ordem, dando ao pensamento dominante a possibilidade de elaborar o pensamento acerca da imutabilidade da sociedade que querem assegurar. Com as necessidades da reprodução capitalista, naquilo que remete ao avanço da luta de classes e às crises internas em seu regime de acumulação, os paradigmas hegemônicos que se consolidam junto à organização da dominação material, articulam a luta e as crises como, de modo geral, elementos vazios de determinações históricas, abstraídos da totalidade e dos múltiplos fatores da realidade. A ideologia, nesse caso, constitui a elaboração de uma perspectiva de mundo que fornece ao campo cultural os valores, interesses e representações de uma sociedade última, a ser gerida dentro dos muros da sua institucionalidade, dentro das razões postas por quem domina materialmente a economia política.

Com o acirramento da luta de classes e as crises no interior da reprodução do capital, as tarefas que constituem a retomada da estabilidade da sociedade burguesa recaem, todavia, pela naturalização das relações sociais que tornam-se a dinâmica da nova organização prática da extração de mais-valor e relações correspondentes; a nível ideológico, a recusa da verdade e da história, ou seja, os valores implícitos do axioma burguês, tem a função de dissimular as ameaças que tendem a indicar a validade da própria temporalidade da sociedade capitalista. De modo que, a princípio, os seus valores não são integralmente evidenciados em suas ideologias,

ou tendem a se apresentar como interesse de toda a sociedade, a burguesia recorre à hegemonia das ideologias que corroboram a reprodução continuada de sua “história”, como ferramentas intelectuais oriundas das relações materiais e necessidades concretas dessa classe.

Em todo caso, o alcance e a profundidade das ideologias apresentam-se como o avanço da racionalização sobre a reprodução da vida material; a necessidade de mutação axiomática, analítica, linguística e perceptiva compõem, necessariamente, as tarefas de constituição hegemônica de um paradigma que pretende tornar o próprio capitalismo como o ponto final da história, ou seja, destituí-lo de seu significado e a inerência de suas contradições. Uma vez que produções intelectuais desempenham esse papel, o capital comunicacional e todo o aparato que constitui os meios de produção e circulação das ideias do bloco dominante são lançadas e prestigiada pelas instituições que entendem a esterilidade da crítica do capital como representante de seus interesses mais básicos e elementares. Em Djamila Ribeiro (“*Pequeno manual antirracista*” e “*Lugar de fala*”), todas essas características apontadas até agora podem ser encontradas como pedra angular de uma exposição que representa a esterilidade da crítica ao capital e o apelo deliberado à continuidade desse mesma estrutura.

A partir do subjetivismo, os temas estudados lhe servem como ponto de partida para desarticular a luta de classes das razões concretas que lhe constituem; o modo de produção que engendra as relações no interior da sociedade burguesa sofre a mesma desqualificação que permitiria entender o racismo e a marginalidade social como característica demarcada pela endêmica necessidade de reprodução dessa sociedade. Se a extração de mais-valor apresenta-se como característica vital, instabilidades conjunturais que a ameaçam tendem a ser restauradas a partir de investidas contra a classe trabalhadora, nos marcos de um Estado e uma dominação internacional igualmente protetora; o racismo, a marginalidade, a desvalorização de culturas, gêneros etc., constituem-se, a partir das relações sociais de desigualdade, como formas encontradas pela ordem dominante – ao longo de sua história –, em garantir a exclusividade da classe por meio de interesses e valores materialmente ancorados na necessidade do lucro.

Desse modo, a necessidade de “avançar nas leituras sociais”, de entender as margens e o racismo de “modo estrutural”, “observar as identidades e suas epistemologias” como “marco civilizatório”, etc., representam, todavia, mais a efetivação de uma ideologia – que sistematicamente inverte as determinações concretas da realidade por via intelectual –, do que cumprir uma agenda rumo a “emancipação”; nos textos analisados, o pensamento burguês sobre a própria sociedade revela-se ao assegurar as formas sociais oriundas dessa classe, ou seja, apresenta “uma mudança” – paradigmática – que não se ponha contra as condições materiais que sustentam o estabelecimento histórico dessa classe. A naturalização de todo o modo de vida

contido na historicidade da sociedade burguesa torna-se o planta base dessas obras; ela é subsidiada, inclusive, por produções ideológicas que retiram das análises as estruturas que sustentam o modo de produção da vida material que mantém a vida burguesa. Como mecanismo de dominação, o campo cultural é alimentado pelas ideologias que manifestam a legitimação da ordem estabelecida: a recusa da verdade, da totalidade, da história etc., são construídas de modo a dissipar ou “monopolizar” a realidade – dependendo do paradigma –, escondendo os elementos que possibilitam a exploração capitalista.

De todo modo, o mundo material, sob o qual afirmam querer transformar, permanece irrevogável em suas bases elementares: as “novas necessidades epistemológicas” constituem-se como novas necessidades de assegurar, culturalmente, a manutenção da extração de mais-valor e aquilo que corresponde à ordem burguesa. Os produtos do pensamento desdobram-se e subsidiam a hegemonia cultural: o alcance sobre as representações cotidianas, por sua vez, reflete a generalização do paradigma sob a episteme burguesa, consolidando a reprodução – simplificada –, de elementos da mentalidade da classe dominante. A produção e circulação das ideias em nome “das margens”, subsidiada pela estética que representa a “sociedade de novos atores”, “pós-moderna”, “pós-estruturalista” etc., são deliberadamente concebidas no seio da mentalidade burguesa, onde a recusa da radicalidade compreende uma das formas de negar a luta de classes e reproduzir-se ao longo da história.

Como ancoragem material para a ideologia, o conjunto de elementos da realidade são invertidos e manuseados de modo a compor um quadro de referências que lhe servem como ponto de partida: neste caso, a contrarrevolução cultural preventiva, sob o subjetivismo, delimita um arcabouço conceitual e analítico que propõe a renovação da sociedade burguesa, mesmo que o racismo (e a “condição do negro”) apareça como tema principal; a obra de Ribeiro, considerando “discursos” e “epistemologias” como princípio emancipador para um fim político, desconecta as ideias dominantes da classe materialmente dominante (em sua complexidade histórica), assim como habilita a “equivalência” de narrativas. Nos marcos do capitalismo contemporâneo, se tomarmos como base a obra de Ribeiro, o impasse essencial que existe entre a “margem” e os “autorizados” dizem respeito à sobreposição de discursos, sendo que uma política cultural deva permitir a paridade das múltiplas experiências: a condição do negro e de outros grupos marginalizados são expostos a partir da descaracterização da produção material da vida. A obra ideológica de Ribeiro concebe uma análise em que a realidade, a partir de suas múltiplas determinações, é deliberadamente invertida pela necessidade de ocultar aquilo que remete à totalidade e a historicidade do capitalismo: a luta de classes.

Se não compete à teoria a crítica terminal ao modo de produção capitalista e a sociabilidade gerada, a história e a totalidade não precisam ser apreendidas uma vez que não há uma temporalidade e uma ordem que possa indicar a especificidade dessa sociedade, assim como a superação de seu próprio estabelecimento na história; o próprio capitalismo não se apresenta como modo de produção que engendra determinadas relações sociais, já que a renovação da “sociedade” remete a uma renovação politicamente moral, esteticamente “progressista”, e fundamentalmente conservadora. Na obra de Ribeiro, a reprodução dos elementos do paradigma subjetivista decompõem a sistematicidade do capitalismo, sendo que a própria palavra “capitalismo” desaparece daquilo que vem a ser “a análise do racismo estrutural” e a chave para “um novo marco civilizatório”; falar sobre racismo e a marginalidade social sem dispor minimamente da produção material da vida revela o teor ideológico de sua produção. O “lugar de fala” de quem precisa ocultar a luta de classes é, sem dúvidas, o lugar daqueles que compõe o bloco dominante desse sociedade.

A reprodução dos interesses da classe dominante representa, concomitantemente, a desqualificação e o ataque à episteme marxista – que apresenta-se como crítica ao capitalismo, assim como revela-se a consciência antecipadora da futura sociedade pautada pela liberdade humana. As tarefas da contrarrevolução cultural preventiva, desse modo, consiste em subtrair o pensamento revolucionário das formas culturais, assim como as críticas e implicações oriundas do produto desta consciência: minando a própria força prática e o elemento ativo desse pensamento. Sendo assim, as categorias de análises e os conceitos que compõem o arcabouço teórico do pensamento marxista são obrigatoriamente decompostos pelas produções ideológicas, tal como em Ribeiro. Em “*Pequeno Manual*” e “*Lugar de fala*”, a análise social, ou seja, o palco histórico-material que sustenta o estabelecimento da sociedade burguesa permanece inviolável, dada a necessidade de proteger a ordem em que são materialmente dominante. Aqui, o encargo da ideologia pode ser averiguado a partir da negação da história como acesso à demarcação temporal do capitalismo; a negação da totalidade como ferramenta que compreende o conjunto das determinações da realidade; e a negação da verdade como indicação da luta de classes que sustenta o modo de vida burguês. Sob o subjetivismo, Ribeiro dissolve a perspectiva crítica do pensamento marxista, assim como implode o elemento ativo desse pensamento a partir da base social – “margem”, “periferia” etc., menos “classe operária – em que seus textos pretendem chegar.

A partir do paradigma subjetivista, a sustentação de um pensamento ilusório recai sobre a percepção, a análise, a linguagem e os valores que compõem o modo de pensar burguês. Sob essa episteme, a realidade passa a ser disposta, pro via intelectual, através de uma estrutura que

concebe o capitalismo e a sociabilidade burguesa como fim da história, delimitada e assegurada por ideólogos. Nessa qualidade, Ribeiro apresenta a pauta do racismo, das margens etc., sob a lente da hegemonia da classe dominante: a análise totalizante e o enfrentamento radical da sociedade burguesa sob o ponto de vista da classe operária deliberadamente inexistente em sua obra. Nessa via, a luta de classes, a extração de mais-valor e as outras relações que constituem todo o modo de vida da moderna sociedade burguesa limita-se a “discurso autorizado”, “norma hegemônica”, “marcas de luxo” etc.; a função do ideólogo, de sistematizar um pensamento falso sobre a realidade, apresenta-se na construção de um pensamento que esconde a dominação inerente a uma sociedade de classes e suas implicações, tal como pode ser verificado nos textos de Ribeiro. A manutenção da sociedade burguesa exige e justifica os recursos linguísticos, perceptivos, valorativos e analíticos utilizados na elaboração dos textos.

Em Ribeiro, as tarefas da contrarrevolução cultural preventiva são expressas, por conseguinte, na desqualificação do pensamento revolucionário, no qual a emancipação exige a real superação da sociedade burguesa: a superação material e sócio-produtiva que a constitui. Além da “renovação” linguística e da grande necessidade de liberar as “epistemologias” e modos de pensar – como pautas principais da sua obra –, as demandas sociais por micropolítica de reparação suprimem as demandas que indicam a destruição do atual modo de produção capitalista; nas obras analisadas, as plenas necessidades ideológicas do pensamento burguês apresentam-se na desautorização do pensamento e da ação revolucionária, justificando, desse modo, a manutenção do capitalismo. Dessa forma, o racismo aparece como “mal civilizatório” e não como parte de uma determinada estrutura de dominação que marcou uma dinâmica produtiva, assim como o “antirracismo” é praticado pelas micropolíticas e reconstituição moral da sociedade.

Em suma, Ribeiro retira o conteúdo histórico-material que revela as contradições inerentes a uma sociedade de classes a partir de uma leitura ideológica que desabilita o entendimento e a necessidade do enfrentamento radical ante a sociedade estabelecida: a perspectiva “a partir das margens”, nesse caso, é o ponto de partida de uma prevenção cultural contrarrevolucionária onde as múltiplas experiências, vozes, epistemologias, discursos e atores etc., possam existir, no entanto, no centro da sociabilidade burguesa. Ao leitor, “*Pequeno Manual*” e “*Lugar de fala*” apresentam-se como manuais para a reabilitação da sociedade burguesa, ou seja, com a indicação de micropolíticas e aberturas culturais a serem integradas no capitalismo; constituem, em sua essência, as expressões intelectuais que desdobram-se para assegurar o fim da história, a impossibilidade da totalidade e a negação da radicalidade. Sob o

subjetivismo, Ribeiro estabelece uma leitura em que o avanço das relações humanas na história são encerradas dentro das determinações legais da sociedade burguesa.

Sendo assim, o caminho percorrido até nos mostrou a dinâmica por trás da produção pautada sob a hegemonia burguesa. De acordo com nosso objetivo, a análise da obra de Ribeiro nos revelou a unidade do seu pensamento com a manutenção do sociedade burguesa, como resultado esperado da nossa pesquisa. A partir da concepção marxista da ideologia, conseguimos identificar a sua natureza e sua finalidade, chegando a apontar as estruturas e o desenvolvimento das expressões burguesas; no nosso caso, a análise da obra de Ribeiro nos permitiu averiguar a manifestação de elementos do subjetivismo, apontando uma maneira sobre a qual o pensamento dominante permeia na sociedade. Desde as leituras inicial da obra de Marx – com a verificação dos fatores que constituem a ideologia –, até a análise crítica da obra de Ribeiro, nosso trabalho conseguiu articular o caráter social da produção da ideologia – tal como anunciamos nos dois primeiros capítulos, assim como conseguimos esclarecer nossa perspectiva por meio da análise dialética sobre a obra indicada.

Em suma, a partir dos nossos objetivos, nosso trabalho se justifica por meio da análise crítica da obra de Ribeiro junto a confirmação da unidade do seu pensamento com a classe materialmente dominante. Tendo em vista a análise da obra a partir da teoria marxista, apontamos as condições sociais que sustentam as expressões da classe dominante, assim como a manifestação da dominação burguesa via ideologia.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **As origens do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jazar, 1999.
- BRAGA, Lisandro Almeida. **Maio de 1968: Movimento estudantil e luta de classes**. Perspectiva e Diálogo: Revista de Educação e Sociedade: Naviraí, v.3, n.5 , p. 2-19 jan.-jun. 2016.
- BRAGA, Lisandro. **Neoliberalismo discricionário e discurso do bloco dominante no Brasil**. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, Vol. 18, N, 72. 2020.
- EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era do capital: 1848 – 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12 Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**: São Paulo: Boitempo, 2005.
- MASCARO, Alysson. **Estado e Forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo, Boitempo, 2014.
- NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é: Lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

TOURAINE, Alain. **Os novos conflitos sociais**. Revista Lua Nova, São Paulo: Jun/1989, N. 17.

VIANA, Nildo. **Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas**. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. **Karl Marx: a crítica desapiedada do existente**. Curitiba: Prismas, 2017.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. **O modo de pensar burguês: episteme burguesa e episteme marxista**. Curitiba: CRV, 2018.

VIANA, Nildo. **Vantagens competitivas, microrreformismo e imaginário conveniente – a integração dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo**. Revista Espaço Livre. V. 12, n. 24, Jul/Dez. de 2017.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

WOOD, Ellen. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOOD, Ellen; Foster John. **Em defesa da História: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.